



Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Política
Dissertação de Mestrado

**Da madeirite ao cimento: memórias de mulheres nas
lutas pró-fixação no Paranoá (1981-1993)**

Leila Saads P. Martins

Brasília, julho de 2014

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História
Projeto de Mestrado

**Da madeirite ao cimento: memórias de mulheres nas
lutas pró-fixação no Paranoá (1981-1993)**

Leila Saads P. Martins

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito necessário para a obtenção do título de Mestra em História. Linha de Pesquisa: Cultura Política, Identidades e Cidadania.

Orientadora: Prof.a Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Brasília, julho de 2014

BANCA EXAMINADORA

Brasília, 30 de julho de 2014

Prof^ª. Dr.^a Susane Rodrigues de Oliveira

Prof^ª. Dr.^a Eloísa Pereira Barroso

Prof. Dr. José Walter Nunes

Prof^ª. Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Eva, Creuza e Lourdes sem cujas palavras, esta dissertação não existiria. Por abrirem o livro de suas vidas para mim, suas vitórias e derrotas, alegrias e tristezas, meu muitíssimo obrigada. Também agradeço imensamente à minha orientadora, Susane Rodrigues, pela paciência, pelas palavras de apoio, pelo conhecimento dividido e, principalmente, por ter acreditado em mim.

Ao meu pai, Martins, que hoje segue seu caminho por outras dimensões, agradeço infinitamente as oportunidades de crescimento, aprendizado e regeneração que nossa relação me proporcionou. À minha mãe, Silvana, agradeço por tantas coisas que fica até difícil enumerar, mas dentre elas está, definitivamente, o valor da compaixão e do amor às pessoas, que ela me ensinou tão bem. E aos dois, pai e mãe, agradeço por terem me apresentado a essa paixão chamada História – seja caminhando pelas ruas de São Luís, seja nas conversas sobre o Antigo Egito ou a Mesopotâmia.

Ao meu irmão caçula, Felipe, meu muito obrigada pelo companheirismo de todas as horas e pelo bom coração que me inspira. À Maria Ribeiro Torres, ou simplesmente Fátima, como a conheço desde os três meses de idade, obrigada pela paciência, pelo cuidado, pelo exemplo de força e coragem que me apresenta todos os dias. À minha tia Ildenir, ou Dedé, como é carinhosamente chamada, agradeço por ter compartilhado sua vida comigo através de inúmeras conversas e, assim, terem me inspirado a seguir pelos caminhos da história oral.

Ao meu companheiro, namorado, amor e amigo, João Guilherme, obrigada pelo apoio de todas as horas e por ter me acalmado todas as vezes em que pensei que não fosse conseguir terminar esta dissertação. Às irmãs que escolhi pra vida e que há tantos anos me acompanham: Lusa Portuguese, Vanessa Cavalcante e Marina Corrêa, obrigada, obrigada e obrigada por todas as aventuras, conversas e novas possibilidades que me apresentam sempre. À minha irmã-quase-gêmea Marina, especialmente, agradeço pelas discussões sobre o Paranoá, indicações de leitura e por ter me apresentado às três narradoras que dão sustento a esta pesquisa. Às minhas metades-partidas-que-a-gente-tenta-juntar, Bárbara Manguiera e Scarlett Dantas, obrigada pela compreensão e pelo livre espaço que proporcionam para os desabafos, devaneios, inspirações e criatividade que tanto efervescem em nós.

Obrigada também às amigas que, muitas vezes, mesmo sem saber, ajudaram de alguma forma na conclusão desta etapa (seja com conselhos, seja com aquela cervejinha gelada nos momentos mais estressantes): Bill, Kerols, Bruna Seixas, Fê Tibana, Isa, Vanessão, Maíra Oliveira, Ramones, Amandinha Pereira, Mari Fernandes, Guá Sereia, Árina Cynthia, Karol, Chris Duarte, Ana Júlia, Líbia, Júlia Orioli, Flora, Júlia Pantoja, Diogo, Amanda Amandita, Mateus do Banho, Diego, Alexandre Djodjo, Ferreira, Daniel Jesus, entre muitas outras. Obrigada também às companheiras de vadiagem que tanto me inspiram e ensinam: Kilma, Cissa, Érika, Babi, Marcela, Ray, Júlia, Let, May, Thays, Mel, Nat...

A todas, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O Paranoá, região localizada no Distrito Federal, surgiu em 1957 sob o signo da transitoriedade. Construído e concebido para servir de acampamento provisório para trabalhadores da construção civil, deveria durar até a conclusão das obras de construção da Barragem do Lago Paranoá. No entanto, através de intensos processos de lutas, e das mais diversas estratégias de ocupação e resistência, a população, em 1988, conquistou o direito de permanecer na cidade. Nesse processo, os papéis desempenhados por mulheres locais foram fundamentais. A presente pesquisa revela uma narrativa historiográfica preocupada com a dimensão humana desses acontecimentos, preocupada com as memórias, experiências e identidades de mulheres que participaram ativamente dessas lutas. Trata-se, portanto, de uma narrativa que tem como base memórias de mulheres que lutaram pela fixação da cidade onde vivem e que, através de suas ações, transformaram e transformam este território que ajudaram a construir e a significar.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, território, identidade, Brasília, história oral.

ABSTRACT

The city of Paranoá, first occupied in 1957, was born under the sign of instability. It was built and conceived to serve as a temporary campsite for construction workers who would only live there as long as the public works in the construction of Brasilia needed them. However, the city's permanence was obtained through an intense process of struggle, in which residents used various strategies of occupation and resistance. The role performed by local women in this process was fundamental. This research seeks to present a historiographic narrative about Paranoá which focuses on the human dimension of the events. A narrative based on the memories of women who fought for the fixation of the city where they live, transforming the territory which they helped to build and signify from its inception to today.

PALAVRAS-CHAVE: women, territory, identity, Brasília, oral history.

Para minha mãe, Silvana Teresa Saads Pereira.

E meu pai, José Ribamar Martins.

Com admiração e amor.

“O Paranoá significa, pra mim, essa conquista mesmo. Sabe quando você constrói algo é como se fosse um filho? É como se fosse um filho que eu ajudei a construir assim. Eu penso no Paranoá como se fosse uma coisa meio conquistada e como se eu fizesse parte. O Paranoá se mistura com a minha vida. Eles se misturam. Eu não sei se eu consigo externar isso pra você. Mas pra mim a vida do Paranoá tá misturada com a minha vida. Não tem Paranoá, é tudo misturado. Eu vivi aqui, eu respirei aqui, eu conquistei isso aqui. Pra mim isso aqui é tudo a minha casa, sabe? É tudo a minha casa, e que eu defendo assim: com unhas e dentes.”

Maria de Lourdes Pereira dos Santos

“Eu amo o Paranoá! É a minha cidade, eu não penso em sair daqui pra outro lugar – só pro Campo da Esperança mesmo. Considero o melhor lugar pra mim, não existe lugar melhor do que o Paranoá. Esse amor nasceu no Paranoá Velho, mesmo com aquelas dificuldades lá na invasão.”

Maria Creuza Evangelista de Aquino

“A minha trajetória mesmo, a minha conquista de mulher, foi dentro desse grupo de ação que tinha no Paranoá. A conquista de tudo... tudo era reivindicação aqui e foi por causa desse entusiasmo que eu tive de estudar porque, se eu tava no movimento, eu entendia o porquê que as pessoas tinham que estudar. Eu comecei a valorizar a educação pra mim e foi nesse ponto que meus filhos também começaram a estudar.”

Eva Lopes Sampaio

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Tecendo diálogos: Debates teóricos e metodológicos	21
1.1. Sobre memória, experiência e identidades	21
1.2. Articulando idéias feministas	39
1.3. <i>História oral e entrevistas</i>	44
1.4. Caminhos da pesquisa	50
Capítulo 2 – Mulheres em movimento: Eva, Creuza, Lourdes e o Paranoá	57
2.1. Eva: em busca de moradia e autonomia	60
2.2. Creuza: uma outra experiência na cidade	64
2.3. Lourdes: identificação territorial e militância	70
2.4. Condições de vida no Paranoá: trabalho, moradia e solidariedade entre mulheres	82
Capítulo 3 – Táticas e estratégias: Conquistas do Paranoá	93
3.1. A fiscalização da Terracap	93
3.2. Das resistências cotidianas aos movimentos organizados	100
3.3. Associação de Moradores do Paranoá (1985-1987): cidadania e educação	110
3.4. O Segundo Barracaço: os embates se acirram	122
3.5. Fixação do Paranoá: uma <i>negação da história</i>	130
Epílogo	134
Bibliografia	142

INTRODUÇÃO

Vou agora escrever uma coisa da maior importância: Brasília é o fracasso do mais espetacular sucesso do mundo. Brasília é uma estrela espatifada. Estou abismada. É linda e é nua. O despudoramento que se tem na solidão. Ao mesmo tempo fiquei com vergonha de tirar a roupa para tomar banho. Como se um gigantesco olho verde me olhasse implacável. Aliás, Brasília é implacável. Senti-me como se alguém me apontasse com o dedo: como se pudessem me prender ou tirar meus documentos, a minha identidade, a minha veracidade, o meu último hálito íntimo.

Clarice Lispector, 1962/1964.

A cidade de Brasília¹ foi inaugurada em 21 de Abril de 1960. Desde então, a história oficial² sobre o processo de construção e ocupação habitacional da cidade permanece centrada na criação e fortalecimento de um imaginário que tem como base o sonho visionário de Dom Bosco, o empreendedorismo de Juscelino Kubitschek (JK) e Israel Pinheiro, a exaltação dos trabalhos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, entre outros. Suas quadras residenciais, largas avenidas, edifícios com pilotis e amplas áreas verdes são frequentemente lembradas como símbolos de uma cidade modernista. Entretanto, a epopeia histórica da construção de Brasília, incansavelmente narrada, acabou por tornar invisíveis outras³ agentes que também fizeram parte desse processo.

¹Utilizo na presente pesquisa o termo “Brasília” para me referir não apenas ao Plano Piloto, mas também às demais Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal (DF), entendendo que existe tamanha integração entre estas (não apenas econômica, mas também social e histórica), que se tornaria artificial não considerá-las (as RAs) como parte da cidade de Brasília, que se constitui como “cidade polinucleada” (PAVIANNI, 2010a: 84). Esta escolha teórica não exclui, no entanto, a consciência de que cada RA possui especificidades e identidades próprias.

²O termo *história oficial* é utilizando aqui no sentido atribuído pelo historiador José Walter Nunes que a define como “aquela contida em alguns filmes, nos livros didáticos e em outros que expressam um tipo de produção historiográfica e cinematográfica sobre Brasília, os quais ressaltam, apenas, o papel dos personagens representantes do Estado, do empresariado, do mundo intelectual, etc. no processo histórico de construção da cidade.” (2005: 27).

Durante os primeiros semestres do curso de graduação em História, comecei a me interessar pelas *histórias*⁴ de Brasília, cidade onde nasci e cresci. Quanto mais eu lia jornais, revistas, artigos acadêmicos, publicações do governo, mais eu percebia o quanto esses discursos silenciam as experiências e memórias de pessoas comuns que trabalharam arduamente na construção da cidade e ainda tiveram de lutar pelo direito de morarem no lugar que ajudaram a construir. As histórias de Brasília, que circulam nas escolas e na mídia, tendem a privilegiar a atuação do governo brasileiro, os acontecimentos no Plano Piloto⁵ e as experiências dos chamados “grandes homens”, estabelecendo, deste modo, silêncios sobre os problemas sociais e as lutas por melhores condições de vida nos espaços habitacionais da cidade. Como escreveu Rafael Silva, trata-se de uma história de “fábulas encantadas e decantadas, que giram entorno de um repertório pouco elucidativo, que nada dizem, apenas se repetem de maneira escolástica” (2011: 13).

Ainda na graduação, ao cursar uma disciplina optativa denominada História e Historiografia das Mulheres no Brasil, aprofundi meu contato com os Estudos Feministas e de Gênero. Essa foi uma oportunidade, dentre outras⁶, de perceber como a História é produzida e difundida a partir de bases elitistas, racistas e androcêntricas. O contato com estes estudos, ao longo da minha graduação, ampliou a minha percepção

³Neste trabalho, optei por utilizar como regra na narrativa o “feminino genérico”. Esta é uma escolha política e tem como intuito convidar a leitora a refletir e problematizar a utilização generalizada e inconsciente do português padrão – que apresenta o “masculino genérico” como padrão a ser seguido. Se pensarmos que a linguagem não apenas reproduz as coisas como elas “existem”, mas que, também, cria, através de seu uso, essas mesmas coisas (opressões, hierarquias, diferenciações, resistências, identidades etc.) a exclusão de nós mulheres da linguagem genérica usual, acaba por silenciar e, potencialmente, nos excluir, do protagonismo das ações das quais tratam os discursos (um exemplo disso está na página 51 desta dissertação). A intenção na utilização do “feminino genérico” não é defendê-lo como padrão, apenas invertendo a hierarquia e seguindo a mesma lógica excludente. A intenção, na verdade, é tão mais jogar luz sobre esse problema político-linguístico do que propor uma solução definitiva para a questão.

⁴“A história está se transformando em histórias, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia.”. (POLLACK, 1992: 209)

⁵De acordo com o Decreto nº 10.829/87, a Área do Plano Piloto é delimitada “a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.”. Cf.

<http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf> Último acesso em: 20/05/2013.

⁶Durante a graduação cursei outras disciplinas que abordaram a questão do gênero e dos feminismos, como a disciplina *Feminismos e Teoria Queer*, oferecida pelo Centro de Estudos Multidisciplinares. Além disso, freqüentei as *Terças Feministas* – organizadas pela professora Tânia Navarro-Swain –, o grupo de estudos feministas *As Abortivas* – formado por alunas da UnB –, além de ter feito parte de grupos de militância feminista como o *Confessionário* e o *Coletivo Unificado de Mulheres da UnB*.

sobre a história oficial de Brasília e me fez refletir e questionar o silêncio acerca do protagonismo histórico das mulheres nos processos de construção, desenvolvimento e ocupação desta cidade. Não por acaso, uma publicação comemorativa dos 50 anos de Brasília, organizada pelo Arquivo Público do Distrito Federal, em 2010, apresenta uma linha do tempo que vai de 1751 a 21/4/2010 e traz fatos e personagens “marcantes” da história da cidade. Apenas quatro mulheres são mencionadas nesta publicação. Destas, somente Sarah Kubitschek aparece antes de 1990 acompanhada da legenda “Símbolo das mulheres que *apoiaram* os homens que *fizeram* Brasília” [grifos meus]. Deste modo, a publicação evidencia a tradição de uma história narrada a partir do masculino. Tradição esta, onde as mulheres figuram apenas como coadjuvantes, raramente vistas como protagonistas de ações políticas e sociais, e, cuja a presença inegável nos contextos históricos, é quase sempre justificada pelos papéis que lhes são constantemente atribuídos: de *apoiadoras* dos homens que *fazem* a história.

Por que as mulheres estão praticamente ausentes nos relatos históricos oficiais sobre o passado de Brasília? O que este silêncio significa? Que histórias podem ser construídas a partir das experiências de mulheres? Que *histórias possíveis*⁷ podem resultar da análise de narrativas tecidas por essas mulheres? Estas foram algumas das questões me conduziram a esta pesquisa, suscitando-me o interesse em produzir uma história das lutas pelo direito à fixação de moradia na Região Administrativa do Paranoá, no Distrito Federal (DF), tomando como fontes narrativas memoriais construídas por mulheres que participaram destas lutas. Neste caminho, me interessou principalmente analisar o modo como as experiências e identidades destas mulheres são construídas e (re)significadas em suas narrativas. Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa foi construído através da utilização da metodologia da história oral.

Brasília, Plano Piloto e Paranoá

Brasília foi pensada e planejada para tornar-se capital do Brasil, sede do governo Federal. Receberia órgãos públicos, servidoras, parlamentares e pessoas diretamente

⁷“Assim, um história do possível não aceita esquemas definidos de antemão ao abordar o estudo de um período, de uma determinada formação social, quer seja gênero, raça, *status*, riqueza, poder. Tem como eixo condutor de análise a infinita possibilidade de agenciamentos sociais e a variedade possível de formações e sistemas em suas expressões eventuais; abre a história para o diverso, para aquilo que não está necessariamente ancorado nas representações sociais do presente, construídas entorno de uma “natureza” toda-poderosa.”. (NAVARRO-SWAIN, 2012: Apresentação)

ligadas a essas esferas como, por exemplo, prestadoras de serviços. Como a função da cidade estava bem delimitada, seu crescimento acabou sendo controlado. Não por acaso, o edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital, do qual foi vencedora a proposta de Lúcio Costa, exigia o planejamento de uma cidade para no máximo 500 mil habitantes⁸ (Braga, 2010: 198-199). No entanto, apesar de ter sido planejada, Brasília extrapolou em muito os objetivos imediatos para os quais foi construída. Muitas famílias de operários e outras pessoas ligadas à construção da nova capital estabeleceram-se no território do DF. Este processo não se deu de forma fácil e legalizada, com o consentimento do governo, mas através de muitas lutas, negociações e resistências.

Ainda nos anos 1960, o Plano Piloto não contava com um número suficiente de moradias prontas para abrigar as funcionárias públicas transferidas para a nova capital. Os conjuntos habitacionais do Plano Piloto foram, no geral, reservados para as integrantes da burocracia federal. Visando proteger este planejamento, a ocupação habitacional do DF foi processada através de uma incorporação diferenciada⁹ das populações que chegavam à nova cidade: operários eram deslocados para acampamentos temporários, servidoras públicas para o Plano Piloto ou para habitações mais confortáveis enquanto os edifícios funcionais não estivessem prontos.

A proposta de Lucio Costa, vencedora do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 1957, idealizava uma cidade moderna e igualitária em termos urbanísticos. A gradação social, inevitável, poderia “ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras”, ficando, portanto, restrita aos espaços privados (Costa, 2010: 143). O espaço público, por sua vez, seria igualmente acessível a todas as camadas sociais que habitassem a cidade, pois, o agrupamento das quadras em grupos de quatro, propiciaria “num certo grau, a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação.” (Ibidem). Essa perspectiva

⁸Nos anos 1970, segundo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do DF já ultrapassava os 537 mil habitantes (BRAYNER, 2005: Anexos).

⁹O termo *incorporação diferenciada* foi utilizado pelo antropólogo James Holston em seu livro *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. O termo é utilizado no intuito de demarcar com nitidez os diferentes tratamentos dados pelo governo às pessoas que habitavam a capital desde antes da inauguração, especialmente no que se refere aos tipos de recrutamento organizados pelo poder público. Segundo Holston: “esses critérios segmentaram a população em duas unidades de recrutamento com acesso diferenciado ao âmbito público: uma, recrutada pela Novacap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital] para a construção da capital, que o governo destituiu dos direitos de morar na nova cidade; a outra, recrutada pelo GTB [*Grupo de Trabalho de Brasília*] para a burocracia da capital, que o governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento.” (2010: 205).

igualitária, fortemente influenciada pela arquitetura modernista, formulada e defendida pelo Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM)¹⁰, sustentava que as convenções arquitetônicas e urbanísticas poderiam produzir uma nova ordem, uma outra forma de organização social, mais comunitária.

Entretanto, essa concepção igualitária se ancorava, ela mesma, em bases inegável e amplamente excludentes. Essa igualdade, ainda que não se fizesse com base em critérios de riqueza e renda, estava ligada a um status que, por si só, já excluía a esmagadora maioria das habitantes do DF em 1961: só poderiam ser iguais aquelas pessoas ligadas ao funcionalismo público, para quem a cidade estava destinada. Para Guilherme Wisnik, a cidade que, em 1959 foi chamada de “capital da esperança” pelo então ministro da agricultura André Malraux, logo precisou lidar com o ruir das utopias que a geraram:

[...] o que não se sabia, naquele momento, é que a década de 1960 reservava um futuro bem menos radioso para aquela utopia em processo de materialização. Pois não apenas o golpe militar de 1964 viria a cancelar e reverter o impulso democrático que a embasaram, mas também as grandes revisões teóricas internacionais dos pressupostos do urbanismo moderno logo veriam em Brasília a prova em negativo daquilo que queriam demonstrar. De vitrine a vidraça, a cidade passaria a demarcar um ponto de virada na história da arquitetura moderna, simbolizando não mais a maturação de um processo vanguardista audacioso, e sim a sobrevivência anacrônica de uma ideologia superada, associada a um espírito tecnocrático. Como resume Kenneth Frampton tempos depois, Brasília passa a ser vista como manifestação tardia de uma utopia democrática que se revelou simplista e autoritária, e incapaz de processar mudanças sociais ocorridas no mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial. (WISNIK, 2010: 11)

A proposta de Lucio Costa não se preocupou em destinar espaços de habitação para as pessoas que vieram construir a nova capital. Nem, tampouco, teceu considerações acerca do crescimento futuro da nova cidade ou da criação de novos núcleos urbanos, caso a população ultrapassasse os números previstos (Braga, 2010: 198). Esperava-se que, após a construção da cidade, todos os operários retornassem às suas cidades de origem¹¹. Teoricamente, a Cidade Livre e os acampamentos de obras

¹⁰Realizados entre 1928 e meados da década de 1960, os CIAM constituíram fóruns importantes sobre arquitetura moderna. Seu membro mais famoso era o francês Le Corbusier, cujas obras, escritos e projetos influenciaram arquitetas de várias partes do mundo, inclusive Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (HOLSTON, 2010: 37).

¹¹ “[...] o governo não podia evitar comprometer sua própria intenção de romper com a história brasileira: não podia negar por completo a ordem em vigor, que lhe fora necessária na construção da cidade

deveriam ser desativados após o rito de inauguração de Brasília. O próprio plano piloto de Costa já estabelecia que nenhuma favela deveria ser tolerada dentro dos limites do Distrito Federal¹². Para Milton Braga esse não foi um problema intrínseco ao projeto vencedor de Costa, mas uma consequência da ausência de planejamento continuado após a inauguração da cidade (Ibidem).

O surgimento de Taguatinga em 1959, portanto antes da inauguração oficial de Brasília, nos permite discordar desta abordagem. A idealização de Brasília como representante síntese da ruptura com o passado de subdesenvolvimento do país e, de sua construção, como sendo o ato inaugural de um futuro moderno e brilhante, marcou um planejamento de cidade (tanto por parte do governo como do plano piloto de Costa) que não se atentava para a realidade do país em que se inseria. Brasília seria como um oásis em meio ao deserto. No entanto, ao buscar inaugurar o futuro que silenciava e negava o passado e o presente do Brasil, o desfazer-se da utopia mostrava-se inevitável antes mesmo da cidade sair do papel. A ausência de planejamento continuado apenas agravou problemas que já podiam ser encontrados na gênese do projeto.

Os primeiros desvios do planejamento original se deram antes mesmo de Brasília estar consolidada, como se pode perceber através da criação das Regiões Administrativas de Taguatinga, já citada, Gama e Sobradinho – estas duas inauguradas em 1960. A criação de outros núcleos urbanos tão rapidamente evidencia que uma população não prevista fixou-se no território do DF antes de consolidada a construção da capital, visto que, no planejamento inicial, as então chamadas *idades-satélites* só seriam construídas quando o Plano Piloto tivesse esgotado a capacidade de absorver a demanda por moradia. Os menores investimentos direcionados a esses novos núcleos urbanos quando comparados ao Plano Piloto, evidenciam que houve uma criação planejada de periferias em Brasília, como nos conta Eloísa Barroso:

Brasília não foge à regra, os assentamentos e as satélites surgem como lugares onde as oportunidades não se colocam como no Plano-Piloto. Embora a estrutura de urbanização tente repetir a ocupação espacial do Plano, com exceção dos assentamentos invadidos, as cidades não

[operários]. A solução que se tentou dar para este paradoxo foi a de contratar mão-de-obra para erigir Brasília, mas usar seus poderes administrativos e policiais para remover a força de trabalho da capital construída. Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural.” (HOLSTON, 2010: 200).

12“Deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural.” (COSTA, 2010: 174).

oferecem as mesmas vantagens dos serviços urbanos da matriz, ao contrário, elas concentram toda uma série de problemas comum ao espaço periférico e pauperizado das grandes cidades. (BARROSO, 2008: 20)

O papel do Estado na condução de políticas habitacionais no DF merece aqui especial atenção. O processo de expropriação de terras na região teve início pouco antes de começada a construção de Brasília. Um dos objetivos do controle do Estado sobre as terras era afastar a população de baixa renda, controlando o acesso a moradias nas áreas centrais e a mantendo distante do Plano Piloto. No entanto, esta aparente rigidez do controle estatal e do planejamento urbanístico de Lúcio Costa, desde o seu início, apresentou frestas. São os usos que as habitantes da cidade fizeram dela, suas estratégias e táticas cotidianas que, atendendo às mais diversas e múltiplas finalidades, deram sentidos ao espaço e muitas vezes o alteraram, transformando-o em algo distinto do que constava no planejamento inicial. As candangas de baixa-renda, por exemplo, sem opção de moradia em Brasília, acabaram por erigir seus barracos em múltiplos pontos da cidade. Assim, surgiram vários movimentos populares de ocupação alternativa de alguns espaços do DF. Apareceu, então, uma série de vilas: IAPI (que deu origem à Ceilândia), Amaury (que deu origem à Sobradinho), Telebrasilândia, Planalto, Dona Sarah Kubitscheck (que deu origem à Taguatinga), entre outras.

É no contexto de déficit de moradias e de políticas habitacionais que visavam o afastamento da população pobre do Plano Piloto, com a criação de outros núcleos urbanos a grandes distâncias do centro e de repressão às ocupações existentes, que se insere a localidade do DF da qual trata esta pesquisa. Ela não foi desenhada por Lúcio Costa, nem planejada para abrigar os monumentais edifícios de concreto de Niemeyer, tampouco os jardins de Burle Marx ou os famosos azulejos de Athos Bulcão. O Paranoá surgiu sob o signo da transitoriedade. Sua especificidade, em relação à maioria das ocupações existentes no DF à época da construção de Brasília, está no fato de ter sido construída e concebida para servir de acampamento provisório para trabalhadores da construção civil. Ela duraria enquanto durassem as obra de construção da barragem do Lago Paranoá. No entanto, foi através de intensos processos de luta e das mais diversas estratégias de resistência e ocupação territorial, movidas pela população dessa

localidade, que o Paranoá acabou sendo reconhecido oficialmente como Região Administrativa do DF¹³.

O Paranoá nas memórias de Eva, Creuza e Lourdes

O que faz uma cidade? Os prédios, avenidas, casas, jardins, lagos, monumentos e obras de arte? Ou são arquitetas, trabalhadoras da construção civil e urbanistas? São apenas estas as responsáveis pela construção de uma cidade inteira? Construtoras e concreto, por si só, produzem apenas espaços sem vida. A população é que dá sentido a esses espaços, usufrui deles, cria novas estruturas, adéqua as já existentes a partir de novas necessidades, recriando-o diariamente. Desse modo, o processo de construção de uma cidade não se restringe apenas ao seu aspecto físico, está na constante e crescente interação social e cultural deste com a sua população.

Foi através de inúmeras estratégias de lutas e de táticas de resistência que as moradoras do Paranoá conseguiram reescrever o destino de uma localidade destinada a desaparecer após a conclusão da barragem do Paranoá. Nesse processo, os papéis desempenhados por mulheres locais foram fundamentais. Eram elas que, no geral, enfrentavam cotidianamente os agentes do governo e que, na década de 1980, representaram grande parte das integrantes dos movimentos sociais que lutavam por melhorias na cidade e, também, pela sua fixação.

Ecléa Bosi diz que “a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado.” (2003: 15). Completando o raciocínio, acredito que a memória é meio privilegiado na busca por diálogos entre as diferentes experiências de vida que enriquecem os espaços “humanos”. Penso que através das narrativas de memórias, elos entre gerações passadas, presentes e futuras, bem como entre pessoas que contemporaneamente vivenciam ou vivenciaram experiências distintas entre si, também se perpetua. Reside aí um dos pontos que motivaram a realização desta pesquisa: buscar memórias, ouvir narrativas dessas vidas que passam, tecendo, a partir das experiências de algumas mulheres, uma narrativa historiográfica preocupada com a dimensão humana dos processos históricos.

13A Região Administrativa do Paranoá foi criada em 10 de dezembro de 1964, através da Lei 4.545, porém, sua área urbana só foi implantada definitivamente em outubro de 1989. Cf. <<http://forumeja.org.br/df/book/export/html/201>> Último acesso em: 08/03/2014.

Um trabalho com histórias de vida não possibilita que a pesquisa se restrinja exclusivamente a determinado período pré-definido. Como veremos mais à frente, a memória narrada carrega em seu trabalho de construção passado e presente, além de inúmeras outras especificidades. No entanto, visando facilitar a compreensão do trabalho por parte da leitora e, também, trazer um enfoque maior para a pesquisa, esta dissertação apresenta como recorte temporal aproximado o período que vai de 1981, ano do Primeiro Barracaço, e 1993, ano em que foi tombada a Igreja São Geraldo, localizada no “Paranoá de Baixo”.

Foram três as narradoras que tornaram possível a escrita destas páginas: Eva, Creuza e Lourdes. Mulheres que, cada uma a sua maneira, lutaram para que o Paranoá continuasse existindo. Para a análise de suas narrativas foi imprescindível o diálogo com a bibliografia produzida sobre o assunto, especialmente com o trabalho de pesquisadoras que se empenharam em construir “histórias possíveis” a respeito de Brasília, revelando outras imagens da cidade, diferentes daquelas que aparecem nos relatos históricos oficiais. Neste caminho dissonante se encontram os esforços de Luiza Naomi Iwakami, Sandra Beatriz Barbosa Zarur, Eloísa Pereira Barroso, José Walter Nunes, Nancy Alessio Magalhães, Natália Brayner, Viviane Gomes de Ceballos, Gustavo Lins Ribeiro, James Holston, Aldo Pavianni, Renato Hilário dos Reis, dentre outros.

O referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa tirou muito de suas bases dos estudos feministas e de gênero, especialmente nos trabalhos desenvolvidos por Judith Butler, Sueli Carneiro, Ruth Frankenberg, Hazel Carby, Teresa de Lauretis, Linda Nicholson, Avtar Brah, dentre tantas outras. Em sintonia com este referencial, a compreensão dos depoimentos orais foi fundamentada na articulação dos conceitos de memória, experiência, identidades e representações sociais. Estes conceitos foram amplamente trabalhados por autoras como Ecléa Bosi, Michael Pollack, Denise Jodelet, Stuart Hall e Reinhart Koselleck.

A presente dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro deles traz o referencial teórico-metodológico que forneceu reflexões e caminhos que auxiliaram a análise das fontes; no segundo, serão apresentadas as três narradoras que tornaram esta pesquisa possível: Eva, Creuza e Lourdes e, através de suas narrativas, falaremos sobre os momentos iniciais da trajetória de cada uma delas no Paranoá, bem como sobre os laços de solidariedade e amizade que se criavam no cotidiano vivenciado por elas; o

terceiro e último capítulo apresenta uma análise dos trechos das narrativas que versam sobre as táticas individuais e estratégias coletivas utilizadas pela população do Paranoá nas lutas por habitação, além disso, abordará intensificação dos embates com o Estado e, por fim, a conquista da fixação do Paranoá, em 1988. A presente dissertação também possui um epílogo que exerce a função de “encerramento”. Este se propõe a trabalhar algumas das reflexões que guiaram esta pesquisa e, também, através das narrativas de Eva Creuza e Lourdes, perceber como elas se reconhecem no Paranoá (e reconhecem o Paranoá) através de suas ações e memórias no passado e no presente.

CAPÍTULO I

TECENDO DIÁLOGOS: DEBATES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este capítulo propõe uma discussão teórico-metodológica no intuito de apresentar autoras, conceitos e caminhos que serviram como pilares nesta pesquisa. Iniciarei com a articulação entre três conceitos que se mostraram basilares aqui: memória, experiência e identidades. Em seguida, teceremos diálogos entre idéias feministas. Mais à frente, abordarei a metodologia da história oral e a forma como ela foi empregada nesta pesquisa. Por último, apresentarei os caminhos desta pesquisa, desde o momento em que ela era apenas uma idéia, passando pelas entrevistas e chegando até a sua conclusão.

1.1. Sobre memória, experiência e identidades

Para Pierre Nora, houve um tempo em que os seres humanos habitavam suas próprias memórias. Tempo onde cada gesto, até o mais cotidiano, era vivenciado como uma repetição religiosa daquilo que sempre se havia feito, numa junção *carnal* do ato e do sentido (Nora, 1993: 09). Tempo como o das judias de antes – pois as de hoje sucumbiram aos apelos da modernidade –, cuja rotina diária se envolvia por completo nos rituais da tradição (Idem: 10). A memória para Nora é, também, temporalmente ambígua, pois carrega, simultaneamente, o passado e o presente. Mas a memória, *a verdadeira memória* – para usar uma frase do autor – não pode ser acessada de forma mediada; ela não pode ser recolhida em fragmentos, vestígios, marcas e indícios (Ibidem). Ao contrário, a *verdadeira memória* só existe se for, ela própria, expressão de continuidades: (re)vivida e (re)encenada no agora através da ligação inconsciente,

perpetuada pelas tradições, entre passado e presente – num *continuum* onde não haveria espaço para rupturas.

É lugar comum, nas análises de diversas autoras¹⁴ das mais variadas áreas do conhecimento, a percepção de que, no mundo (pós)moderno, ocorre uma aceleração do tempo. *Ruptura, fragmentação, volatilidade, liquidez*: palavras que, com frequência, se conectam à noção de (pós)modernidade. Reinhart Koselleck, por exemplo, não foge a essa tendência quando analisa a passagem para a modernidade. Segundo ele, o mundo 80% camponês da Europa de duzentos anos atrás, vivia em harmonia com os ciclos da natureza (2006: 314).¹⁵ Existiria assim, à época, uma “transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras” (Idem: 315). Essa imagem parece afinada àquela trazida por Nora das judias *de antigamente*, reproduzida no parágrafo anterior. Koselleck, no entanto, não naturaliza essas imagens, revestindo-as de uma áurea idealizada e nostálgica, como o faz Nora em variadas passagens de seu texto.¹⁶ Para Nora, a verdadeira memória – aquela que se expressa *espontaneamente* e de forma *natural* (Nora, 1993: 16, grifos meus) – estaria perdida nos tempos anteriores à modernidade, ou nas experiências ancestrais de etnias e grupos tidos como “primitivos”.

Ao afirmar que a verdadeira memória não pode ser acessada por meio de fragmentos e vestígios, Nora acaba evidenciando um problema metodológico de seu raciocínio: se a verdadeira memória sucumbiu à modernidade e se ela não pode existir em fragmentos indícios, como se pode afirmar certamente, a partir de um presente sem memória, que ela já existiu? A esse problema soma-se o fato do autor não ter explicitado as fontes nas quais baseou para evocar essa memória perdida. As fontes citadas por Nora no artigo em questão já estão inseridas nessa temporalidade carente de memória. Afirmar que existiu uma memória verdadeira é desistoricizar o próprio conceito de

14Cf: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Entre outros).

15O próprio autor classifica o trecho como uma “forte simplificação”, mas justifica sua utilização como um recurso fundamental para o entendimento da tese central de seu ensaio “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” (KOSELLECK, 2006: 315).

16Como, por exemplo, no trecho: “Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança.” (NORA, 1993: 09)

memória, tomando-o como uma característica humana não passível de transformação, atribuindo-lhe uma valoração (*verdadeira*) que não lhe é inerente, nem natural.

Koselleck, em contrapartida, trabalha a ruptura que, segundo ele, possibilitou a entrada na chamada modernidade, como resultado do aumento da distância entre *experiência* e *expectativa*.¹⁷ Segundo este autor, essas duas categorias “indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada.” (Koselleck, 2006: 308). Ao utilizar os mesmos conceitos para lidar com o tempo histórico antes da modernidade, no período de ruptura e já na modernidade, Koselleck explicita que, mesmo na descontinuidade existem permanências. E são essas permanências que permitem com que ele, um historiador localizado em seu próprio tempo presente, consiga através de vestígios do passado, perceber que em determinado período ocorreram transformações fundamentais na relação dos seres humanos com o tempo.

Koselleck utiliza um conceito de *experiência* que abarca tanto a elaboração consciente e racional dos acontecimentos passados, quanto suas manifestações inconscientes no comportamento. Para o autor, “*a experiência é o passado atual*, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” (Ibidem, grifos meus). Ela não necessariamente se liga ao passado vivido de fato pelo indivíduo que a evoca, mas, também, pode conter traços geracionais, ou seja, experiências de outras pessoas. A *expectativa*, igualmente, liga-se tanto à esfera individual quanto à coletiva. Ela também tem lugar no hoje, “*é o futuro presente*, voltado para o ainda não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto.” (Ibidem, grifos meus).

Experiência e *expectativa*, para Koselleck, também são conceitos relacionais, adequados para se trabalhar a noção de tempo histórico, visto que entrelaçam as idéias de passado e presente. Mas, apesar de invariavelmente ligados, esses dois conceitos não coincidem. A experiência, na medida em que tem como matéria o que já passou, é carregada da idéia de totalidade e fechamento para a pessoa que a recorda. Quando olhamos para trás (para os acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, por exemplo) temos a

17“Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.” (KOSELLECK, 2006: 314)

impressão de perceber um todo, limites mais ou menos definidos, interligações, causas, conseqüências, cadeias de eventos etc. A experiência futura, ao contrário, antecipada na forma de expectativa, não consegue ser vista em sua totalidade pelo sujeito que a elabora, pois “se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.” (Idem: 310).

Ainda sobre experiência, o autor escreve:

Tem sentido dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. *Não existe uma experiência cronologicamente mensurável* – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. Cronologicamente, toda experiência salta por cima do tempo, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado. (KOSELLECK, 2006: 311, grifos meus)

Vejam agora o conceito de *memória* trabalhado por Michael Pollack e outras pesquisadoras. Em “Memória e identidade social” (1992), Pollack enfatiza as ligações entre memória individual e coletiva. Segundo o autor, ainda que a memória pareça ser um fenômeno fortemente individual e íntimo, ela deve ser entendida, *sobretudo*, como um fenômeno coletivo e socialmente construído. Fenômeno este que se encontra em constante mutação (Idem: 201). *A memória, expressa nos depoimentos orais, é aqui entendida como indícios do passado, como pistas, marcas, fragmentos que não trazem consigo uma verdade à espera de ser revelada pela pesquisadora.* No processo de rememoração as experiências, sensações, histórias, impressões são evocadas a partir do presente. O que não quer dizer que o passado esteja de fato presente, tal qual aconteceu. Afinal, não há pontes possíveis que nos permitam transportar o passado, em sua integridade, até o presente. No processo de rememoração, este passado é sempre criado e recriado, visto de diversas formas e ângulos, composto por vivências, sentimentos, pessoas, espaços e lugares, valores, representações, sensações e silêncios. “Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente” (Stephanou & Bastos, 2005: 420).

O núcleo de investigação da história oral é a narrativa daquelas que se dispõem a contar suas histórias. Isso implica que a pesquisadora tenha em vista perspectivas

nem sempre presentes em outros trabalhos históricos como, por exemplo, as ligações entre memória e história (Idem: XIV). A memória como fonte, recolhida e construída através de depoimentos orais, é complexa e guarda especificidades. Para Ecléa Bosi a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns.” (2003: 31). Sendo a memória um trabalho sobre o tempo, este substrato móvel e fluido (Idem: 51-52), algumas técnicas, instrumentos e metodologias tornam-se necessárias para fomentar e balizar sua utilização como fonte.

Para Rousso, a memória

[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. [...] Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2006: 94)

De acordo com José Walter Nunes (2005) a (re)construção da história através da memória, produz, na realidade, uma (re)significação do passado. (Re)significação esta que opera através de uma relação temporal ambivalente, pois a memória carrega consigo o passado e o presente, transformando-os em algo distinto, algo que não é nem um nem outro. Como coloca o autor,

Assim, nessa relação temporal ambivalente, o que se recupera é a imagem do passado e não o passado. As questões do passado, inscritas no presente, são e não são o passado. São imagens do passado que, ao serem reconstruídas no presente, através da memória, expressam uma ambivalência do tempo presente, na sua forma do atual ou da atualização. (NUNES, 2005: 39)

Essas imagens do passado recuperadas – e produzidas – através dos processos de rememoração são o que também chamamos de representações. Dessa forma, a memória é encarada aqui como uma representação do passado. Segundo Sandra Pesavento, as representações são os meios pelos quais damos sentido ao mundo, ou seja, é através das representações que nós enxergamos o mundo. Para a autora, as

representações são “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (2003: 39). Sua definição, apesar de elucidativa, é também ambígua. Ela parece fazer referência a um real que existiria fora das representações. Se esse real, que serviria de base para as representações, pode ser apontado dessa forma, então também seria passível de ser acessado.

A chave para a leitura da afirmação de Pesavento, no entanto, pode ser diversa. A expressão “não há representação sem objeto”, enfatizada por Denise Jodelet (2001: 23), pode nos fazer seguir por outro caminho interpretativo. Essa realidade, da qual trata Pesavento, parece fazer referência ao que Jodelet chama de “realidade exterior ao pensamento” (Idem: 22). A oposição constituída entre essa realidade e pensamento na escrita de Jodelet, enfatiza o caráter inacessível da primeira, pois só a enxergamos através do pensamento. Ou seja, aquilo pelo qual lutamos, brigamos, nos unimos e concordamos está sempre atrelado às representações: são representações construídas a partir da ação de apropriação de algo e do pensar sobre esse algo. Como coloca Jodelet, “(...) as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade” (Ibidem).

Como observou Roger Chartier, a leitora, quando apresentada a um texto, o lê a partir de seu universo semântico. Ou seja, se apropria e transforma o texto, construindo representações a partir de suas vivências, experiências etc. Essas representações, contudo, não estão descoladas de uma materialidade, elas “manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido” (1991: 178, grifos meus). Pesavento enfatiza a ambiguidade entre presença e ausência (representante/representado) nas representações, já que elas têm o efeito de tornar presente o que está ausente. Segundo a autora,

Aquilo/Aquele que se expõe – o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. (PESAVENTO, 2003: 40)

Essa ambigüidade se reflete na tensão já mencionada por Nunes, entre passado/presente que se faz sentir na memória. Outra característica das representações, compartilhada pela memória, é a relação entre o individual e o social. Como assinala Jodelet, as representações constituem

[...] forma[s] de conhecimento[s], socialmente elaborada[s] e partilhada[s], com um objetivo prático, e que contribui[em] para a construção de uma realidade comum a um conjunto social [...] [Ou seja, como] sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais (JODELET, 2001: 22).

Bosi, ao empregar o termo substância social da memória (2003: 16) nos remete, assim como Rousso, a um diálogo que deve ser constantemente travado pela pesquisadora entre a memória individual e a coletiva. Este termo enfatiza a percepção de que, mesmo a memória mais individual, de alguma forma, se conecta a esferas da memória social. A memória deve, então, ser analisada como um fenômeno construído tanto individual como coletivamente.

A memória individual contém relações mais ou menos explícitas com a memória coletiva, visto que as “molduras que são utilizadas como expressão da experiência individual evidenciam elementos que inundam o espaço das subjetividades: sensações, representações, sentimentos” (Beneduzi, 2009: 228). Dessa forma, a noção de personalidade se realiza a partir da interação entre os mais diversos componentes “narrativo-imagéticos que demarcam um sentido de pertencimento geracional, profissional, social [...].” (Ibidem). Entretanto, ao mesmo tempo, outros componentes demarcam o caráter singular de cada depoimento, afinal, as experiências de vida, as imagens de si, as relações sociais, constroem subjetividades que extrapolam o que é coletivamente compartilhado.

Halbwachs, com um exemplo simples de um passeio por Londres, fornece, no trecho abaixo, uma imagem interessante acerca das ligações entre as dimensões individuais e coletivas da memória:

Suponhamos que eu passeie sozinho. Será que poderá dizer que deste passeio guardarei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência eu passei sozinho. Passando diante de

Westminster, pensei no que havia me dito meu amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que li sobre a abadia em alguma história). Ao atravessar uma ponte, pensei no efeito de perspectiva que meu amigo pintor apontara (ou que havia chamado minha atenção em um quadro, em alguma gravura). Eu me guiava referindo-me em pensamento ao mapa. (...) muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, (...) não posso dizer que estivesse sozinho. (...) Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las (...). (HALBWACHS, 2006: 30-31)

Entretanto, mesmo para Halbwachs, a dimensão coletiva da memória não poderia, por si só, explicar todas as lembranças das pessoas. Segundo este autor, na base de quaisquer lembranças haveria “um estado de consciência puramente individual que chamamos de intuição sensível – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social.” (Idem: 42). Esta afirmação do autor deixa transparecer uma crença em um núcleo individual, um centro, ao redor do qual, através das interações sócio-culturais, outras construções girariam – o que lembra muito o “sujeito cartesiano” analisado por Stuart Hall¹⁸. Ao denunciar essa ruptura aparentemente total entre memória individual e memória coletiva, proposta por Halbwachs, Estevão Martins problematiza e questiona a construção dessa dicotomia. Como separar de maneira tão absoluta o individual e o social? Como apagar o papel dos indivíduos na construção de suas próprias memórias? (2007: 41). No entanto, em outro artigo, ao tratar da construção da identidade, Martins retoma e legitima essa dicotomia:

O processo histórico de tomada de consciência do meio ambiente cultural em que o indivíduo emerge pode ser comparado com um sistema de círculos concêntricos cujo centro é a subjetividade particular do indivíduo. Esse centro é suposto como o de um agente racional humano conformado segundo as características físicas e mentais normais. (MARTINS, 2012: 101)

¹⁸“Descartes postulou duas substâncias distintas – a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele focalizou, assim, aquele grande *dualismo* entre “mente” e “matéria” que tem aflingido a filosofia desde então. As coisas devem ser explicadas, ele acreditava, por uma redução aos seus elementos essenciais à quantidade mínima de elementos e, em última análise, aos seus elementos irredutíveis. No centro da “mente” ele colocou o indivíduo, constituído por sua capacidade de raciocinar e pensar. [...] Desde então, esta concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o “sujeito cartesiano.” (HALL, 2006: 27)

Pressupor um sujeito anterior às relações sócio-culturais é, também, desistoricizar esta categoria. Se a ideia de normalidade (física e mental) é historicamente construída – como muitas pesquisas atestaram, em especial as de Foucault¹⁹ –, a afirmação acima já se torna problemática. Se Biologia e a Psiquiatria são construções humanas, cujas descobertas e pressupostos variam ao longo do tempo, como conceber que o corpo normal e suas funções físicas (mesmo as mais básicas como nascimento, alimentação, reprodução, excreção, morte) estão simplesmente dadas?

O conceito de sistema sexo/gênero evidencia muito bem a construção da dicotomia corpo/representação. As autoras que trabalham com esse conceito entendem que as influências sociais interferem não apenas na forma como a personalidade e o comportamento das pessoas são construídos, mas também nas formas como as pessoas enxergam, percebem, sentem e interpretam seus corpos. Assim, o sexo não seria a matriz biológica sobre a qual o gênero (representações sociais) é construído, ele seria, na verdade, produto do próprio gênero: os dois não estão desassociados. Para Teresa de Lauretis:

[...] o “sexo” não pode ser tomado de forma independente ou em oposição ao “gênero”, ao contrário, o “sexo” aparece também como um produto das relações e tecnologias de gênero. Assim, pretendo trabalhar “o gênero a partir de uma visão mais foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais [...]. (LAURETIS, 1994: 208)

Para Judith Butler, “nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida” (1998: 18). Segundo a autora, a crítica do sujeito não pode ser tomada como uma negação ou um repúdio da noção de sujeito, “mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão.” (Idem: 19). Para a autora, “instalar o termo de tal forma que ele só possa ser afirmado ou negado é forçá-lo a ocupar uma posição dentro de um binário e assim afirmar uma lógica da não-contradição [...].” (Idem: 15). Seguindo também o caminho da argumentação foucaultiana, Butler afirma que os sujeitos que agem, são eles próprios efeitos de ações anteriores. Segundo ela:

19Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. _____. *Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Entre outras).

O que Foucault propôs é que esse sujeito é ele mesmo o efeito de uma genealogia que é apagada no momento em que o sujeito se toma como única origem de sua ação e o efeito de uma ação sempre suplanta a intenção ou o propósito declarado do fato, os efeitos da ação instrumental têm sempre o poder de proliferar para além do controle do sujeito, para desafiar a transparência racional da intencionalidade desse sujeito, e assim subverter a definição do próprio sujeito. (BUTLER, 1998: 21)

Assim sendo, o sujeito é aqui entendido como resultado de atos de diferenciação, supressão, exclusão que o distinguem de seu exterior constitutivo²⁰. Voltando às relações entre memória coletiva e individual, acredito que seja mais interessante pressupor que as interações e diálogos com o mundo se processam de maneira diversa em cada indivíduo, não porque temos um núcleo que nos faz únicos desde o nascimento, mas porque cada um de nós tem experiências de vida únicas. Ou seja, se vivenciamos determinados acontecimentos em conjunto, nós também pensamos sobre eles e os conectamos a uma rede infinita de significados – outros acontecimentos, sentimentos e informações – com os quais tivemos contato, individualmente ou com outros grupos, ao longo do tempo. O resultado é que, por mais que as experiências sejam coletivas, a visão de cada pessoa, ou seja, a memória individual acerca dessa experiência apresenta, ao mesmo tempo, aspectos singulares e coletivos.

Para Pollak a memória se constitui a partir de alguns elementos: 1) acontecimentos vividos pessoalmente; 2) acontecimentos vividos *por tabela* (ou seja, acontecimentos que foram vividos pela coletividade da qual o indivíduo se sente participante); 3) pessoas e personagens conhecidas de fato; 4) pessoas e personagens conhecidas *por tabela*; 5) lugares de memória (ancorados em experiências pessoais, monumentos, datas comemorativas etc.) (1992: 201-202). Segundo o autor, a memória também possui determinadas características: ela é seletiva, é um construto (consciente e inconscientemente) e é um elemento constitutivo do sentimento de identidade (individual e/ou coletiva) (Idem: 203-204). Pollak também *observou como as memórias de determinados grupos podem ser coercitivamente silenciadas, como no caso das*

²⁰ “[...] o domínio da política se constitui por meio da produção e naturalização do “pré” ou “não” político. Nos termos de Derrida, trata-se da produção de um “exterior constitutivo”. Gostaria de sugerir uma distinção entre a constituição de um campo político que produz e naturaliza esse exterior constitutivo e um campo político que produz e torna contingente os parâmetros específicos desse exterior constitutivo.” (BUTLER, 1998: 13)

memórias de membros da resistência ao regime Stalinista, que por muito tempo permaneceram distantes do espaço público, como memórias proibidas e clandestinas. Estas memórias foram compreendidas pelo autor como memórias subterrâneas, aquelas que, por razões diversas, ainda permanecem sob a sombra das “memórias hegemônicas”, e que somente vem à tona em momentos “propícios” e de “tensão social” (1989: 04).

Nunes utilizou a idéia de memórias subterrâneas para tratar do que ele chamou de patrimônios subterrâneos em Brasília, que se contrapõem aos patrimônios oficiais da cidade. O autor observou que “aquilo que se teceu e que se tece pelas pessoas oriundas dos grupos populares sofreu e sofre um rápido processo de desaparecimento.” (2005: 25). É a partir desta concepção que entendo as memórias de mulheres do Paranoá como memórias subterrâneas, por se tratarem de memórias de um grupo marginalizado (no sentido de “fora do centro”), cujas histórias não constam – ou pouco constam – nos registros oficiais da cidade. Estas memórias foram silenciadas nos discursos oficiais pós-inauguração de Brasília, revelando tensões e disputas no campo da preservação de memórias do processo de construção e ocupação habitacional da cidade. Entendo as memórias orais dessas mulheres como um conjunto de narrativas que nomeia, explica, organiza e confere sentidos às suas experiências nas lutas pelo direito a moradia e habitação e, também, na forma como elas percebem suas relações com o lugar em que vivem.

Diante do quadro conceitual apresentado por Pollak e outras autoras supracitadas, tendo em vista a discussão de Koselleck acerca do conceito de experiência, torna-se possível analisar as ligações existentes entre memória e experiência. Se a experiência, como em Koselleck, refere-se a acontecimentos que foram incorporados pelos sujeitos – não necessariamente vividos por eles – e à presença do passado (2006: 308), não estaria ela invariavelmente ligada à memória? Para Koselleck, a experiência não é imutável, e é a sua localização no presente que lhe garante essa característica. Segundo o autor, experiências podem ser alteradas:

Seja porque a experiência contém recordações errôneas, que podem ser corrigidas, seja porque novas experiências abriram perspectivas diferentes. Aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. Os acontecimentos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências podem mudar com o correr do tempo. As

experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa. (KOSELLECK, 2006: 312-313)

De acordo com Foucault, o que importa, no estudo das experiências, é desfamiliarizá-las, desnaturalizá-las, dispersá-las (Albuquerque, 2006: 06). Como interpretou Durval Albuquerque, para Foucault, fazer uma história das experiências:

[...] não é, pois, fazer história do concreto em si, não é fazer história de objetos e sujeitos já dados, preexistentes à documentação que nomeia, explica, organiza, etc. [...] Foucault faz a história do que numa dada época foi chamada de experiência, o que possibilitou que aquela experiência fosse aflorada e registrada como tal. A experiência, para Foucault, pois, não é uma voz do passado que foi esquecida e precisa ser salva, mas é uma fissura no silêncio, silêncio ao qual estão condenados a maior parte dos seres humanos e de suas experiências. O que se deve perguntar, pois, não é, apenas, o que diz esta voz que rompeu o silêncio do passado, mas se perguntar por que ela pôde romper este silêncio, que condições históricas permitiram que esta experiência não permanecesse sepultada no passado (ALBUQUERQUE: 07-08).

A noção de experiência explicita as tensões e articulações entre passado e presente, memória e identidade. Ela faz referência não apenas a “um sujeito em ação, a um sujeito que se engaja na ação e dela participa, que sente a ação, pensa sobre ela e a reformula” (Kofes & Piscitelli, 1997: 345), mas também a um sujeito que é formado a partir das ações. E essa capacidade de “pensar sobre” e esse “reformular” implicam que as experiências podem ser transmitidas e (re)significadas a partir do presente e, também, a partir de experiências posteriores que tornaram possível o surgimento de outras interpretações. No processo de rememoração, no momento de produção de um saber acerca da experiência, os sujeitos podem selecionar, omitir ou enfatizar as experiências consideradas importante de serem rememoradas no presente.

Stuart Hall, ao tratar das experiências do movimento negro, explica como elas são um construto social, um modo de representação e imaginação que diz muito sobre como nos constituímos e o que somos. Como escreve o autor,

[...] tendemos a privilegiar a experiência enquanto tal como se a vida negra fosse uma experiência vivida fora da representação. Só

precisamos, parece, expressar o que já sabemos que somos. Em vez disso, é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos. (HALL, 2011: 327)

A experiência da negritude, no sentido colocado por Hall, não existe em si mesma, não transcende as representações, encontrando sua origem em um passado longínquo ou dentro do próprio indivíduo. O sujeito autorizado da experiência é ele mesmo formado a partir de suas experiências, ou seja, é também um construto, produzido discursivamente. O social e o cultural são esferas que interferem nos processos de (re)significação da experiência individual. Como campos dinâmicos que são, essas esferas, na medida em que se transformam, alteram também as possibilidades, do ponto de vista do fazer historiográfico, de se pensar o sujeito e a experiência ao longo do tempo – como fez Koselleck ao analisar as mudanças e rupturas na relação dos seres humanos com o tempo a partir da modernidade. As experiências têm historicidade; e embora possam exibir semelhanças e continuidades com outros momentos, elas nunca são as mesmas (Hall, 2009: 317).

Como disse Joan Scott, a “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (Scott, 1999:16). Nesta perspectiva, um ponto de análise fundamental é perceber como as experiências de Eva, Creuza e Lourdes são evocadas a partir do presente, na linguagem que lhes confere contornos e significados. A linguagem, como forma de comunicação da experiência, por meio de suas representações, apresenta variações em função das múltiplas dimensões constitutivas das identidades dos sujeitos que falam. Assim, enquanto ato de fala, a linguagem é um ato de identidade, já que movido por escolhas, valores e interesses. Neste sentido, também foi uma preocupação perceber de que forma as identidades de gênero, sexualidade, classe, raça etc., atravessam as falas dessas mulheres.

Ao analisar as narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, estive atenta também aos modos de “representação de si” e do “outro”, ou seja, ao modo como as mulheres estabelecem sentidos/significados às suas identidades. Neste trabalho, parto do princípio de que não existe uma identidade feminina pronta para ser identificada e analisada. Entendo que as identidades de gênero são construções históricas e culturais, que se constituem de maneira plural e heterogênea, articuladas às diferenças de raça,

classe, etnia, idade, geração, sexualidade, nacionalidade, etc., que são experimentadas e vividas pelas mulheres. A compreensão dessa articulação é ponto fundamental no desenvolvimento da presente pesquisa.

Inúmeras feministas, como veremos mais adiante nesta dissertação, denunciaram, e permanecem denunciando, o caráter simplista e generalizante de pesquisas que têm como principal eixo de análise as relações de gênero. Para Avtar Brah, por exemplo, é evidente que o principal objetivo dos feminismos tem sido o de combater as relações sociais de poder construídas através das diferenciações de gênero. Nessa perspectiva, as relações de poder entre mulheres e homens são analisadas “como a principal dinâmica da opressão das mulheres, levando às vezes quase à exclusão de outros determinantes como classe e racismo” (2006: 342-343). Segundo a autora:

Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela. (BRAH, 2006: 351)

Acerca das especificidades da memória de mulheres, Cyntia Sousa e outras autoras afirmam que

(...) apesar das diferentes modalidades de análise sobre o que venha a ser e sobre como funciona a memória feminina, no passado e no presente, existe o consenso de que ela está intrinsecamente ligada ao lugar que a mulher ocupa e aos tipos de atividade que ela desempenha no espaço social. A história oral constitui-se, então, em uma maneira de restituir-lhes o seu espaço em uma “sociedade masculinizada, regida pelos homens, mas sem cair no equívoco de festejar um mundo sem os homens, pois isso seria jogar com as exclusões e negar a realidade social”. (SOUSA; et.al.,1996: 63)

A abordagem acima é problemática em alguns níveis. O primeiro deles está na forma de apresentar a história oral como “uma maneira de restituir-lhes [às mulheres] o seu espaço em uma “sociedade masculinizada, regida pelos homens”. A história oral é socialmente relevante na medida em que abre portas para que novos sujeitos

históricos surjam na historiografia. Mas a pesquisadora não dá a voz a esses sujeitos, não os coloca em seus espaços, não os salva. Esses sujeitos já têm vozes, esses sujeitos já ocupam seus espaços no mundo, nós buscamos, justamente, acessar essas experiências (através de fragmentos, representações), pensar sobre elas, analisá-las. A visibilidade construída aqui é historiográfica e o espaço que lhes restituímos é o espaço no discurso histórico.

Em segundo lugar, há de se tomar cuidado para que a percepção da existência de hierarquias e opressões de gênero (simbólica e materialmente perceptíveis na sociedade em que vivemos e em outras) não gere uma vitimização que paralise e se torne igualmente opressora. A afirmação de que estamos em uma sociedade “regida pelos homens” inviabiliza e silencia as experiências de mulheres que, tanto no âmbito das práticas micro-políticas quanto no das macro-políticas, atuam e transformam o mundo em que vivem. Afinal, não são as ações dessas mulheres que nós, historiadoras feministas, buscamos encontrar, analisar e narrar?

O terceiro problema que gostaria de abordar diz respeito às ligações entre “memória feminina” e “o lugar que a mulher ocupa na sociedade”. Esta relação me parece extremamente simplista, pois analisa o gênero como eixo principal no qual a memória se desenvolve. Nesta dissertação me apóio nas concepções de Butler, acerca dos gêneros e do sexo, quando afirma que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura* (BUTLER, 2003: 25).

Parece óbvio que, ao tratarmos a memória como um construto (individual e coletivo), os papéis de gênero perpassam as maneiras pelas quais essa memória se constitui e se apresenta. Mas quando nos referimos à “memória feminina”, parece que estamos jogando o perigoso jogo do binarismo sexual, aceitando a priori que as mulheres, por uma “diferença sexual” tida como natural, partilham de uma teia de

significações que influenciam de forma semelhante suas experiências de vida e, por conseguinte, suas construções de memória. Estar atenta para as hierarquizações e opressões de gênero sofridas pelas mulheres no geral, não significa reduzir as múltiplas e possíveis experiências e apropriações que esse ser-mulher pode representar. Ou seja, não creio que possa ser possível falar em “o lugar” ocupado pela “mulher” no mundo, mas sim em lugares, incontáveis e múltiplos, ocupados e apropriados por mulheres também múltiplas. O eixo do gênero é apenas um, dentre vários, que interferem na construção da memória. Cruzando este eixo estão inúmeros outros (classe, raça, religião, escolaridade, local de moradia, época vivida, etc.), e é na convergência deles que podemos analisar de maneira mais satisfatória como funciona o processo de construção da memória.

Nesse sentido, Selma Leydesdorff, Luisa Passerini e Paul Thompson escrevem:

[...] nós estamos muito conscientes de que a masculinidade e a feminilidade assumem diferentes formas em diferentes contextos culturais e, também, que ao longo do tempo podem evoluir de forma rápida por diferentes caminhos dentro da mesma cultura, de modo que os limites que pareciam tão óbvios em um determinado momento, podem se tornar irreconhecíveis no próximo. É, portanto, extremamente importante evitar dar a impressão de que as distinções entre o masculino e o feminino em um lugar representam diferenças de gênero essenciais transculturais. Mais do que isso, mesmo que seja um pressuposto que amplas diferenças de gênero na constituição da memória podem ser encontradas em qualquer sociedade, também, geralmente, uma grande variedade dentro de cada gênero pode ser percebida, e, na verdade, essas diferenças individuais podem ser maiores que aquelas entre as tendências gerais. (LEYDESDORFF; et.al., 2005: 02)²¹

Ainda que, invariavelmente, a problemática de como as memórias se constituem seja importante no desenvolvimento desta pesquisa, entendo que a questão das diferenças e semelhanças entre as memórias femininas e as masculinas não poderia ser abordada neste trabalho. Como o trecho acima aponta, as memórias são extremamente dinâmicas. Assim sendo, torna-se impossível, se não irresponsável, uma pesquisa, onde

²¹Tradução livre do trecho: “[...] we are very much aware that masculinity and femininity take different forms in different cultural settings, and also that over time they can evolve in rapidly different ways in the same culture, so that the boundaries between them which seem so clear at one moment may become unrecognizable at the next. It is thus extremely important to avoid giving the impression that distinctions between the masculine and the feminine in one place at one time represent transcultural essential gender differences. More than that, while in any given society we should expect to find some broad gender differences in the forms of memory, it is also clear that there is usually great variety within each gender, and indeed, these individual differences may be greater than those between the general tendencies.”

*apenas três mulheres foram entrevistadas, buscar apontar linhas gerais e exemplares de análise que articulem de forma satisfatória a influência do gênero no próprio processo de construção discursiva da memória*²².

Sobre identidades territoriais

A relação das identidades com o espaço/território impõe aqui, também, algumas reflexões. Segundo o geógrafo Rogério Haesbaert, é imprescindível estimular o diálogo entre a História e a Geografia visto que, as duas áreas, não raramente lidam com questões muito próximas (2009: 101). Esta proximidade de objetos, no entanto, não impediu que as duas disciplinas se enclausurassem em redutos isolados (Ibidem), como se nota nos cursos de graduação. Embora temas como a cidade, o campo, o urbano e o rural estejam cada vez mais presentes na historiografia, é possível perceber que pouco se aproveita do arcabouço teórico desenvolvido pelas geógrafas para se pensar a interação entre as pessoas e o espaço. Como consequência, desenvolvemos nossas análises sobre as pessoas *nas* cidades, por exemplo, ao invés de pensarmos as pessoas *e* as cidades, de forma *relacional*.

Durante o curso de mestrado, tive a oportunidade de assistir a uma aula com a geógrafa Shadia Hussein de Araújo, sobre o conceito de *identidade territorial*. Buscando referências teóricas na geografia, me deparei com a diferenciação que pesquisadoras dessa área fazem entre *espaço* (termo que eu estava empregando até então para pensar a relação das mulheres com o local onde vivem) e *território*. De acordo com Marcelo Souza, o *espaço* é anterior ao *território*, e

[...] sempre que houver homens [*sic*] em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. [...] o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade

²²Cito como exemplos de tentativas de circunscrever linhas gerais e exemplares que diferenciem memórias masculinas de femininas afirmações como “Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado (...)” (PERROT, 1985: 15);“(...) o mutismo dos homens, em um casal, ao tratar-se das recordações da infância ou da vida privada (...)” (Idem: 16). No caso de análises de memórias masculinas e femininas em experiências controladas em contextos específicos temos o artigo *Gender Differences in Memories for Speech*, de Richard Ely e Alyssa McCabe (2005: 17-29).

social – *ao menos enquanto o homem [sic] estiver presente*. Esta última restrição admite ser ilustrada por uma imagem que mostra bem que, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo o espaço social é um território: pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma [...]; essa cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo “morreu” em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente um território de quem quer que seja. (SOUZA, 1995: 96-97)

Assim sendo, o espaço seria uma espécie de *não-lugar* (do ponto de vista humano), desconhecido, abandonado, não valorizado, não ocupado pelos seres humanos. Embora num mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, seja, com frequência, mais raro encontrar esses *não-lugares*, já que, numa macro-escala, as áreas de interesse humanas são cada vez mais abrangentes e, ainda que a presença física não ocorra, interesses políticos, militares e econômicos definem valores para determinadas áreas. Já o *território* é definido por Souza como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (1995: 96). Dessa forma, o território não seria um lugar, um substrato em si, mas um campo de forças, “relações de poder especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.” (Idem: 97). Enquanto Souza trabalha com uma noção de território mais ampla, algumas autoras, como Fábio Pollice, definem de forma mais restrita o que seria o território. Segundo este autor, territórios passam a existir quando se constroem noções de pertencimento das pessoas a um determinado *espaço vivido*. Neste sentido, o autor explica que o território

[...] não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria. [...] se tem um *território* quando a terra é via de comunicação, meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação. Em síntese, o território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente. (POLLICE, 2010: 08)

Pollice liga a definição de território à apropriação do espaço pelas pessoas. Enquanto para Souza, o território, não necessariamente, está ligado à terra ou ao solo – ao fazer referência, por exemplo, a um *mar territorial* (1995: 98) – na definição de

Pollice ele invariavelmente está ligado à terra. Como não é intenção nos aprofundar nestas questões teóricas, ligadas aos conceitos geográficos aqui explanados, saliento que as reflexões em torno do espaço/território do Paranoá serão, aqui, baseadas nas concepções de Pollice. É a partir dos processos de territorialização, e através deles, que se constitui a chamada *identidade territorial*. Segundo o autor, essa identidade

[...] pode ser interpretada como sentido de pertença, identificação social, representação partilhada de um *si* coletivo, mas de modo algum pode ser identificada, seguindo uma visão míope e reduzida, nas suas manifestações exteriores, nos sinais deixados sobre o território. (POLLICE, 2010: 11)

A identidade territorial se originaria, então, através de um processo de construção auto-referencial “colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido [...]” (Idem: 09). Nessa discussão cabem as mesmas ponderações já trabalhadas sobre o conceito de *identidade*. Ou seja, a identidade territorial é um processo dinâmico e relacional, ela está sempre se alterando e se reconstruindo a partir da interação entre a comunidade, o espaço ocupado por ela e outros territórios. A articulação com outros territórios, inclusive, pode ser muito complexa visto que, “o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes” (Souza, 1995: 94). Ou seja, dentro de um mesmo espaço podem existir inúmeras territorialidades, por vezes contraditórias entre si, como é o caso, por exemplo, do Setor Comercial Sul, no Plano Piloto de Brasília, onde camelôs, pessoas em situação de rua, transeuntes e representantes do Estado (geralmente a polícia), não raro, entram em conflito justamente pelas diferentes apropriações que fazem do espaço.

1.2. Articulando idéias feministas

Suponhamos, por exemplo, que os homens só fossem representados na literatura como apaixonados pelas mulheres, e nunca fossem amigos de homens, soldados, pensadores, sonhadores; que pequena quantidade de papéis

nas peças de Shakespeare lhes poderiam ser atribuídos, como sofreria a literatura! A literatura se empobreceria incrivelmente, como de fato a literatura é empobrecida de modo incalculável pelas portas que foram fechadas às mulheres.

Virgínia Woolf, 1928.

Não é em vão que inicio esta parte da dissertação com uma reflexão de Virgínia Woolf, datada de 1928, sobre os papéis atribuídos às mulheres nos escritos literários. Apesar das imensas transformações políticas e culturais operadas no “ocidente” ao longo de todo o século XX, as palavras desta escritora não perderam seus significados. Ao contrário, tais percepções se expandiram e se multiplicaram sobre outras manifestações artísticas, intelectuais e de comunicação – como o cinema²³, o rádio, a televisão – e se perpetuaram incansavelmente através de outros espaços institucionalizados de produção de conhecimento, como a própria História.

Ao longo do século XX, os movimentos feministas e de mulheres produziram largas críticas aos discursos e práticas que atribuem às mulheres papéis secundários e marginalizados nas relações sociais. São discursos e práticas que impõem um modelo binário às identidades de gênero (homens/mulheres, masculino/feminino), legitimando oposições e exclusões sociais baseadas em interpretações que enfatizam, constroem e hierarquizam diferenças entre os corpos. Na historiografia estes discursos operaram também no silenciamento e inferiorização das experiências e memórias das mulheres em diferentes tempos e espaços. As narrativas-mestras da história, enquanto *discursos fundamentalistas*²⁴, difundiram amplamente uma perspectiva universalista e essencializadora sobre os comportamentos das pessoas divididas entre mulheres e homens em diferentes tempos e espaços, re-afirmando as diferenças e desigualdades de gênero como naturais e inquestionáveis. *Como bem escreve Tânia Navarro-Swain,*

23Um teste interessante proposto por Alison Bechdel no quadrinho *Dykes to Watch Our For*, de 1985, permite perceber com nitidez o quanto as personagens femininas no cinema são construídas sobre bases machistas excludentes, simplistas e estereotipadas. O teste que a personagem de Bechdel faz para saber se vale ou não a pena ver determinado filme é simples: 1) ter pelo menos duas personagens femininas; 2) que falem uma com a outra; 3) sobre algo que não seja um homem. É impressionante a baixíssima quantidade de filmes que passam no teste. Para mais informações sobre o Bechdel Test: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/02/cinema-que-exclui-as-mulheres.html>> Último acesso em: 29/01/2014.

24Como assinalou Joan Scott, “A história tem sido, em sua maior parte, um discurso fundamentalista. [...] suas explicações parecem impensáveis se não tiverem como base algumas premissas, categorias, ou hipóteses fundamentais. Esses fundamentos [...] são tido como inquestionáveis; são considerados permanentes e transcendentos. (1999: 06)

As “narrativas-mestras” da história, os clássicos, generalizando abusivamente sua interpretação do social ocultam os pressupostos que as orientam, os valores e representações modeladoras de percepções, construindo uma realidade histórica homogênea, repetidora do Mesmo, em discursos cuja pretensão é espelhar o real; no caso do relacionamento entre os sexos, narra-se a história da dominação, da troca, da submissão, da exclusão das mulheres pelos homens, seja na sociedade indígena, seja na sociedade colonial que se instala a partir da ocupação portuguesa das terras do Brasil, sem levar em conta os numerosos indícios que nos relatam organizações múltiplas do social. (NAVARRO-SWAIN: 2006)

Grande parte das disciplinas dos cursos de graduação em História ainda exclui conteúdos reveladores da atuação histórica das mulheres. Ao considerarmos a História como prática discursiva que, assim como outras práticas, participa da construção e elaboração do “real” (Albuquerque, 2006: 03), é indispensável refletir sobre o que essa História cria e o que ela silencia a partir de suas produções. Que feminilidade é essa que as práticas historiográficas constroem a partir de seus procedimentos de seleção, exclusão e interdição? Que experiências e subjetividades de gênero são constantemente silenciadas nesta historiografia? Afinal, como escreveu Foucault, “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.” (2011: 10).

Ainda que, nas últimas décadas, os estudos sobre gênero, raça e sexualidade tenham se ampliado nos meios acadêmicos, a produção historiográfica nestes campos ainda encontra certos entraves à sua difusão. Na chamada “história geral”, ensinada nos cursos de graduação e, principalmente na educação básica, os sujeitos históricos retratados e destacados ainda são, predominantemente, homens (brancos, heterossexuais, cristãos e “ocidentais”). Como analisa Michelle Perrot, se “a história das mulheres parece hoje ser legítima, suas bases institucionais permanecem extremamente débeis, em função da própria rigidez de organização dos cursos e das disciplinas.” (1995: 27).

Partindo das reflexões de Woolf, percebemos o quanto a historiografia poderia ser riquíssima se, em suas produções cotidianas, os sujeitos de suas narrativas fossem tão variados quanto variadas podem ser as experiências de vida humanas. Nesse sentido, é importante evocar a dimensão política do campo denominado *História das Mulheres*. Segundo Joan Scott, em uma análise acerca deste campo de conhecimento nos Estados

Unidos, “a ligação entre história das mulheres e política é ao mesmo tempo óbvia e complexa” (1992: 64). Como explica Diva Muniz, essa ligação é óbvia, porque seu percurso se inscreve e se entrecruza com o dos movimentos feministas contemporâneos em suas críticas e denúncias à dominação masculina (2010: 67); e complexa, porque a “história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo. Que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história.” (Idem: 65).

O movimento de reconhecimento da historicidade do próprio fazer historiográfico, de seus objetos, de seu arcabouço teórico e metodológico; aliado ao crescimento dos feminismos, foi fundamental para que, ao final da década de 1960, emergisse um campo de conhecimento sobre as mulheres, sob as denominações “História da Mulher”, “História das Mulheres”, “Estudos de Gênero” e/ou “Estudos Feministas” (Soihet & Pedro, 2007: 284-285). De acordo com Muniz, nas décadas de 1960/70, emergiu na academia uma produção historiográfica preocupada em apontar as atuações históricas das mulheres, “em retirá-las do silêncio produzido por um discurso centrado no masculino universal, sem questionar, porém, os termos dessa exclusão” (Muniz, 2010:72). Durante os anos 1980, sob a influência da História Social, “é visível a preocupação em incorporar as dimensões da experiência e da cultura na leitura do social, de se fazer uma abordagem cultural do social, ou vice-versa” (Idem: 73). Segundo a historiadora Margareth Rago, neste momento buscou-se “revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multi-facetadas de resistências à dominação masculina e classista” (1995: 82).

Já no final dos anos 1980 e predominantemente a partir de 1990, observa-se profundas mudanças neste campo de estudo, “com sua ênfase no texto e na linguagem, observa-se o enveredamento para a cultura, para a Nova História Cultural” (Muniz, 2010: 73). Foi neste momento que se introduziu no Brasil o gênero “como categoria útil de análise histórica” (Scott, 1990). Muniz observou que esta introdução “não se deu sem tensões, restrições e hierarquizações, apesar e por conta das perspectivas promissoras de transformação nas relações sociais e na estruturação do conhecimento” (2010: 74).

Devemos observar que o desenvolvimento da História e Historiografia das Mulheres trouxe também uma série de contribuições epistemológicas. Como escreveram Rachel Soihet e Joana Maria Pedro,

Constituída a História das Mulheres, de acordo com Joan Scott, uma das mais importantes contribuições das historiadoras feministas foi o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito universal. [...] A História das Mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, [...] com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal. (SOIHET & PEDRO, 2007: 286)

Diva Muniz, também destacou que este campo de estudo

[...] possibilitou pensar diferentemente a história, libertando-a de esquemas prévios, fechados e redutores (...). Possibilitou, enfim, uma leitura das dimensões da vida social noutros termos, fora do sistema de pensamento essencialista e falocêntrico, revigorando, assim, o projeto político feminista de transformação das relações humanas (MUNIZ, 2010: 74).

Já Susane Oliveira enfatizou que as historiadoras feministas vieram contestar os fundamentos patriarcais da historiografia moderna (do sujeito do humanismo universal), denunciando as concepções androcêntricas, sexistas, racistas, homofóbicas e eurocêntricas presentes nas formas de ordenamento/descrição dos acontecimentos sociais (2012: 38). Deste modo, tais historiadoras vêm respeitando

[...] o particular e o local e, por conseguinte, a multiplicidade das práticas e significados sociais, chamando atenção para outras formas de ver e conceber os acontecimentos relativos ao sagrado, ao corpo, às subjetividades e às relações entre homens e mulheres na história, gerando algumas questões relevantes sobre as categorias e metodologias de gênero aplicadas nos estudos acadêmicos (OLIVEIRA, 2012: 38-39).

Assim, desafiando a política de produção de conhecimentos, os estudos feministas lançaram “um conjunto de questões profundamente perturbadoras sobre as hierarquias, as bases e as hipóteses que governam o empreendimento histórico” (Scott, 1995:74). Questões estas que permanecem pertinentes ainda hoje. Como dito anteriormente, grande parte dos discursos produzidos sobre Brasília e sua construção silenciam, recorrentemente em suas análises, a atuação de determinados grupos como,

por exemplo, os operários submetidos às péssimas condições de trabalho e moradia, às jornadas de trabalho exaustivas, aos acidentes nos canteiros de obras. Neste sentido, a vida dos operários não condizia com as imagens de igualdade, progresso e esperança que idealizavam a nova capital²⁵. Da mesma forma, as histórias de inúmeras mulheres que também fizeram parte dos processos de construção e desenvolvimento de Brasília, foram e ainda permanecem sendo invisibilizadas e silenciadas pela chamada *história oficial*.

1.3. *História oral e entrevistas*

A escola dos Annales, ao romper com a concepção de que apenas os documentos escritos (preservados em arquivos oficiais) teriam valor, multiplicou as fontes históricas, incluindo documentos de todo tipo: imagéticos, audiovisuais, cartográficos, orais, etc. Além disso, ao suspender o status de verdade dos documentos – os problemas de veracidade, distorção e não-objetividade –, não invalidou ou secundarizou os relatos orais e seu uso pelas historiadoras. A história oral não apenas tornou-se um instrumento privilegiado para o surgimento de novos objetos, campos de pesquisa e de uma nova documentação, ela também fez emergir uma nova relação entre as historiadoras e os sujeitos de suas pesquisas (François, 2006: 08).

Para Danièle Voldman o testemunho é todo o discurso que define e apresenta a si mesmo como tal, e que se submete ao julgamento da história. Nesse sentido, é o contrato recíproco firmado entre historiadora e testemunha que daria status de testemunho ao discurso (2006: 256). No entanto, como a própria autora escreve, no termo “testemunho” encontramos “a noção de prova e de verdade”, já que, em seu uso corrente, “o testemunho serve para provar um fato ou uma asserção e para estabelecer uma verdade.” (Idem: 255). Apesar de a presente pesquisa fazer uma crítica à história oficial, apontando alguns dos silenciamentos e exclusões decorrentes de sua prática excludente, a intenção não é colocar uma nova história em seu lugar, pois isso seria apenas fazer mais do mesmo. O intuito é construir uma narrativa histórica dentre as

25Acerca das realidades dos operários durante os anos iniciais da construção de Brasília, consultar, entre outros: RIBEIRO, Gustavo. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008.

várias possíveis, fazer emergir outros sujeitos historiográficos dentre inúmeros que poderiam ter sido abordados. Dessa forma, optei por utilizar o termo “narradora” ao invés de “testemunha”, enfatizando o papel exercido pelas subjetividades e pelo protagonismo de Eva, Creuza e Lourdes na construção de suas narrativas.

O objetivo principal desta pesquisa é perceber como aparecem nessas narrativas as relações entre a participação delas nos processos de luta por moradia no Paranoá e a construção e afirmação de suas identidades – tanto como sujeitos de luta que interferem na realidade onde estão inseridas, quanto como moradoras do Paranoá. Trabalho aqui com a concepção de que a história oral é muito mais que uma técnica (relativa à coleta, tratamento e armazenamento de depoimentos), é uma metodologia de pesquisa. Como meio de obter as informações necessárias para a construção de uma narrativa que se baseie nas experiências dessas mulheres, optei pela utilização desta metodologia. Como argumentam Janaína Amado e Marieta Ferreira,

[...] a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...], funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno na história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram, na boa e antiga teoria da história. (AMADO & FERREIRA, 2006: XVI)²⁶

Nesse sentido, as reflexões e aportes teóricos explicitados neste capítulo, dentre outros, foram fundamentais para a análise das narrativas de Eva, Creuza e Lourdes. A seguir, apresento as etapas e aspectos metodológicos que envolveram a construção, organização e análise dos depoimentos orais: roteiro, entrevistas, processamento, análise das fontes e retorno aos sujeitos.

1.3.1. Roteiro

²⁶Ainda segundo as autoras, “O mesmo ocorre com outras metodologias: a demografia histórica, por exemplo, está apta a elaborar tabelas e séries relativas às populações. Construir metodologias de trabalho para esse material e formular questões importantes sobre tais dados, mas deve procurar fora dela própria – na teoria – subsídios para compreender as questões que suscita; o mesmo se passa com a história econômica, a genealogia, a história cultural etc”. (AMADO & FERREIRA, 2006: XVII)

O roteiro é a etapa que precede a entrevista. Ele se baseia em visitas e conversas exploratórias, além de consultas à bibliografia existente sobre o tema abordado e/ou a outras fontes complementares. O roteiro serve para assegurar, na medida do possível, que as perguntas estão sendo bem formuladas e que serão importantes no contexto em que forem aplicadas (Thompson, 1992: 257). Optei, na presente pesquisa, pela utilização de um roteiro semi-estruturado. A intenção foi sistematizar alguns questionamentos-chave que balizassem a entrevista, embora deixassem uma liberdade para que a narradora construísse sua própria narrativa, o que não seria possível em um sistema de pergunta-resposta fechado. *Por outro lado, a inexistência de um roteiro minimamente estabelecido poderia me fazer correr o risco de não conseguir acessar informações mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.*

Por ausência de fontes disponíveis, não foi possível fazer um levantamento biográfico de todas as narradoras. Apenas uma delas, a Lourdes, deu algumas entrevistas mais consistentes para pesquisadoras interessadas na história do Paranoá, assim tive a oportunidade de acessar algumas informações sobre sua experiência em dois textos acadêmicos (Reis, 2011; Magalhães, et.al, 2001). Dessa forma, trabalhei com um roteiro geral, tanto ao entrevistar a Eva quanto Creuza. A carência de referências anteriores, no entanto, não prejudicou o andamento das entrevistas no geral. Segundo a pesquisadora Verena Alberti, diante da impossibilidade de realizar um estudo prévio da biografia da narradora,

[...] o pesquisador deve passar apenas com os dados biográficos fornecidos pelo entrevistado no momento mesmo da entrevista, devendo refletir a seu respeito e estabelecer as devidas correlações quase que imediatamente, para, ainda durante a entrevista, lançar questões pertinentes sobre seus significados. Esse esforço concentrado exige do entrevistador uma apreensão sólida das questões contidas no roteiro geral de entrevistas, conferindo-lhe segurança suficiente para avaliar a importância das informações que obtém e inseri-las em um contexto articulado. (ALBERTI, 2005: 91)

1.3.2. Entrevista

As entrevistas foram gravadas em local escolhido pelas narradoras, em suporte de áudio. Entendo que uma câmera pode tornar mais complicada a entrevista, visto que muitas pessoas se sentem menos à vontade quando filmadas do que com a gravação em áudio. Além disso, uma filmagem de qualidade pressupõe técnicas específicas que

demandam tempo hábil para serem apreendidas e, também, necessita de uma equipe (geralmente de luz, som, imagem, edição, montagem). O áudio é ideal para uma primeira experiência de campo e permite que a pesquisadora tenha maior domínio sobre cada etapa de produção da fonte (coleta de depoimento, transcrição e análise).

Segundo Verena Alberti, a prática do diálogo entre pesquisadoras e narradoras – com o maior peso para estas – é adotada pelo Cepdoc²⁷. Essa também foi a prática utilizada nas entrevistas da presente pesquisa. Para Alberti, a utilização desse tipo de entrevista

[...] implica que o entrevistador ouve muito, mas também conduz a conversa, ou seja: também fala. Essa opção pela entrevista diretiva se baseia na crença de que uma entrevista conduzida na forma de conversa, na medida do possível prolongada, produz melhores resultados do que aquela em que o pesquisador não intervém diretamente. [...] Se optamos por entrevistas diretivas, isso não quer dizer que o façamos sem maiores cuidados. Ao contrário, conduzir uma entrevista procurando reduzir as influências do pesquisador sobre o depoimento requer muita atenção na hora de falar. [...] Isso significa que se deve cuidar para formular perguntas abertas, que forneçam espaço para o entrevistado expor seu ponto de vista, independentemente de uma direção prévia traçada. (ALBERTI, 2005: 119-120)

As observações Alberti me foram bastante úteis durante o processo de realização das entrevistas com as mulheres no Paranoá.

1.3.3. Processamento

O processamento é “todo o processo envolvido na passagem da entrevista da forma oral para a escrita, compreendendo as etapas de transcrição, conferência de fidelidade da transcrição e copidesque” (Idem: 173). *Entendo que somente o contato com o depoimento, no formato de texto escrito, pode fornecer uma base segura a partir da qual a análise da fonte se baseia, já que “a escuta do oral, pela sua brevidade, não permite penetrar o significado das palavras gravadas.” (Ibidem). No entanto, muito se perde quando apenas o texto serve de substrato para a análise. Neste processo, é preciso estar atenta também às reações da narradora – às suas pausas, silêncios,*

²⁷Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

sorrisos, lágrimas, entonações de voz, etc. – aspectos que são também fundamentais para a compreensão e análise da narração. Por isso, o diálogo entre as duas formas de apresentação do depoimento – tanto no seu original (que é a gravação), quanto na sua representação escrita – foi necessário durante a análise da fonte. Nesse sentido, o uso de um caderno de campo auxiliou na coleta de alguns detalhes que o gravador não consegue captar.

A transcrição é a primeira versão escrita do depoimento. A intenção é que ela seja o mais fiel possível à entrevista. Apesar de ter iniciado a pesquisa com a intenção de realizar eu mesma esta etapa, alguns problemas no decorrer desses dois anos me impossibilitaram de seguir esse planejamento. Conteí, então, com o auxílio de duas amigas para transcrever as entrevistas: uma historiadora (Karolline Pacheco), e outra estudante de Ciências Sociais (Julia Pantoja), ambas com experiência em transcrição. No processo de transcrições foram observadas algumas técnicas utilizadas por historiadoras orais, como passagens pouco audíveis colocadas entre colchetes, grifo para anotações etc.

A conferência de fidelidade da transcrição consiste em comparar o resultado final da transcrição com a entrevista. Assim, esta conferência deve ser realizada com o auxílio do áudio da entrevista e tem como função contribuir para que erros, omissões e acréscimos indevidos, sejam corrigidos (Idem: 185). Essa etapa também foi realizada pela Karolline e pela Júlia.

O *copidesque* foi o último tratamento antes da versão escrita final da entrevista. A intenção dessa etapa é ajustar o documento para a atividade de leitura (Idem: 213). Segundo Verena Alberti,

A ação do copidesque sobre a entrevista limita-se a corrigir erros de português (concordância, regência verbal, ortografia, acentuação), ajustar o texto às normas estabelecidas pelo programa (maiúsculas e minúsculas, sinais como aspas, asteriscos etc.) e adequar a linguagem escrita ao discurso oral (esforço no qual a pontuação desempenha papel fundamental). (ALBERTI, 2005: 214)

Uma afirmação interessante, que justifica a correção de “erros” de português cometidos pelas entrevistadas, é a de que, na fala, esses “erros” têm um peso muito menor do que na forma escrita (Idem: 216). Ou seja, quando esses “erros” são

transferidos para a representação escrita da entrevista, eles ganham um destaque que não possuem durante a expressão oral. Esse destaque é multiplicado pelo fato de que, em uma dissertação, os trechos da entrevista estão intercalados com textos da pesquisadora, escritos de forma a respeitar as normas do português padrão. Como a intenção não é pesquisar aspectos lingüísticos da construção dos discursos dessas entrevistadas, a perda de fidelidade na passagem da forma oral para a escrita, seria recompensada por estes outros ganhos.

Considero, no entanto, que a alteração indiscriminada, ortográfica ou gramatical, dos discursos das entrevistadas, traria mais perdas do que ganhos para a construção narrativa na qual os frutos da pesquisa serão apresentados. Corre-se o risco de perder, por exemplo, a fluidez e a naturalidade das falas das entrevistadas e também a especificidade da construção narrativa de cada uma delas. Além disso, essa correção indiscriminada contribui para a valorização de uma experiência discursiva em detrimento de outras. Ou seja, contribui para que as tentativas de padronização da linguagem permaneçam hierarquizando expressões lingüísticas elitizadas e invisibilizando outras inúmeras formas de expressão e de experiências de utilização e apropriação da linguagem. Assim, optei pelo equilíbrio entre as duas posturas (correção e não-correção) por acreditar ser esta uma boa solução para que determinados “erros” não ganhem uma visibilidade artificial na forma escrita e, igualmente, para que a especificidade da narrativa de cada uma não se perca sob a padronização da linguagem.

1.3.4. Análise das fontes

Essa análise se deu através do diálogo entre as narrativas e o aporte teórico-metodológico já explicitado neste capítulo e, também, através da utilização de bibliografia levantada sobre o Paranoá e Brasília. Optei por não dialogar com outras fontes (como a escrita ou imagética) por entender que o espaço de uma dissertação é espacialmente limitado e, também, porque a intenção da pesquisa foi perceber, através das narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, como a construção de suas experiências e identidades aparecem em suas histórias e que relações se estabelecem entre a construção desse sentimento de identidade e a participação delas nas lutas por moradia no Paranoá.

1.3.5. Retorno às narradoras

Foi possível perceber que as três narradoras têm uma conexão muito forte com o Paranoá. Essa conexão também se exprime no desejo de preservar a história da localidade, localidade esta que ajudaram a construir e preservar. Existe também o receio de que a história do Paranoá se perca com o passar dos anos, algo que, segundo Eva, já pode ser observado, já que a maior parte da população do Paranoá hoje não estava na cidade na década de 1980, e desconhece profundamente as histórias de luta que sustentam o passado da comunidade. Como foi dito a cada uma delas, essa pesquisa também tem o intuito de preservar essas memórias, podendo servir, também, como instrumento para que essas histórias sejam passadas para as gerações futuras.

1.4. Caminhos da pesquisa

Quatro bilhões de pessoas nesse mundo / e minha
imaginação é como era. / Continua a comovê-la
o singular. / Esvoaça no escuro como a luz da
lanterna, / iluminando alguns rostos ao acaso /
[...] Escolho excluindo porque não há outro jeito,
/ mas o que rejeito é mais numeroso, / mais
denso, mais insistente do que nunca. / Às custas
de incontáveis perdas, um poeminha, um suspiro.

Wisława Szymborska, s.d.

Qualquer pesquisa, assim como um poema, é feita de escolhas. A poetisa seleciona, a partir de suas vivências, sentimentos, observações e intenções, as imagens e palavras que melhor transmitem o que pretende expressar. A pesquisadora, por sua vez, direciona o pequeno feixe de luz proveniente de sua lanterna – para usar a metáfora de Szymborska – não apenas para aquilo que lhe parece mais interessante de ser utilizado a partir do objetivo proposto, mas, também, para aquilo que é capaz de encontrar e com o qual é capaz de trabalhar dado o restrito tempo para pesquisa e conclusão de seus trabalhos. Assim, apresento neste subtítulo um questionamento que me foi feito na ocasião de qualificação do meu mestrado: *mas por que essas três mulheres, por que a Creuza, a Lourdes e a Eva e não outras?*

Nos caminhos que me levaram até a redação do anteprojeto de mestrado, apresentado na seleção em 2011, tropecei, por coincidência, na dissertação da arquiteta Luiza Iwakami (1988). Foi durante o curso de graduação que desenvolvi um interesse crescente pelo estudo da história das mulheres na cidade de Brasília, mas naquela época eu ainda não sabia como poderia desenvolver tais estudos e pesquisas sobre o tema. Então comecei a ler essa dissertação e, conseqüentemente, me apaixonei também pelas histórias de resistência que marcaram o Paranoá, desde o seu surgimento até a sua fixação. A partir daí comecei a investigar as possibilidades de abordagem das questões de gênero dentro dessa história. Eu não sabia nada sobre as mulheres do Paranoá, além disso, a pesquisa de Iwakami, até o momento, não havia me dado nenhuma pista sobre elas. Até então, os termos usados – “moradores”, “integrantes da diretoria”, “os jovens do grupo pró-melhorias”, dentre outros – para nomear as pessoas reunidas e politicamente engajadas nestas lutas, sinalizavam apenas para o protagonismo masculino. Foi quando notei, dentre as páginas finais da dissertação de Iwakami, uma discreta nota de rodapé que, mesmo sem intenção, apontava subterraneamente para a presença de mulheres como protagonistas nas lutas pela fixação do Paranoá. Tratava-se de uma nota sobre a composição da chapa que venceu as eleições para Associação de Moradores do Paranoá em 1985, assim escrita:

A composição da diretoria era heterogênea: a presidente da Associação possuía formação de nível superior; a vice-presidente estava cursando a Universidade e os outros membros incluíam uma professora e um bancário entre profissionais diversos. (IWAKAMI, 1988: 149, grifos meus).

A leitura desta nota suscitou-me uma série de questionamentos: quem seriam essas mulheres? Que possíveis trajetórias elas precisaram percorrer para chegar a ocupar esses lugares de poder dentro de sua comunidade? Como este empoderamento foi construído? O que tornou possível essa construção? Mas uma questão prática também se colocava: como estabelecer contato com essas mulheres?

Após a leitura da dissertação de Iwakami, tive acesso à dissertação da Natália Brayner (2005) sobre memória de mulheres do Paranoá. Esta autora adotou uma estratégia muito interessante para conhecer aquelas que seriam suas futuras narradoras: começou a frequentar as reuniões do grupo de terceira idade do Paranoá, a *Associação de Idosos Agrupar com Amor*. Sua intenção não era entrevistar apenas mulheres, no

entanto, como a maior parte do grupo era formada por mulheres, esse recorte acabou sendo estabelecido, mas sem o aporte teórico dos estudos de gênero e feministas.

A partir destas leituras, ingressei no curso de mestrado em história com a intenção de seguir o mesmo caminho de Natália Brayner em sua pesquisa, primeiro estabelecendo um contato com as idosas da Associação. No entanto, os caminhos de uma pesquisa nos levam, muitas vezes, para lugares distintos. Incomodava-me na história, bem como na academia em geral, a produção de conhecimentos que parecem distantes da “realidade”, ou melhor, do dia-a-dia das pessoas. Por isso fui atraída pela história oral, pela possibilidade da aproximação com as pessoas, de seu cotidiano e das experiências contadas por elas próprias. Antes de ingressar na pesquisa de campo, para realização das entrevistas de história oral, surgiram algumas indagações: *como me aproximar destas mulheres? Será que elas vão aceitar colaborar com a minha pesquisa? Como farei o primeiro contato?* Estes foram alguns dos muitos questionamentos e desafios que envolveram esta pesquisa, antes de, efetivamente, me aproximar dessas mulheres cujas narrativas constituíram o *corpus* de análise.

A despeito desse receio, próprio dos primeiros contatos que estabelecemos com pessoas ainda desconhecidas, tentei algumas vezes ligar para Associação de Idosos Agrupar com Amor, mas não obtive sucesso. Quando não sabia mais o que fazer, afinal, todo o meu projeto dependia desse contato, uma amiga, Marina Corrêa, integrante do *Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais* (o Genpex) da Faculdade de Educação da UnB (FE), me falou sobre o projeto de alfabetização de jovens e adultas no qual trabalhava no Paranoá. Segundo ela, o projeto era composto, em sua maior parte, por mulheres e, várias delas, estavam no Paranoá “desde sempre”, como ela mesma descreveu. Interessei-me pelo grupo e durante a semana de Extensão da UnB de 2012, em uma atividade do *Projeto Paranoá de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores/as de Jovens e Adultos de Camadas Populares do Paranoá*, tive a oportunidade de conhecer Eva Lopes Sampaio, a primeira narradora que apresento neste trabalho.

Ao final da atividade de extensão, conversei com Eva e acabei lhe oferecendo uma carona de carro até a Rodoviária do Plano Piloto. No caminho contei-lhe que estava iniciando uma pesquisa histórica sobre o Paranoá. Falei que, nas minhas leituras, havia me apaixonado pela história daquela cidade e que, especialmente, havia me interessado pelos papéis de destaque desempenhados pelas mulheres nas lutas por

moradia e melhores condições de vida na localidade. Eva começou, então, a me contar sobre sua vida, disse que tinha sido mãe muito nova, que só havia tido oportunidade de concluir os estudos quando estava “mais velha”, que chegou ao Paranoá em 1981... No meio desta conversa, ela disse ainda que, ao chegar ao Paranoá, acabou se tornando uma *outra* pessoa, completamente diferente do que era antes e que, por isso, devia *tudo* ao Paranoá. A força e o simbolismo desta colocação reforçaram ainda mais, para mim, a importância desta pesquisa sobre as histórias, experiências e identidades de mulheres nas lutas por moradia no Paranoá. Essa ligação tão enfatizada, entre a construção de sua identidade e sua condição de moradora do Paranoá, despertou em mim o interesse de analisar, principalmente, o modo como a memória destas mulheres se relaciona com a afirmação e (re)construção de suas identidades como sujeitos de poder²⁸ no espaço onde vivem. Assim, surgiu a necessidade também de analisar, nas narrativas de mulheres, como se davam as relações entre espaço/território, experiência e memória na constituição de suas identidades. Ou seja, de que forma suas identidades se constroem, se sustentam e se (re)criam na interação entre estes três elementos, visto que, as identidades surgem como resultado das relações que as pessoas estabelecem com o espaço/território, com outras pessoas (experiências nas relações sociais, de gênero, classe, raça etc.) e com o tempo (história/memória).

No entanto, nas narrativas das três mulheres do Paranoá que dão base a esta pesquisa, foi possível perceber que Eva, Creuza e Lourdes relatam certa homogeneidade na experimentação do processo de territorialização do Paranoá, na época de maior intensidade da luta pela fixação de suas moradias na cidade. Expressões como “o povo todo tava presente”, “nessa época era todo mundo unido”, “tava todo mundo lutando pela mesma coisa” aparecem com frequência nas lembranças destas mulheres sobre o período. Quando se referem ao Paranoá no tempo presente, surgem, em suas falas, outras expressões como “hoje em dia tem muita violência”, “hoje você não conhece

28Na presente dissertação utilizo a noção de poder trabalhada por Foucault: “Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança.”. (2007: 26)

tanto as pessoas”, “a juventude não quer saber de nada”, “antes todo mundo era mais ou menos igual, hoje são vários grupos”; o que de certo modo indica que houve uma complexificação do processo de territorialização do lugar, que passou a ser experimentado de múltiplas maneiras, em decorrência do crescimento populacional no Paranoá e da diversidade de experiências vividas em seu território. Esta discussão será aprofundada mais à frente, quando avançarmos na análise das narrativas.

Por mais que muitos pontos de intersecção possam ser encontrados nas narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, as nuances de cada uma delas torna possível visualizar que, individualmente, elas percebem seu relacionamento com a cidade de forma muito particular e específica. Retomando as discussões sobre memória, feitas anteriormente, isso se deve ao fato de que cada uma delas teve experiências únicas. Ou seja, apesar de terem vivenciado e refletido muitas vezes sobre os mesmos acontecimentos, acabam *conectando os acontecimentos e suas reflexões a uma rede infinita de significados, com os quais tiveram contato, individualmente ou em grupo, ao longo do tempo. Por perceber a importância dessas nuances nessas narrativas, optei pela realização de entrevistas que tratassem não apenas da atuação política delas no Paranoá, mas, também, de outros aspectos de suas vidas, como infância, relações familiares, etc. Deste modo, realizei três longas narrativas que variaram de 1h40 a 2h30 de duração. Todas elas ocorreram nos locais de trabalho destas mulheres. Eva e Lourdes narraram suas histórias no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep), já Creuza me recebeu no centro de ensino onde é professora, no Paranoá – ambos os locais foram escolhidos por elas.*

Como já dito, inicialmente entrei em contato com algumas mulheres do Paranoá, através do projeto de alfabetização. Depois de ter participado da atividade de extensão e conhecido Eva, fui a duas reuniões do projeto no Cedep, no mês de fevereiro de 2013, e fiz contato essas três mulheres que se disponibilizaram a tecer suas narrativas para a presente pesquisa: Eva Lopes Sampaio, Maria Creuza Evangelista de Aquino e Maria de Lourdes Pereira dos Santos. Todas elas são lideranças comunitárias no Paranoá, coordenadoras no Cedep e alfabetizadoras populares.

Na tarde do dia 02 de maio de 2013 fui até o Cedep para conversar com Eva que, neste mesmo ano, completava cinquenta anos de idade. Apesar dela ter me avisado que estava muito ocupada e que teria pouco tempo para a entrevista, nossa conversa durou quase duas horas. Eva nasceu no DF e é a mais nova das três narradoras. O que chamou

atenção, na fala da Eva, foi a sua firmeza, ela praticamente conduziu a entrevista, da forma como achou que deveria ser conduzida. Desenvolveu uma linha narrativa sólida, na qual o fio condutor é a formação de sua identidade de *mulher independente*, como enfatizou inúmeras vezes durante seu relato. Neste trabalho interessa analisar, no relato de Eva, que *mulher independente* é essa que se constrói a partir de sua relação com o Paranoá.

A entrevista de Creuza aconteceu no local de seu trabalho, em uma das Escolas de Ensino Fundamental do Paranoá, na noite do dia vinte e dois de julho de 2013. Sua personalidade é bem diferente da de Eva. Creuza pareceu-me mais tímida e, por isso, durante a entrevista, foi necessário fazer muitas perguntas, para estimular o enriquecimento de sua narrativa. A análise de sua narrativa exigiu um esforço maior por ter se mostrado bastante fragmentada e pouco linear. Na primeira conversa que tivemos, depois de uma das reuniões no Cedep, ela se mostrou reticente em aceitar o convite, pois, segundo ela, sua experiência “não tinha sido tão importante” e que seria “conversar com a Lourdes”, por exemplo.

Lourdes foi a última das três mulheres que entrevistei no Paranoá. Desde que comecei a buscar informações e a ler sobre o Paranoá, seu nome sempre aparecia. Marina, a amiga que me apresentou o Genpex e ao projeto de alfabetização do Paranoá, também sempre me falava dela. Quando cursei uma disciplina sobre políticas habitacionais no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB o professor Luiz Alberto Gouvêa, conhecido como Jacaré, diversas vezes me recomendou: “você *tem* que falar com a Lourdes, ela se envolveu em *tudo* no Paranoá”. Dessa forma, fui criando na minha cabeça uma imagem poderosíssima da Lourdes, como alguém quase inalcançável, praticamente inacessível.

Lembro-me bem da primeira vez que a vi. Foi na minha primeira ida ao Cedep, em uma sexta-feira à noite. Cheguei, pedi licença, e disse que eu era mestranda em história na UnB e que estava estudando o Paranoá. Perguntei se poderia assistir à reunião. Permissão concedida, comecei então a observar a sala: era uma sala ampla, nela, havia quase quarenta pessoas, sentadas em um círculo. Dentre elas havia apenas dois homens. Lourdes era quem conduzia a pauta da reunião, organizando e controlando também o tempo de fala das pessoas. *Então, é essa a famosa Lourdes*, pensei, e admirei a força desta mulher, refletida em suas opiniões e atitudes. Ao final da reunião Lourdes foi cercada pelas demais educadoras que chegavam com perguntas, questionamentos e

pediam sua opinião sobre determinado assunto. Quando todas se afastaram me aproximei timidamente. Senti-me intimidada diante de sua força e personalidade. Conteí-lhe quem eu era, falei que estava fazendo uma pesquisa, expliquei do que se tratava e perguntei se ela poderia me conceder uma entrevista. Ela me pareceu pouco interessada, disse que era uma pessoa extremamente ocupada, me deu seu número de telefone e me disse que podíamos marcar qualquer dia para conversarmos sobre o tema da pesquisa.

Preferi, então, conversar primeiro com Eva e Creuza, para só depois marcar o diálogo com Lourdes. No entanto, no meio do caminho, tive que lidar com algumas dificuldades e, por isso, a entrevista só aconteceu meses depois do nosso primeiro encontro. Liguei para ela algumas vezes, em janeiro de 2014, conversamos e, finalmente nos reencontramos. No dia 16 de janeiro cheguei ao Cedep para conversar com Lourdes. Ao contrário do que imaginei inicialmente, ela foi extremamente simpática e solícita comigo, assim como Eva e Creuza. A entrevista de Lourdes teve um maior tempo de duração, com 2h30 de gravação. No entanto, conversamos por quase quatro horas, pois várias pessoas chegavam querendo falar com ela, tirar dúvidas sobre o Cedep, etc. Dessa forma, o processo de sua entrevista foi bastante exaustivo, mas acabou rendendo um riquíssimo material de pesquisa.

A narrativa de Eva foi bastante linear, com marcações temporais em sequência cronológica, baseadas nos acontecimentos que envolveram, em grande parte das vezes, suas relações familiares e pessoais. Já a narrativa de Creuza foi bastante fragmentada, os acontecimentos relatados parecem desconexos, já que emergem fora de uma sequência cronológica linear.

Lourdes, por sua vez, construiu uma narrativa cujo foco principal foi *os movimentos sociais no Paranoá*, e não *ela dentro dos movimentos*. Em outras palavras, enquanto nas duas primeiras entrevistas, ficou bastante evidente que as narrativas se referiam às experiências pessoais das entrevistadas, a entrevista de Lourdes apresenta, na maior parte do tempo, um tom pessoal menos explícito, como se a *sua* experiência fosse a experiência *dos* movimentos pró-moradia do Paranoá. Não que isso apareça de forma intencional ou arrogante em suas falas, a consciência de que sua narrativa é *uma versão possível* dos acontecimentos aparece em vários trechos da narrativa, como no seguinte: *têm algumas coisas na minha cabeça, tema minha versão e a versão de outras*

peessoas, a versão de cada um que tava na luta naquela época e essas coisas....elas se acabam, as pessoas se acabam.

CAPÍTULO II

MULHERES EM MOVIMENTO:

EVA, CREUZA, LOURDES E O PARANOÁ

Entonces tomo la mano que pinta las calles, / le ordeno un cartel que se vea desde muy lejos: / La calle es de quien la camina, / las fronteras son asesinas. / Ahorro peso sobre peso y una primera mañana / giro la manija, cierro despacio la puerta / y me voy con el tiempo del paso sobre el suelo de todas.

Fancesca Gargallo, 2008.

O nascimento do Paranoá ocorreu de forma diferenciada em relação ao surgimento de outras Regiões Administrativas do Distrito Federal, como Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho. Formada em 1957, a partir de um acampamento cuja função seria abrigar trabalhadores das obras de construção da barragem do Lago Paranoá, a localidade, durante sua primeira década de existência, contou com um número reduzido de habitantes. O acampamento era de responsabilidade da Novacap²⁹ e abrigava apenas

29Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, criada por lei em 1956, para gerenciar e coordenar a construção da nova capital do Brasil. Entretanto, como havia muito a ser feito após a inauguração, a Novacap continuou existindo, tornando-se uma empresa pública, como o é até hoje. Cf: <<http://www.novacap.df.gov.br/sobre-a-novacap/a-novacap.html>> Último acesso em: 11/11/2013. A Novacap acumulou diversas funções entre 1956 e 1960, exercendo, inclusive o poder de polícia através da Guarda Especial de Brasília (GEB), freqüentemente lembrada por recorrentes práticas arbitrárias de violência contra a população mais pobre do DF (HOLSTON, 1993: 216).

trabalhadores da construção civil. Desta forma, um considerável número de pessoas, especialmente de famílias de operários, se alojou nas proximidades do Paranoá, formando as chamadas Vila Piauí e Vila dos Mineiros (Iwakami, 1988: 114).

Em meados dos anos 1960, com o fim das obras da barragem, a Novacap se retirou da área e algumas pessoas passaram a ocupar as construções de uso comum do acampamento (como escola e galpões) e as casas que antes serviam de moradia aos operários, engenheiros e suas famílias. Aos poucos, as vilas e o acampamento passaram, em seu cotidiano, a girar entorno de uma estrutura comum, dando origem a então chamada Vila Paranoá. O reduzido número de habitantes fez com que a localidade passasse de forma quase despercebida pelo governo, que, nesta década, buscava frear o aumento das ocupações que surgiam em vários outros pontos do DF (especialmente no Plano Piloto) como as Vilas IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, entre outras (Brayner, 2005: 18).

Os fluxos migratórios no sentido campo-cidade aumentaram em todo Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Este crescimento da população e das ocupações urbanas atingiu também Brasília e, conseqüentemente, a Vila Paranoá. Foi a partir desse momento que o número de moradoras passou a aumentar de forma considerável, atingindo seu ápice na década de 1980³⁰, período em que Creuza e Eva chegaram ao Paranoá. Lourdes, por sua vez, mudou-se para esta localidade no início da década de 1970. Nos primeiros anos da década de 1980 o afluxo de moradoras para o Paranoá estava sendo amplamente divulgado pela mídia e, com isso, muitas pessoas tomaram conhecimento da ocupação e mudaram-se para lá. A partir disso, travou-se um intenso processo de luta pela fixação de moradia no Paranoá, do qual estas mulheres tiveram ampla participação.

Neste capítulo, pretendemos expor e analisar as memórias de Creuza, Eva e Lourdes referentes aos momentos iniciais de suas trajetórias no Paranoá, observando as razões que as levaram para esta cidade, bem como ao envolvimento com as lutas pela fixação de moradia. Trata-se, portanto, de uma análise de narrativas orais produzidas por estas mulheres durante as entrevistas que realizei no Paranoá. Tais narrativas permitem não só visualizar a diversidade de experiências vividas por cada uma delas neste processo, mas, também, aspectos que envolvem a construção de suas memórias e

³⁰Segundo dados disponibilizados por Iwakami (1988: 114), o número de barracos na Vila Paranoá cresceu de 187 (em 1969), para 500 (em 1975), até chegar a 3.100 (em 1987).

identidades, bem como as relações destas mulheres com o espaço/território, a família, o trabalho, as vizinhas, os movimentos sociais, a economia e as luta por moradia. Além disso, a memória destas mulheres comporta indícios importantes – diferentes daqueles que aparecem nas fontes oficiais do governo do DF – que nos permitem a construção de uma “outra” história da fixação do Paranoá, centrada nas experiências daquelas que participaram deste processo.

A partir de uma perspectiva historiográfica feminista busquei também, nos relatos destas mulheres, indícios que permitam romper com aquele conhecimento histórico soletrado no masculino, androcêntrico e sexista, que tendeu a universalizar o binarismo de gênero (masculino e feminino), naturalizando as identidades, as relações sociais, os comportamentos, as visões de mundo, as ações e histórias das mulheres em diferentes tempos e espaços. Trata-se de conhecimento que acabou por reduzir e naturalizar a atuação histórica das mulheres apenas ao âmbito doméstico, ligada exclusivamente ao casamento e à maternidade. Estes estereótipos universalizantes que envolvem o “feminino”, por sua vez, também estabelecem um padrão racista do que seria “a Mulher”. Na historiografia, características como fragilidade, dependência do marido, ligação com o mundo doméstico e o casamento estão, no Brasil, ligadas às experiências históricas de mulheres brancas de classe média e alta. Tais experiências foram amplamente generalizadas na historiografia, já que vistas como universais, partilhadas por todas as mulheres. Estas experiências não refletem aquelas vividas pelas mulheres negras, pardas e indígenas que, por sua vez, são duplamente invisibilidades pela historiografia, inclusive a feminista, quando não têm suas especificidades consideradas. Como escreve Sueli Carneiro,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas [...]. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos

falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. (CARNEIRO, s.d.)

Assim, pretendemos dar visibilidade historiográfica ao protagonismo destas mulheres, valorizando e analisando suas próprias narrativas, compreendendo a historicidade que envolve suas memórias, experiências e identidades.

2.1. Eva: em busca de moradia e autonomia

[Eva]: então... meu nome é Eva Lopes Sampaio, eu tenho/fiz cinquenta anos agora, no dia seis. Sou mãe de três filhos. É... eu tive filho muito nova, né? Com quinze anos eu tive o primeiro, dezesseis o segundo, dezessete a terceira filha. E eu... eu venho nessa caminhada, né... de mulher. E quando eu me organizei como pessoa, como mulher... porque antes de morar no Paranoá eu era organizada de acordo com as outras pessoas, com a minha mãe, com o meu marido, com a minha sogra. No tempo que vim me organizar pra mim mesma, pra minha vida, ser dona-de-casa, mãe, né? Pegar o poder mesmo de ser mãe, foi quando eu tinha feito 18 anos... foi quando eu fiz a escolha de morar sozinha, eu e meu marido.

Com 50 anos, Eva é a mais nova das três mulheres com quem conversei e traz, com isso, uma contribuição diferente para esta pesquisa: ela nasceu no DF. Para Creuza e Lourdes, a mudança para Brasília e o confronto experimentado entre a idealização anterior da cidade e as dificuldades enfrentadas num cotidiano diferente do qual estavam acostumadas antes da sua chegada, assumem um lugar de importância em suas narrativas. Eva, no entanto, nos apresenta um relato distinto. Por ter nascido na cidade, sua narrativa não apresenta o ponto de ruptura que significou a mudança de um estado para o outro, como foi para Creuza e Lourdes, mas sim, a ruptura de uma forma de organização familiar para outra. Da mesma forma, ela nos apresenta a ruptura que representou sua mudança de uma RA pra outra. Ao se casar, Eva foi morar na casa da sogra, na Ceilândia. Suas memórias, relatadas sobre o período, fazem referência, especialmente, à falta de autonomia que permeava sua vida até então. Foi a partir de sua

decisão de mudar-se da casa da sogra para o Paranoá, em 1981, aos 18 anos, que Eva emerge como *mulher independente* em sua narrativa.

É possível perceber que, para Eva, independência significa, primeiramente, ter seu próprio espaço, sua própria casa, como revela no trecho a seguir:

[Eva]: *eu morava junto com minha sogra, uma cunhada e meu sogro, e eu tinha aquela certeza que ele [seu marido] não tinha aquele dinamismo de falar “vamos morar de aluguel, vamos comprar um lote!”... E aí um dia eu fui dormir, acordei de manhã com o noticiário na TV e no rádio. Foi o maior noticiário que teve no tempo, isso em oitenta e um... minha filha tinha acabado de fazer um aninho e aí vi no rádio assim... bem de longe... que estava tendo uma invasão no Paranoá. E eu falei assim: “eu vou pra esse Paranoá!”, e foi a minha primeira determinação de pessoa, de mulher.*

É no momento em que Eva decide romper com aquela *vidinha medíocre*, como ela mesma define, por morar em uma casa que não era sua e não ter autonomia para exercer completamente seu *poder de mãe*, que ela demarca a gênese de sua narrativa *como mulher*. O sentido dado à expressão *de/como mulher* está intimamente ligado, na narrativa de Eva, à conquista da autonomia.

Na vida de Eva, antes do Paranoá, a sogra comandava, o marido comandava, sua mãe comandava. Depois do Paranoá, é como se ela passasse a segurar as rédeas de sua própria vida e da vida de sua família. Ou seja, antes do Paranoá sua narrativa traz uma imagem que nos remete a uma *menina*, incapaz de fazer suas próprias escolhas, sempre necessitando da permissão de outros para legitimar suas próprias ações. É quando ela decide se mudar para o Paranoá, que emerge *a mulher* Eva. Neste enunciado fica evidente a concepção de Eva acerca do que é ser “Mulher”, dona de casa, com poder de mãe. Para ela, ser Mulher não é se submeter ao comando de outros (como o marido ou sogra), levando uma *vidinha medíocre*, como diz no trecho abaixo, mas sim ser dona de sua própria casa, ter autonomia e poder enquanto mãe de suas filhas.

Enquanto construía sua própria moradia, Eva residiu temporariamente na casa da irmã que já morava no Paranoá com o marido. Sua mãe lhe ajudou a construir um barraco, mas logo depois retornou à Ceilândia. Apesar das dificuldades cotidianas enfrentadas pela população, devido à ausência de infra-estrutura básica na cidade, Eva

tem uma percepção diferente de Creuza e Lourdes, acerca dessas experiências, como revela o seguinte trecho:

[Eva]: aí minha mãe foi embora e me deixou lá sozinha. Minha irmã ficou lá também, no barraco dela que era perto, né? Aí eu fui conduzir minha vida... Ali o povo achava que era sofrimento, mas pra mim não era. A gente tinha que pegar água nas minas, tinha que puxar carrinho de água... E, naquele tempo eu era... Eu não achava que tinha aquele poder de fazer isso. Eu achava que tava construindo. Por isso que pra mim não era sofrimento. Eu não era obrigada a fazer aquilo, era muito fácil eu pegar e largar aquilo e... morar na minha vidinha. Mas minha vidinha que ficou pra trás pra mim já era medíocre, não servia mais.

Fica evidente que a escolha de ir para o Paranoá representa, no relato de Eva, um ponto de ruptura que possibilitou o desencadeamento da trajetória que marca o início da de sua construção identitária de mulher independente e dona de suas escolhas. Foi Eva que tomou a decisão de ir para o Paranoá, não foi o seu marido, sua sogra ou sua mãe. E tudo o que veio depois dessa escolha (sua participação nos movimentos de luta pela fixação do Paranoá, o retorno aos estudos, o curso da faculdade, o exercício da profissão de professora etc.) advêm desse primeiro e determinante passo. Neste sentido, percebemos que sua independência, autonomia e realização pessoal se encontram intimamente relacionadas com a possibilidade de resistir, ocupar e construir no espaço/território do Paranoá. Essa possibilidade, ou melhor, a vivência deste tipo de experiência, possibilitou a essas mulheres uma participação ativa e importante na trajetória de suas comunidades, marcando-as como sujeitos históricos, protagonistas de suas escolhas e decisões. Essa possibilidade permite ainda romper com concepções históricas que insistem em silenciar as experiências das mulheres, classificando-as como seres a-políticos, incapazes de lutar e de tomar decisões. Na narrativa de Eva, a luta por moradia, pela casa própria, ganha força e sentido no desejo de construir autonomia e independência. Ter uma casa própria representava – e ainda representa – na vida de muitas pessoas como Eva, a conquista de um grande sonho, a possibilidade de uma vida segura, feliz e de sucesso.

Mesmo para Eva que, como vimos, tinha a busca por autonomia como uma das razões de sua mudança para o Paranoá, sua independência pessoal se articulava à conquista de um espaço para fixar sua própria moradia. As péssimas condições de vida, as dificuldades diárias enfrentadas para saciar necessidades básicas, como o acesso a

água, por exemplo, são descritas por Eva como espécies de degraus que a levaram à conquista do seu lote e, conseqüentemente, à construção de sua identidade como *mulher independente*, dona da própria vida. A determinação de conquistar uma moradia própria é explicitada em vários trechos de sua narrativa, como no momento a seguir no qual descreve um episódio ocorrido nas primeiras semanas que chegou ao Paranoá, quando seu barraco não estava pronto e ainda morava com a irmã e o cunhado:

[Eva]: *meu cunhado tinha matado um porco – até hoje eu lembro disso – e tinha a banha desse porco, minha filha! Tinha uma catinga, um cheiro de mijo... Diziam que era um porco barrão. Aí eu ficava: “ai, meu deus! Pra mim ter uma moradia tenho que comer essa banha, tenho que comer essa comida fedorenta desse jeito!?” E aí me deu um desânimo, eu queria voltar. E depois eu pensei assim: “eu não vou voltar! Porque, se eu voltar, eu sei que eu nunca mais vou ter um lote.”, e o negócio era o lote.*

Em outro trecho, quando fala do momento em que se mudou para o seu próprio barraco, a ligação entre a luta cotidiana, a conquista de seu lote e a formação de sua identidade aparece de forma bastante enfática:

[Eva]: *o fogão que minha mãe levou não prestou, então ela ia levar pra trocar. Eu dizia: “mãe, não leva pra trocar, isso não presta não, deixa aí mesmo...”, porque até pagar um carro pra levar... a gente trazia de ônibus, trazia cama, trazia tudo à noite. Aí ela alugou um fogão industrial já velhinho do meu cunhado. Mas antes de cozinhar no fogão, eu cozinhava numa lata, me ensinaram a fazer um fogareiro, então fui aprender o meio de sobrevivência. Eu aprendi muito mesmo a sobreviver quando eu cheguei. Aí o pessoal foi me ensinar e eu fazia esse fogareiro. Quando o vento dava na boca desse fogareiro no buraco, o fogo ia bem. Mas eu não sabia que tinha que ter a posição... quando eu colocava em outra posição esse fogo não prestava, minha filha! e eu metia um chute nesse fogo que ele caía longe... aí eu voltava com essa lata velha pra fazer o fogo de novo, aí foi que minha mãe alugou esse fogão. Aí eu fui buscar meus filhos – porque lá só ficava quem tinha filhos. Quando eu cheguei na Ceilândia pra pegar meus filhos meu marido ficava brigando: “quebra esse barraco e vem embora!”. Mas daí pra frente eu já não ouvia mais, né? Regra de marido já não valia mais, era o que eu queria, o meu comando. Ele não comandava mais. E ele: “quebra esse barraco e vem embora! eu não vou pra lá!” e eu dizia assim: “eu não estou te chamando, eu não te chamei! eu estou lá e vou ficar!” e ele: “pode quebrar o barraco e vem embora! larga aquilo ali, você não vai mais não!” e eu dizia pra ele que daqui... até falava assim... umas coisas meio bobas, né? Mas hoje eu sei que era o certo. Eu falava assim: “olha, de lá eu posso ir até pro inferno, mas voltar pra cá eu não volto mais não! posso ir do Paranoá*

pra frente, mas eu nunca mais volto pra cá!”. Ai briga vai, briga vem, eu consegui trazer dois meninos, eu tinha três, né? Eu trouxe a menina mais nova e o menino mais velho. A menina tinha um aninho, o menino mais velho ia fazer três. Ainda tinha o do meio, que tinha dois, eu tive três filhos encarrerados um atrás do outro. Eu trouxe esses dois aí... foi no tempo que estavam fazendo a verificação. E minha mãe fez meu barraco que ele só cabia uma cama de casal, uma mesinha pequenininha e um fogão, só.

Nesta passagem intensa, fica bastante explícita a ideia que Eva tem de que sua decisão de ir para o Paranoá significou uma ruptura com o passado e o início de uma recriação de si mesma. A relação de Eva com o marido revela também os conflitos que envolveram relações de gênero neste processo de ocupação do Paranoá. O marido tenta lhe dar ordens, se opõem à sua decisão, mas ela resiste, sem o seu apoio, mesmo sabendo que não seria fácil se mudar para o Paranoá. Neste sentido, Eva parece fugir das representações de gênero que estabelecem o controle dos homens/maridos sobre as mulheres/esposas. Tais representações, amplamente difundidas no ocidente cristão, desde a antiguidade clássica, insistem na afirmação da inferioridade das mulheres, como seres mais submissos e sem força de decisão. A história de Eva permite romper com estereótipos de gênero, como o da fragilidade das mulheres brancas, ao revelar seu protagonismo, sua capacidade de decisão e de luta por autonomia.

Das táticas individuais às estratégias coletivas, a narrativa de Eva nos faz percorrer os caminhos de construção de sua identidade nas relações que estabelece com o território do Paranoá, sua família e suas vizinhas. A partir de suas resistências cotidianas e do contato com outras moradoras, Eva foi se envolvendo nos movimentos coletivos que lutavam por melhorias no Paranoá. Passou a frequentar assembleias, manifestações, reuniões, showmícios etc. E foi através da educação, como veremos no capítulo seguinte, que Eva aprofundou essa participação. Eva fez parte, como aluna, na primeira turma de um projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Paranoá, que unia a Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) e o Grupo Pró-Moradia do Paranoá, formado por jovens da localidade. Hoje, como alfabetizadora popular, Eva é multiplicadora do conhecimento que construiu no Paranoá.

2.2. Creuza: uma experiência diferente de cidade

A segunda narradora, Maria Creuza Evangelista de Aquino – que nasceu no dia cinco de fevereiro de 1956, na cidade de Bom Jesus de Gurguéia, no Piauí – tinha apenas oito anos idade quando migrou com sua família do Piauí para Araguaína, cidade que hoje integra o estado de Tocantins. Sua mãe e seu pai ocuparam uma terra no município e começaram a plantar. Segundo Creuza, essa *roça* era chamada de *Centro dos Piauí, porque só tinha piauiense*. Mas logo o grupo foi expulso por posseiros que reivindicavam direito sobre as terras. A família mudou-se então para o município de Araguanã, na divisa entre o que é hoje Tocantins e o Pará, nos *tempos dos terroristas que tinham por ali*, comenta, em referência à guerrilha do Araguaia que se alojou naquela área entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

[Leila]: *e por que vocês saíram do Piauí?*

[Creuza]: *pela dificuldade que era, né? Lá era muito difícil, a gente era sete irmãos... e meu pai sempre trabalhou pros outros, na terra dos outros. Na época era igual agora, era seca, era chuva demais, água demais... o tempo que tava plantando, na hora de colher sumia tudo. Os amigos dele [de seu pai] já tinham vindo pro Goiás, era até um padrinho do meu irmão... aí ele: “não, compadre, vamos pra lá, lá é muito bom! Muita chuva, terra à vontade... a gente fica à vontade lá!”. Realmente foi... só que era tipo desbravadores, né? Porque eram umas matas terríveis, aí a gente molhava... muita febre, muita coisa. Mas assim... era muito farto. Mas depois, apareceram os donos, foi só as terras estarem mansinhas...*

Dessa forma, no final da década de 1970, Creuza e sua família acabaram sendo novamente expulsos das terras onde estavam vivendo. Segundo ela, *vinha aquele monte de homens, aquelas armas, só marcando a terra, entrava no meio da sua casa, era assim...* Por volta 1977 sua família se mudou para Brasília, residindo na cidade de Planaltina. Creuza, que ainda estudava e trabalhava em Araguaína, só chegou à cidade dois anos depois. Enquanto para Eva, as dificuldades aparecem como espécies de obstáculos a serem vencidos no caminho para conquistar sua independência, para Creuza e Lourdes, cuja escolha de vir à Brasília partiu de suas famílias e não delas, as dificuldades enfrentadas adquirem outros sentidos, como revela o trecho a seguir:

[Creuza]: *ah, eu sofria demais! Era um horror quando eu cheguei aqui porque eu não tava acostumada... não agüentava acordar cedo. Esse povo nessa luta de acordar cinco horas da manhã. Eu digo “Não! Isso não é vida não! Isso não é vida, eu não agüento!”.* Foi muito sofrimento, fiquei muito tempo mesmo assim... muito desanimada. Parei os estudos, não tinha vontade nem mais de estudar...

Em Araguaína, Creuza vivia na casa de uma senhora e trabalhava como escriturária no sindicato das trabalhadoras rurais da cidade. Ao se mudar para Brasília, ela enfrentou dificuldades com as quais não estava acostumada a lidar, como acordar muito cedo para ir ao trabalho. As grandes distâncias existentes entre o Plano Piloto – região onde se localiza, até os dias de hoje, grande parte dos postos de trabalho do DF³¹ – e as demais RAs, é resultado de uma exclusão planejada, como observou Aldo Pavianni (2010: 71-72). O problema das distâncias entre cidades somam-se ainda à completa escassez de transporte público de qualidade. Não por acaso, as três narradoras falam enfaticamente destes problemas, como Creuza no trecho abaixo:

[Creuza]: *não conhecia muita gente lá no Paranoá Velho porque saía de manhã e chegava de noite. Os conhecimentos da gente era só dentro do ônibus, porque eram as mesmas caras todos os dias, né? Todo o dia aquele mesmo grupo. Os ônibus era, ali... contadinhos... tinha aqueles horários, se perdesse um 6h40, tinha um 7h20, aí era assim, eram as mesmas pessoas, a gente só se conhecia dentro do ônibus. Eu me perdia nesse Paranoá, sou meio perdida...*

É possível perceber nesse trecho que, como escreve Pavianni, para as pessoas que trabalham no Plano Piloto e residiam em regiões administrativas distantes, seus locais de moradia tornavam-se apenas *idades-dormitório* (1991: 124). Essa experiência confere especificidade à narrativa de Creuza, já que ela experimentou a vida no Paranoá de forma diferente de Eva e Lourdes que trabalhavam na própria cidade. Creuza, por sua vez, saía muito cedo, passava o dia em seu local de trabalho e retornava para sua casa apenas para dormir. Ou seja, ela teve uma vivência do Paranoá profundamente diferente daquelas das outras duas narradoras.

31De acordo com dados fornecidos pela Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) em 2013, o Plano Piloto concentrava ainda 47,72% dos postos de trabalho do Distrito Federal. A pesquisa está disponível no site: <<http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/noticias/item/2625-codeplan-divulga-estudo-sobre-concentra%C3%A7%C3%A3o-de-postos-de-trabalho-no-df.html>> Último acesso em: 27/03/2014

De acordo com Luiza Iwakami, a explicação para a chegada ao Paranoá de um número cada vez maior de famílias, a partir da década de 1970, pode ser analisada a partir da conjunção de diversos fatores. Segundo esta autora, um fator determinante para este crescimento foi a escassez da oferta de habitações para as camadas populares da população no DF, como destaca o trecho a seguir:

Cabe apontar que o afluxo de moradores à Vila Paranoá reflete as condições de precariedade das alternativas habitacionais para baixa renda em Brasília, apresentando um quadro sintomático deste problema a partir da década de 70. Tratando-se de uma localidade relativamente distante do Plano Piloto (25km do centro do Plano Piloto) não se constituiu imediatamente em uma alternativa eleita pelos moradores como espaço de habitação, já que a condição de proximidade do local onde haveria oferta de trabalho e as alternativas de infra-estrutura e equipamentos coletivos são em geral determinantes para a ocupação espontânea do espaço urbano. (IWAKAMI, 1988: 115)

Como se explicaria, então, que tantas pessoas tenham elegido o Paranoá como seu lugar de moradia, principalmente a partir da década de 1970, quando a distância do Plano Piloto³² e a escassez de serviços públicos dificultavam a sobrevivência nesta localidade? Como vimos na introdução desta dissertação, a política habitacional do Estado, desde o governo de Juscelino Kubitschek, utilizava, como um de seus instrumentos básicos, a remoção de ocupações populares próximas ao Plano Piloto transferindo suas populações para as chamadas *idades-satélites*, localizadas a grandes distâncias do centro de Brasília. Um dos símbolos mais emblemáticos dessa política de segregação espacial planejada do DF foi a criação da CEI (Comissão de Erradicação de Invasões), em 10 de maio de 1965 (Zarur, 1991: 119). Já na década de 1970 foi fundada a Terracap que, ainda hoje, exerce função de imobiliária do Estado. Sua fundação iniciou um processo de alienação das terras pertencentes ao Estado no DF, inaugurando um rearranjo na orientação espacial de Brasília, abrindo possibilidades de usos diferenciados do espaço (crescimento na oferta de propriedades privadas) e desenvolvendo a oferta de novas habitações nas demais RAs, ou seja, habitações para populações de menor poder aquisitivo (Pavianni: 2010: 71).

³²Cabe acrescentar que, a partir do ano de 2002, essa distância foi consideravelmente reduzida devido à construção da Ponte Juscelino Kubitschek, que ligou diretamente o final do Lago Sul e o Plano Piloto, facilitando também o acesso à zona central das moradoras do Paranoá. Além disso, se comparada com outras RAs como o Gama, por exemplo, localizado a 38 km do Plano Piloto, o Paranoá ainda podia ser percebido como uma possibilidade de morar mais próximo ao centro.

No entanto, o desemprego aumentou em todo o DF, logo após o rito de inauguração de Brasília³³, visto que o período das grandes obras estava em declínio e grande parte dos postos de trabalho estava ligada ao ramo da construção civil (Idem: 115). Como a casa própria era inacessível para a maioria da população – que tinha dificuldades financeiras para comprar os lotes nas RAs mais afastadas, ou não cumpriam os requisitos exigidos para recebê-los – a alternativa *legal* mais viável era alugar um barraco nas, então chamadas, *idades-satélites* já consolidadas. O crescimento da demanda, no entanto, fez com que os preços aumentassem e o aluguel nessas localidades se tornasse uma opção igualmente onerosa para boa parte da população, principalmente para aquela que sofria com desemprego (Iwakami, 1988: 115). Nas três narrativas analisadas, a fuga do aluguel e o sonho da casa própria apareceram como fatores preponderantes na decisão de ocupar e fixar moradia no Paranoá.

Ainda de acordo com Luiza Iwakami, em 1981, outros fatores passaram a influenciar também no aumento populacional do Paranoá. Como destaca a autora,

Se até então havia uma procura individual, ou seja, partindo da empreitada que cada família realizava por sua conta (no geral com ajuda de parentes ou amigos que já habitavam o Paranoá), um fato inusitado veio a alterar esse processo, fazendo crescer de uma só vez tanto a área ocupada pela favela, como a população moradora. Trata-se de um episódio ocorrido em agosto de 1981, quando houve um afluxo significativo de novos moradores para o Paranoá, principalmente nos finais de semana. Chegavam inúmeros caminhões carregados de mobílias e materiais para construção e as famílias que para lá se dirigiam, levavam a firme convicção de erguer barracos que pudessem se constituir como habitação definitiva. (IWAKAMI, 1988: 119)

O que motivou também esse afluxo de famílias foi o boato de que as terras onde se encontrava o Paranoá pertenciam à Sarah Kubistchek e que ela doaria essas terras para as pessoas que as estavam ocupando (Ibidem). Essa falsa notícia, amplamente noticiada pela mídia, aliada às condições já discutidas anteriormente, acelerou ainda mais o processo de ocupação do Paranoá. Alguns trechos da narrativa de Eva também revelam essa chegada massiva de novos moradores:

33“Já no final de 1963, o desemprego atingia de 17 mil a 20 mil pessoas, considerando ainda o agravamento por falta de moradias, já que, desde a época da inauguração de Brasília não se construía mais canteiros de obras.” (ZARUR, 1991: 91-92)

[Eva]: *à noite era um bate-bate de martelo, porque não podia demorar pra fazer o barraco. Bate-bate de martelo... e o povo fazia fogueira, e o povo assava carne, e o povo assava batata, e o povo não dormia... Ali, pra mim, eu tava numa diversão, né?*

[Leila]: *e era muita gente fazendo barraco na mesma época?*

[Eva]: *muita, muita gente na mesma época, muitas fogueiras, muita gente conversando. Uns bebiam cachaça, outros contavam piada...*

Neste enunciado fica evidente também que o movimento de ocupação esteve envolvido numa intensa vida social, já que neste processo as pessoas se colocavam muito próximas uma das outras, havia intensa comunicação entre elas, e desta forma, estabeleceram vínculos de amizade e solidariedade que de alguma maneira contribuíram para a organização e força do movimento de fixação que surgiria mais tarde.

Assim, as antigas moradoras encontravam as novas e a população se multiplicava. Ao mesmo tempo em que esse crescimento trouxe incômodo para o governo e aumentou as dificuldades diárias da população, principalmente em relação à escassez de água, ele também contribuiu para que o sonho da fixação começasse a parecer possível para as habitantes da localidade, já que criava condições para uma pressão mais efetiva das moradoras frente ao Estado.

Assim como a família de Eva, a mãe e o pai de Creuza também se mudaram para o Paranoá em 1981, atraídas pela notícia do grande fluxo de pessoas que se mudavam para esta localidade em busca de uma casa própria. Creuza e suas irmãs juntaram-se a eles pouco tempo depois. Como narra Creuza,

[Creuza]: *nesse oitenta e um [1981] derrubava os barracos. Ai vinha e arrancava, ai botava de novo, arrancava de novo, até que eles [os agentes da Terracap] se aquietaram. Depois ficou tudo quietinho, não derrubaram mais. Foi ai que nós viemos, todo mundo com a mudança mesmo. Teve um determinado tempo que ninguém entrava nem saía, quer dizer... não entrava ninguém com mudança. Ai eu fiquei lá em Planaltina. Eu estava de licença médica, fiquei uns três meses mais ou menos... ou foi quatro. Pelo INSS. Ficamos dando um tempo pra poder levar a mudança, porque não podia entrar com mudança. Minha mãe ficou aqui [no Paranoá] sozinha mais meu pai.*

A mãe de Creuza começou, então, a participar dos movimentos pró-moradia no Paranoá. Creuza, por sua vez, *ficava de fora dessas coisas, porque trabalhava o dia todo fora*. Sua mãe lhe contava sobre os conflitos, assembleias de moradoras, etc. Mais uma vez, identificamos indícios da forte presença e atuação feminina nos movimentos de ocupação do Paranoá, na figura da mãe de Creuza.

Aos domingos, Creuza frequentava um grupo de jovens católicas de Planaltina. De acordo com sua narrativa, ela se sentia mais ligada àquela cidade do que ao Paranoá.

[Creuza]: *quando eu vim pra cá só vivia perdida toda a vez que eu ia pra missa. Ai eu fiquei muito tempo fora, afastada. Depois, um dia na missa, a Lourdes (lá em oitenta e nove), passou convidando pra formação... Nesse tempo a UnB já tava aí, né? E o Cedep já existia. Ai ela convidou quem quisesse ser professor pra jovens e adultos, ai eu fui.*

Foi a partir desta atuação como alfabetizadora no Paranoá que Creuza começou a frequentar as assembleias e reuniões das moradoras da cidade, participando mais ativamente da vida política e social da comunidade. Neste sentido, a narrativa de Creuza é bastante reveladora da importância das relações sociais que as pessoas estabelecem no território onde vivem, na constituição de suas identidades e experiências. O engajamento nas lutas pela fixação de moradia no Paranoá aparece na narrativa de Creuza como resultado das vivências, trabalhos e relações sociais que passou a estabelecer nos territórios da cidade. A experiência compartilhada neste território acabou por incidir também na identificação e atuação de Creuza com as lutas que se moviam na cidade.

Algo que fica evidente na narrativa de Creuza, é que a cidade, em 1989, mesmo em processo de fixação, conseguia atrair e criar projetos sociais e educacionais. Apesar da participação ativa de sua mãe nos movimentos de fixação, foi a partir de sua experiência no trabalho de alfabetização que Creuza se vinculou a esse movimento. Se antes ela trabalhava fora da cidade, foi a partir da participação em um projeto educacional que ela passou a se integrar mais à comunidade do Paranoá, e conseqüentemente, a participar das lutas pela fixação do Paranoá.

2.3. Lourdes: identificação com o Paranoá e militância

[Lourdes]: *então... meu nome é Maria de Lourdes, eu nasci em Paracatu, Minas Gerais, fica a 4 horas de Brasília. E eu tenho 57 anos, tenho um filho e um neto, agora, com seis meses que tá sendo a minha última paixão assim, né... tá sendo o neto. E eu vim pra cá pra Brasília com nove anos de idade. Andei pelo Núcleo Bandeirante, Cruzeiro Velho e depois viemos parar aqui, numa ocupação que teve aqui no Paranoá. E quando eu cheguei aqui no Paranoá eu já ia completar 15 anos... e daí nunca mais sai daqui. E comecei a minha militância com essa idade aqui no Paranoá.*

Lourdes se mudou para Brasília quando tinha nove anos de idade. Seu pai havia vindo para a cidade, um tempo antes, para trabalhar no Hospital de Base, no intuito de conseguir juntar dinheiro para fazer o casamento da filha mais velha, como nos conta Lourdes: *ele veio pra cá, porque meu pai era daqueles pobres assim... meio metidos. Mineiro, né? Mineiro é assim... tem que arrumar o casamento da filha, arrumar o enxoval, festa... e ele veio pra cá com essa intenção.* No entanto, seu pai faleceu antes de conseguir voltar para Paracatu, vítima de uma embolia pulmonar durante a realização de uma cirurgia. Nesta época, Lourdes tinha entre seis e sete anos de idade. Aos nove anos sua irmã mais velha, que também é sua madrinha, mudou-se para Brasília com o marido e trouxe Lourdes com ela:

[Lourdes]: *minha mãe ficou lá [em Paracatu]. A gente já tava aqui no Paranoá quando meu cunhado chamou minha mãe pra vir pra cá. Minha mãe vem naquela época da ocupação do Paranoá [1981] e ocupou aqui também um espaço, daí ela vem e traz os outros irmãos. Mas eu vim primeiro que eles porque eu morava com a minha irmã. Sabe aquela coisa de mineiro que deixa filhos com a madrinha, com o irmão mais velho casado? Minha irmã quando casou, eu era sua afilhada e ela me levou pra casa dela. Também pra diminuir as bocas na casa da minha mãe, porque eram 12 filhos. E minha mãe lá era lavadeira, ela sustentou os filhos... é... minha mãe tinha o maior orgulho de dizer que ela sustentou os filhos lavando roupa e, graças a Deus, ninguém ficou marginal, ninguém virou ladrão e ela falava isso assim, eu me lembro como hoje ela falando. E foi um exemplo, não deixa de ter sido um exemplo pra gente, né? Ela batalhou muito pra conseguir criar os filhos, com muitas dificuldades porque era barra, eu lembro de momentos de muita aflição. Mas conseguiu. Colocou os mais novos, todos estudaram, menos os três primeiros que não conseguiram fazer faculdade. Mas os outros todos estudaram e estão aí na batalha também trabalhando, com dificuldade, mas tão.*

Antes de chegar ao Paranoá, no início da década de 1970, quando tinha 15 anos de idade, Lourdes, sua irmã e seu cunhado moraram primeiro no Núcleo Bandeirante e, depois, em uma chácara no Lago Sul. No período em que morou nessa chácara, Lourdes frequentou uma escola do bairro destinada às filhas de militares, como conta no trecho a seguir:

[Lourdes]: *a única escola que tinha era a escola da Sexta Zona aérea, que hoje se chama Sexto Comar. Essa escola da sexta zona aérea, que naquela época se chamava assim, era só pros filhos dos militares, que era ali da aeronáutica, que tem até hoje ali uma vila para as pessoas... para os graduados. Inclusive, era filho de coronel, filho dos militares bem graduados. E essa escola agregou alguns alunos pobres que moravam em chácaras e que estavam por ali. E uma delas fui eu. Tanto que nessa escola só tinha três meninos negros e pobres, num primeiro momento.*

Segundo Lourdes, foi nessa escola que se sentiu discriminada pela primeira vez:

[Lourdes]: *em Paracatu todo mundo é mais ou menos do mesmo nível. Lá a grande maioria são negros e a gente nem percebia essa coisa de discriminação porque não tinha em Paracatu essa questão da discriminação, quer dizer, pelo menos eu não percebia e eu venho perceber isso aqui. Então a partir desse momento que eu começo a perceber isso eu digo “opa!, tem alguma coisa diferente aí!”. Porque eu fui extremamente, nós os três, nós fomos extremamente discriminados né? mas a gente deu sorte de encontrar uma professora lá que era a professora Nilsa Barros Lacerda Santos. Até hoje eu procuro saber se ela ainda tá viva, por aí na internet e eu não consigo. E ela fez a grande diferença na vida da gente. Então essa aproximação minha com a educação, com as pessoas da educação, ela é muito forte dentro de mim e eu acho que por isso que eu venho, porque tem uma justificativa, dessa questão de hoje estar lidando com essas coisas assim.*

Cabe aqui um parêntese para analisarmos a importância da noção de interseccionalidade³⁴ para os estudos acadêmicos, em especial os estudos feministas. Inúmeras feministas não-brancas denunciaram o caráter simplista das pesquisas que têm o “gênero” como eixo principal de análise sem levar em consideração outros

³⁴A categoria de *interseccionalidade* alude à multiplicidade de marcadores de diferença que, articulando-se e influenciando-se entre si, permeiam o social e as experiências humanas (PISCITELLI, 2008: 263).

marcadores de diferença como orientação sexual, raça e classe. Como vimos no primeiro capítulo, a categoria de gênero permanece, majoritariamente, sendo utilizada por pesquisadoras que vivenciam em seu cotidiano o sexismo/machismo (mulheres, transgêneros, travestis, lésbicas, bissexuais e gays, por exemplo). Da mesma forma, marcadores como raça e sexualidade permanecem sendo trabalhados quase que exclusivamente por quem vivencia essas opressões diariamente. Ou seja, assim como gênero é percebido como um assunto de “mulheres”, raça é vista como um assunto de “pessoas não-brancas” e sexualidade como um tema ligado a pessoas “não-heterossexuais”. Essa espécie de delegação é muito conveniente para os grupos privilegiados que acabam por se eximirem de qualquer responsabilidade no combate às discriminações e opressões das quais são agentes. É justamente sobre esse tipo de percepção que a pesquisadora Ruth Frankenberg, ao explicar o porquê de seu livro se chamar *White Women, race matters: The social construction of whiteness* (*Mulheres brancas, raça importa: A construção social da branquitude* – em livre tradução), escreve:

Chamar o projeto de um estudo das mulheres brancas e racismo marcou o conjunto de preocupações que me motivou a começá-lo, ou seja, enfatizar que o racismo era e é algo que também molda a vida das mulheres brancas, em vez de algo que só pessoas não-brancas têm que viver e lidar sem que haja qualquer relação ou relevância com a vida das pessoas brancas. Quando pessoas brancas – e eu estava especialmente preocupada com as feministas brancas, já que o projeto tem suas origens no movimento feminista – olham para o racismo, nós tendemos a vê-lo como uma questão com que as pessoas não-brancas encaram e enfrentam, mas não uma questão que geralmente nos envolve e diz respeito. [...] Enxergar o racismo desta forma tem conseqüências sérias sobre como as mulheres brancas percebem o racismo e sobre a forma como o trabalho anti-racista pode ser colocado. Nesse ponto de vista, as mulheres brancas podem ver o trabalho anti-racista como um ato de compaixão para com um "outro", um, projeto extra-opcional, mas não como algo íntimo e organicamente ligado às nossas próprias vidas. O racismo é, em resumo, concebido como algo externo a nós, ao invés de ser percebido como um sistema que

molda nossas experiências diárias e nosso senso de *self*.³⁵
(FRANKENBERG, 2005: 06)

A partir dessas reflexões busquei teóricas que me permitissem lidar melhor com questões raciais nesta pesquisa, tanto no que diz respeito à branquitude³⁶ quanto à negritude. É fundamental que pesquisadoras sejam capazes de perceber que o enfoque dado exclusivamente às opressões de gênero não consegue dar conta das relações existentes entre o sexismo e outras formas de opressão. Estabelecer análises que trabalhem apenas com a categoria de gênero acaba por silenciar e apagar outras experiências identitárias de mulheres que levam em conta marcadores como raça, sexualidade e classe (Caldewell, 2000: 92-93). Assim, nesta pesquisa, busquei perceber e trabalhar com as interseccionalidades existentes entre diversos marcadores de diferença passíveis de serem encontrados na nossa sociedade e que marcam as experiências e identidades das narradoras. Como escreveu Sueli Carneiro,

[...] se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. [...] Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (CARNEIRO, s.d.)

35Livre tradução do trecho: “Calling the project a study of white women and racism marked out the set of concerns that motivated me to begin it, namely, emphasizing that racism was and is something that shapes white women's lives, rather than something that people of color have to live and deal with in a way that bears no relationship or relevance to the lives of white people. For when White people – and I was especially concerned about white feminists, since the project had its origins in the feminist movement – look at racism, we tend to view it as an issue that people of color face and have to struggle with, but not an issue that generally involves or implicates us. Viewing racism in this way has serious consequences for how white women look at racism, and for how antiracist work might be framed. With this view, White women can see antiracist work as an act of compassion for an “other”, an optional, extra project, but not one intimately and organically linked to our lives. Racism can, in short, be conceived as something external to us rather than as a system that shapes our daily experiences and sense of self.”

36Parafrazeando o pesquisador Richard Dyer, Vron Ware escreve: “A branquidade pode tornar-se invisível para todos os que são apanhados em seu clarão ofuscante, disse ele. Vista por um ângulo, ela se afigura o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual todo o resto é medido e em cotejo com o qual todos os desvios são avaliados.” (2004: 16-17).

Eva, Creuza e Lourdes são mulheres que compartilham algumas experiências, vieram de famílias pobres que enfrentaram uma série de dificuldades econômicas e no acesso à moradia, mas cada uma delas passou por outras experiências que também marcam suas memórias. A experiência da desigualdade racial, somada à desigualdade de gênero e classe, também marca as diferenças entre elas.

Continuando a análise do trecho da entrevista de Lourdes, foi a partir do momento em que ela passou a frequentar uma escola destinada a crianças de uma elite de Brasília, que ela percebeu como a cor de sua pele determinava a maneira como certas relações eram vividas num contexto marcado pelo racismo. Sabemos que no Brasil as desigualdades de renda afetam, especialmente, a população negra. Na década de 1980 (época, portanto, posterior à chegada de Lourdes ao colégio do Lago Sul), a renda *per capita* da população negra era de R\$132,52, enquanto a da população branca era de R\$341,71³⁷, o que torna bem compreensivo que a maioria esmagadora das alunas que frequentavam o colégio, localizado em um bairro nobre de Brasília, fosse branca.

O ponto de ruptura relatado por Lourdes torna explícito o caráter relacional do racismo. Assim como sexismo, que só existe a partir da relação hierárquica advinda da construção binária dos sexos, também o racismo só se cria a partir da relação hierárquica estabelecida na construção da divisão entre brancas e não-brancas. Colette Guillaumin afirma que, para pessoas negras, *raça e sexo são um destino* (1994: 229). No entanto, ao levarmos em consideração as palavras de Frankenberg transcritas acima, passamos a perceber que raça e sexo também delineiam a vida de pessoas brancas e de homens. Apesar disso, é difícil perceber a branquitude como um destino. As representações de pessoas brancas na mídia, por exemplo, são as mais variadas. No entanto, ao analisarmos as representações de pessoas negras, esse leque de opções de reduz substancialmente. No geral, as negras aparecem na televisão como trabalhadoras domésticas, motoristas, jardineiras e, quando bem sucedidas, como cantoras e jogadoras de futebol. Não é à toa que Guillaumin afirma que “o ‘dom’ para os esportes, a música, acompanha muito bem os altos índices de desemprego, oferecendo uma estreitíssima e aleatória passarela a um número mínimo daqueles estão votados ao desemprego estrutural.” (1994: 229).

37Cf. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4.ed. Instituto de Pesquisa e Estatística: Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>> Último acesso em: 06/06/2014

Segundo Lourdes, esse primeiro enfrentamento do racismo foi muito importante para a forma como ela passou a lidar com as desigualdades sociais dentro dos movimentos por habitação no Paranoá. A experiência do racismo, aliada ao papel mediador exercido pela professora no conflito, são vistos por Lourdes como um ponto de virada em sua relação com o mundo. Foi por essa vivência que, mais tarde, em sua narrativa, a educação passou a ocupar um lugar de importância central em sua militância. Através de sua militância política e de sua atuação como professora, Lourdes também rompe com estereótipos de gênero, assim como de raça. A posição de poder e prestígio que ocupa dentro de sua comunidade revelam algumas dessas rupturas.

A trajetória de militância de Lourdes se iniciou ainda na adolescência, quando participava do grupo jovem da capela São Geraldo, no Paranoá. O grupo, que começou com motivações religiosas, com o tempo passou, também, a discutir sobre os problemas enfrentados pelas moradoras da cidade. Mais tarde o grupo passou a se chamar Pró-Moradia e, em 1985, passou a integrar a gestão da Associação de Moradores do Paranoá, com Lourdes na vice-presidência. Dessa gestão originou-se o Cedep, onde, como vimos, Lourdes, Creuza e Eva atuam até hoje. Assim, na narrativa de Lourdes, aspectos identitários como raça, religiosidade, classe, escolaridade etc. se relacionam e se influenciam mutuamente, dialogando para formar a visão que ela apresenta de si e de sua “trajetória de vida”³⁸.

A narrativa de Lourdes, sobre *sua vida no Paranoá* e sobre *o Paranoá*, também entrelaça intimamente sua experiência de vida à história da cidade. Assim relata as experiências que marcaram os primeiros anos em que chegou ao Paranoá:

[Lourdes]: *quando eu cheguei no Paranoá, eu tava terminando o primeiro grau e ia fazer o segundo. Aqui, meu primeiro grupo de entrosamento foi na igreja católica, na capela São Geraldo. Eu sempre fui criada dentro da igreja... lá em Minas nós temos uma capelinha pertinho da nossa casa e eu sempre tava na igreja, sempre participando ali. Eu me lembro bem, todo domingo a minha mãe levantava, tomava banho, vestia a melhor roupa e ia pra igreja. Fui batizada dentro da igreja e a gente continuou com essa tradição. Quando chegou aqui a gente logo descobriu a capela São Geraldo, que tá lá até hoje... então a gente se entrosou lá na igreja, a gente começou a ir pras missas e lá eu conheci Delcione, conheci o João do violão, Juarez e um monte de*

38Pierre Bourdieu escreveu um artigo interessante sobre a construção da ideia de “trajetória” e das concepções entorno da noção de “história de vida” intitulado “A ilusão Biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. *Usos e Abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

meninos e meninas mais ou menos da mesma idade. A gente se juntou, não tinha grupo jovem e a gente se juntou e formamos o nosso grupo, o primeiro grupo de jovens do Paranoá. Esse primeiro grupo de jovens se chamava, ainda chama até hoje, que eles não mudaram o nome, o grupo TUCA, que era Turma Unida Comunicando Amor. E esse grupo é que lia as homilias, rezava na missa, sabe? Começamos a catequese... eu fui catequista, isso pra nós aqui era um orgulho muito grande ser catequista... então ia trabalhando dentro da igreja. Só que chegou um momento que as coisas foram evoluindo de tal forma que deu vontade da gente não ficar só dentro da igreja.

Na narrativa de Lourdes, bem como na de Creuza, a religião, compartilhada no grupo jovem da igreja católica, também aparece como elemento constitutivo de suas experiências, incidindo de forma relevante no processo interseccional de construção de sua identidade. Um ponto relevante trazido por esse contato foi o papel de apoio desempenhado pela igreja católica, através da figura do padre José Galéa, da igreja São Geraldo, no Paranoá.

Segundo Suely Souza e João Pereira, a partir do Concílio Vaticano II, que ocorreu entre 1962 e 1965, houve uma busca em vincular as atividades episcopais às lutas sociais, uma preocupação em articular o papel desempenhado pela Igreja às diferentes realidades sociais vivenciadas pelas pessoas, especialmente na África, América Latina e Ásia (2010: 259). Como consequência, continuam as autoras,

[...] no Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) incentivou a participação de leigos em seus órgãos anexos, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Comissão de Justiça e Paz. Medellín propiciou uma maior aproximação da Igreja Católica com outras igrejas e o apoio às atividades comunitárias. Esta última foi fundamental para o estabelecimento das CEBs [*Comunidades Eclesiásticas de Base*], que uniam, através de pequenos e numerosos grupos, a reflexão política com a dimensão do sagrado. (SOUZA & PEREIRA, 2010: 260)

No Paranoá, o padre Galéa apoiou os movimentos organizados pelas moradoras, cedendo o espaço da igreja para reuniões e, até mesmo, construindo um galpão ao lado da edificação para abrigar as turmas de EJA, organizadas pela população em parceria com a FE. No entanto, quando o discurso dos movimentos se radicalizava, segundo Lourdes, o padre freava o aprofundamento das relações entre igreja e moradoras organizadas:

[Lourdes]: *ai nós já não éramos... já tínhamos transformado o grupo TUCA 1 em Grupo Pró-Moradia. E por que nós mudamos? Porque tem varias questões aí, que às vezes a gente não fala tudo. O padre, quando a gente começou a veredar pra essas questões, quando começamos a discutir com o pessoal da UnB, quando começamos a chamar algumas pessoas que mexiam com a política pra vir pra cá pra nos esclarecer algumas coisas, ele deu uma brecada. Disse: “olha, a igreja vai até aqui, mas não pode, sabe, se envolver”... aí então a gente mudou do grupo TUCA 1 para o Grupo Pró-Moradia.*

Segundo Lourdes, quando ela começou a participar do grupo de jovens católicas, o TUCA, *não havia muita coisa para se fazer no Paranoá, a não ser buscar água da mina e ficar esperando a Terracap* (Lourdes, em entrevista a Reis, 2011: 15). Com o tempo, esse grupo foi aumentando, e percebeu que *ficar só dentro da igreja já não cabia mais* (Ibidem). Ainda de acordo com Lourdes, as jovens da TUCA começaram a discutir os documentos de Puebla, que defendiam uma atuação da igreja católica mais voltada para a população pobre. Esses documentos referem-se às conclusões do II Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), ocorrido em 1979 em Puebla, no México (Idem: 16)³⁹. Ao lerem, analisarem e discutirem coletivamente esses documentos, as jovens passaram a questionar a realidade em que estavam inseridas, repensando, ao mesmo tempo, suas atuações nesse contexto, como conta Lourdes:

[Lourdes]: *a gente começou a ler e a refletir sobre esses documentos e a gente falava: “olha, a igreja voltada para os pobres, o que é que essa igreja faz para os pobres? o que nós estamos fazendo? nós estamos aqui cantando, fazendo acampamento e o restante? nós não temos água...”. parece que a gente vivia aqui, mas não percebia a gravidade dos problemas em volta, sabe? A gente tava dentro do problema, mas não refletia sobre esses problemas e passava a não enxergá-los direito. Quando a gente começa a refletir, a sentar enquanto grupo da igreja, refletindo, discutindo as nossas ações, foi abrindo a mente. A gente foi percebendo ao redor as dificuldades em que a gente vivia, as*

³⁹De acordo com Suely Sousa e João Pereira, “A Igreja católica, buscando uma adequação ao momento político e, não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Este Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. [...] É nesse contexto teológico, fortalecido pelo pensamento social da Igreja, consolidado pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, que o episcopado latino-americano realiza três conferências. Em Medellín na Colômbia, em 1968; em Puebla no México, em 1979 e em Santo Domingo na República Dominicana, em 1992. Nas três, a preocupação fundamental é a Evangelização atualizada do povo latino-americanos com numerosos problemas sociais.” (2010: 259-260).

dificuldades que nós tínhamos enquanto pessoas, enquanto cidadãs. Enquanto os documentos falavam que os direitos tinham que ser pra todos, a gente começou a perceber que os direitos não eram pra todos. Surge então essa vontade de ser militante, de modificar as coisas. Porque até então a gente fazia as coisas, mas não tinha aquele ímpeto de modificar.

As reuniões do grupo TUCA afloraram uma consciência coletiva e social em Lourdes. Para esse grupo, a ação e proteção das pessoas do Paranoá deveriam partir da própria comunidade. Do desejo de sair do interior da igreja e estabelecer um contato direto com a comunidade, ocorreu uma divisão do grupo TUCA. As integrantes mais novas, que não haviam passado ainda pela experiência de frequentar um grupo jovem católico, compunham o grupo TUCA 2, que devia atuar dentro da igreja. Já o grupo TUCA 1, formado pelas integrantes mais antigas, passou a fazer trabalhos na comunidade. De acordo com a Lourdes,

[Lourdes]: *nós dividimos o Paranoá em quatro e o grupo TUCA 1 em quatro mini-grupos. Esses grupos cuidavam dessas micro-áreas. Naquela época a gente não tinha tanta clareza, mas fez isso pra facilitar o trabalho. E nesse facilitar o trabalho foi nascendo essa coisa da organização. Eu fiquei num grupo com algumas pessoas, outros no outro e outros no outro. E a gente se encontrava pra discutir, pra encaminhar, pra ver o que ia fazer. Foi aí que eu comecei esse trabalho, foi na prática. A intenção era mais religiosa, era pra rezar o terço. Nós não tínhamos nenhuma intenção política, de discutir política. Se bem que aquilo que a gente fazia era altamente político, só que a gente não tinha consciência disso. Fomos fazer esse trabalho pra aproximar as pessoas da igreja e porque a gente já não agüentava fazer mais aquele trabalhozinho só de rezar e orar dentro da igreja. A gente queria orar fora também com todo mundo. Então as pessoas terminavam de orar, de rezar o terço e começavam a falar: “Ferreti [fiscal da Terracap] teve aqui na rua, derrubou tantos barracos, ele é isso, aquilo, a Terracap chega e faz e acontece... a água...” – a gente comprava água porque não tinha chafariz, nem chafariz tinha.*

Nesta época, início da década de 1980, já existia a Associação de Moradores do Paranoá, fundada em 1979, mas sua diretoria tinha pouco poder de mobilização junto à comunidade, atuando mais na resolução de problemas pontuais e individuais, do que coletivos. A idéia geral de que a Associação de Moradores tinha por finalidade trazer melhorias para o Paranoá parecia dificultar uma mobilização mais abrangente, visto que as pessoas delegavam à entidade a responsabilidade de lutar pelos interesses da

população (Iwakami, 1988: 142). O grupo TUCA 1, através do contato direto com a população, começou a desenvolver um processo de percepção e reflexão sobre as condições de vida no Paranoá. Deste processo nasceu o sentimento de que *era preciso fazer alguma coisa*, como disse Lourdes. O grupo então começou a se articular entorno destas reivindicações, passando a se chamar Grupo Pró-Moradia do Paranoá⁴⁰. Para Renato Reis “a situação de calamidade social já existia objetivamente. Mas não era consciência para cada morador e, particularmente, para esse grupo que então iniciava.” (2011: 18). Neste sentido, a narrativa de Eva também é bastante reveladora:

[Eva]: *quando a gente chegou no Paranoá pra fazer o barraco a gente já tava dentro do movimento, né? movimento social. Mas aí foi formando uns grupinhos... tinha a igreja católica... e o povo foi crescendo, o povo fazia muitas reuniões pra pedir água... tinha o grupo TUCA 1, de jovens da igreja, eles faziam esses movimentos pra pedir água, melhorar a condição de vida das pessoas... pedir chafariz, pedir outra escola – porque lá só tinha uma de madeira que era do pessoal do acampamento –, pedir transporte público. Esse grupo pedia posto de saúde, cascalho pras ruas...*

É interessante a reflexão que Eva faz sobre movimento social no Paranoá. É provável que a percepção de que o fato de estar ocupando uma área não destinada à população pobre no DF, por si só, já significava fazer parte de um movimento social, seja uma reflexão que se desenvolveu depois. A narrativa que resulta do trabalho desenvolvido através da rememoração cria pontes, enlaça acontecimentos, dando novos significados para eles. Reinhart Koselleck, como vimos no primeiro capítulo, ao tratar do que chama de “espaço de experiência” escreve: “tem sentido dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois.” (2006: 311).

Quando nos propomos a pensar sobre o que vivemos, quando puxamos os fios da memória costurando narrativas, o presente e o passado se entrelaçam, as temporalidades se encontram, os acontecimentos ganham formas, sentidos outros. Quando me lembro hoje dos confrontos constantemente travados com minha mãe e meu

⁴⁰Nos panfletos produzidos pelas jovens o nome do grupo aparece como sendo “Grupo Pró-Melhorias do Paranoá” e não “Pró-Moradia”, mas o uso corrente do segundo nome parece sinalizar que este é seu uso habitual. Uma discussão sobre essas diferenças será feita mais a frente (p.59).

pai na minha adolescência, por exemplo, não os separo das experiências posteriores quando, mais madura, passei a pensar e vivenciar de outra maneira o papel de filha. Da mesma forma, quando penso sobre as discussões nos grandes almoços de família – quando desde nova já achava um absurdo que só as mulheres fossem as encarregadas de fazer a comida, servir a mesa e lavar a louça – não consigo separar esse passado distante das reflexões e vivências feministas que só tive muito tempo depois. É como se essas experiências feministas posteriores já estivessem presentes na criança da narrativa que teço; as temporalidades, então, se misturam. E é possivelmente essa mistura, esse encontro, que “cola” a Leila criança à Leila adolescente e, por sua vez, as duas à Leila de hoje. É a capacidade de costurar esses fios da experiência que vem a sensação de sermos *nós* presentes em todos os momentos da nossa narrativa de rememoração. É essa capacidade que nos constrói como sujeitos donos de *uma história de vida* própria, de *uma biografia* individual, que vem sendo “escrita” desde o nascimento até o presente, dando forma às nossas identidades. Como escreve Ecléa Bosi:

[...] começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2010: 46-47)

Portanto, é importante termos em mente que quando Eva, Creuza e Lourdes rememoram e tecem suas narrativas, suas experiências anteriores à década de 1980 e, também, as posteriores e as recentes, se encontram, se aglomeram *para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes*.

Ao narrar os caminhos que levaram a população do Paranoá a se organizar coletivamente e resistir às investidas do governo em acabar com a ocupação, Lourdes revela uma ampla memória deste processo: as curvas, as nuances, as encruzilhadas, as pedras no caminho, até a chegada ao destino “final” da fixação, aquém das expectativas, mas, ainda assim, vitorioso. O trabalho de memória de Lourdes constrói uma narrativa fotográfica. É como se pudéssemos ver as imagens que se formam através de suas palavras: cada cena, cada episódio, cada expressão. Mas essas fotografias não têm datas,

nenhuma referência ao ano ou mês dos acontecimentos, tudo é dado espontaneamente. Eu, como historiadora, às vezes forçava a sua memória e perguntava: *mas quando foi isso, Lourdes?* Eu queria uma referência temporal, algo que permitisse situar os acontecimentos e experiências relatadas em sua narrativa. Lourdes respondia incerta: *ah, não sei, isso era 60? minha memória não é boa nem pra nomes, nem pra datas... ela é visual, é assim... essa coisa da figura... eu vou vendo, vai passando como um quadro e eu vou me lembrando das coisas.* O resultado é uma narrativa rica em impressões e imagens que parecem nos aproximar dos acontecimentos vividos por ela, como vamos perceber no decorrer desta dissertação.

[Lourdes]: *tudo começou com os pioneiros. Porque antes da gente estavam aqui os pioneiros que vieram construir a barragem do Paranoá. Era pra eles construírem a barragem e irem embora. Só que tinham os barracos que foram feitos pros engenheiros que vieram pra cá ficar alojado aqui e tinha os barracões dos empregados, tanto que não tinha mulher naquela época. A primeira mulher que veio pra cá foi a que faleceu, que foi a esposa do seu Ataíde e mais duas. A luta do Paranoá na verdade ela começa a sua organização, a sua origem, na barragem do Paranoá com esses trabalhadores da barragem e com essas mulheres que chegaram, que fixaram. E aí ficaram no acampamento e nesse acampamento os outros vieram chegando. Tanto que no início tinha uma rixa do pessoal do acampamento e dos novos, eles chamavam os novos de invasores. Esqueceram da luta deles, né? Mas aí foi expandindo. Depois não teve mais isso, quando eles viram que eles precisavam também desses outros. Porque se eles ficassem sozinhos ia ser fácil tirar, né? Ia ser fácil. Mas eles entenderam isso depois. Eu penso que a vinda dessas três mulheres foi fundamental porque aí os filhos que tavam... foram trazendo, foram constituindo família, foi fixando. E aí não dava mais vontade de ir embora e foi ótimo pra nós, que nós tamos aqui. Eu sempre digo que aqui é uma cidade bonita, nós estamos no centro do Lago Sul e Lago Norte, que é o maior poder aquisitivo. Estamos no meio dos dois maiores poder aquisitivos, estamos no alto platô, Paranoá é o lugar mais alto de Brasília, um lugar lindo, você enxerga o Plano Piloto todo e estamos vizinhos do palácio do planalto. O que você quer mais?*

Neste trecho, Lourdes reconhece a importância histórica das pioneiras⁴¹ no movimento inicial de ocupação do Paranoá e, por isso, destaca a memória da atuação destas pioneiras e especialmente das mulheres. Reconhecendo essa histórica como um processo, ela faz ainda uma reflexão sobre o presente, destacando que hoje a fixação do Paranoá se deve a atuação destas pessoas.

2.4. Condições de vida no Paranoá: trabalho, moradia e solidariedade entre mulheres

Uma das coisas que mais me interessaram na história oral foi a capacidade que a memória tem, assim como a literatura e o cinema, de fazer com que, como receptoras, nos sintamos um pouco dentro da narrativa. Parece que, em alguns momentos, nós sentimos o que a narradora (ou protagonista) sente: suas tristezas, alegrias, angústias e conquistas. Por isso as narrativas que Eva, Creuza e Lourdes tecem sobre suas vidas cotidianas no Paranoá são tão interessantes e ricas, porque elas nos permitem ter a impressão de entrar um pouco em suas histórias e suas experiências. A narrativa de Creuza, por exemplo, traz muitas percepções de como eram as condições de vida das pessoas no Paranoá, no início de sua ocupação:

[Creuza]: *a gente morava de aluguel em Planaltina. Na época nós estávamos na quadra três da Vila Buritis. A gente ficou lá de 1977 até 1981. Lá nesse tempo era tudo de madeira, né? Igual aqui no Paranoá... quando a gente mudou pra cá era tudo de madeira, madeira, madeira. Era difícil a gente ver uma casa construída, era tudo de tábuas. Foi tão esquisito quando eu cheguei aqui [em Brasília]... quando a gente chegou lá em Taguatinga Sul, meu deus! Tinha um lugar lá em Taguatinga Sul, ou era Norte, que tinha aquele monte de barraquinha*

41Na narrativa de Lourdes, o termo “pioneiro” aparece como referência às primeiras habitantes do Paranoá, aquelas que, mesmo com o final das obras da barragem, optaram por continuar habitando o local onde se localizava o acampamento que deveria ser provisório. Para James Holston, no entanto, entre 1956 e 1960, no processo de *incorporação diferenciada* – da qual tratamos na introdução desta dissertação (p. 14) – houve a divisão das recém-chegadas em dois grupos distintos: *pioneiras* e *candangas*. Segundo este autor: “No começo desse período, o termo “pioneiro” se referia especificamente aos “primeiros” [...]: aos primeiros funcionários, profissionais, comerciantes, agricultores (especialistas nisseis de São Paulo) e assim por diante, no lugar onde Brasília estava sendo construída; a todos que constituíam a massa dos “bandeirantes”, isto é, exceto para os operários de construção do interior, qualificados ou não. Estes últimos eram os candangos. Enquanto “pioneiro” era usado como termo honorífico, “candango era depreciativo, quase insultuoso.” (2010: 209).”

pequeninha, aí eu falei “gente, o que é aquilo ali?!”, aí: “ué! Ali é a casa do povo...”, e eu: “daquele tamanho?! Daquele tamanho ali?!”. E aí, menina, quando eu cheguei em Planaltina... Porque hoje a gente acha assim: “Nossa! Enorme os lotes de Planaltina!”, quando compara com os do Paranoá, né? O absurdo que é... Aí quando nós chegamos em Planaltina eu digo: “gente!”... Morar naqueles comodinhos... Quando eu cheguei a minha família estava mais ou menos numa metade disso aqui [aproximadamente uma área de 4m X 3,5m], comprido. Aqui era a cozinha [em dos cantos do retângulo]... E era aquele monte de cama, de campanha – umas caminhas que a gente fazia e fechava de manhã. Dormia todo mundo, outros dormiam na rede por cima e outros nas camas embaixo. Eu digo: “não, aqui tá pior que os índios!”. Porque os índios pelo menos têm muito espaço, né? Era uma loucura. Depois a gente conseguiu alugar um lote só pra nós... um lote não, um barraco. A gente geralmente alugava barracos porque as pessoas começaram a construir as casas na frente e deixava o lote atrás, com as madeiras. Aí a gente alugava, era um espaço maior.

[Leila]: e por que sua mãe decidiu vir para o Paranoá?

[Creuza]: porque aqui ela não pagava aluguel. Aí ela disse: “vamos, vamos!” e veio na frente.

Creuza revela neste trecho, sua estranheza e senso crítico em relação às opções precárias de moradias populares em Brasília, no início dos anos 1970 e 1980. Tanto Creuza quando Lourdes e Eva vieram de famílias pobres, que não tinham propriedades e nem residência própria. O direito à moradia, à casa própria, constituía privilégio das elites econômicas. As três são mulheres que lidaram com as profundas desigualdades econômicas que caracterizavam a sociedade brasileira nas décadas de 70 e 80 – desigualdades estas que, em grande parte, enfrentamos até hoje. Neste sentido, a classe, decorrente de suas condições econômicas e financeiras, também marca as experiências e identidades destas mulheres na lutas por habitação no Paranoá.

Nas cidades em geral, o rápido crescimento urbano vem acompanhado de desorganização espacial. No caso de Brasília, no entanto, o acelerado ritmo de crescimento demográfico teve suas particularidades: o processo foi desencadeado por ação do próprio Governo Federal, que iniciou a construção da cidade; e esse crescimento ocorreu ao mesmo tempo em que houve a implantação de um projeto de ordenação da cidade, o plano piloto de Lúcio Costa (Ferreira, 2010: 72). Como consequência disso, esse crescente populacional não foi absorvido pelos limites do plano, pois como dito anteriormente, Brasília já possuía, a priori, seu centro residencial destinado a atender uma função delimitada: servir de lugar de moradia e trabalho para pessoas ligadas à Administração Pública (Ibidem).

Com o rígido controle do acesso à propriedade no Plano Piloto regulamentado, os planejadores da cidade buscaram, então, frear o surgimento de um mercado imobiliário desregulamentado nas demais Regiões Administrativas. Segundo James Holston, ainda que o governo, na década de 1970, tivesse anunciado que seu objetivo seria garantir que cada trabalhadora tivesse acesso a seu próprio lote através de um preço razoável e condições de pagamento a longo prazo (2010: 284), a prática, por sua vez, configurou-se pela criação de inúmeros obstáculos para as pessoas mais pobres ao acesso à propriedade. De acordo com este autor, as características que acabavam por impossibilitar a conquista de um terreno para a maioria das imigrantes eram as seguintes:

- 1) A grande quantidade de regulamentos que definia quem poderia se candidatar a terrenos em núcleos urbanos fora do Plano Piloto. Só poderia se candidatar quem tivesse emprego no Distrito Federal e, entre as trabalhadoras autônomas, apenas quem possuísse suficiente capital inicial. (Ibidem)
- 2) Os procedimentos burocráticos para averiguar se a reivindicação do lote era legítima ou não – com base nos critérios acima – eram extremamente demorados (Ibidem).
- 3) O documento entregue pela Novacap à compradora em potencial do lote era um título “precário” de posse e não, de fato, um documento de aquisição. Assim, ainda que a candidata pudesse ocupar de imediato o lote, condicionava de várias maneiras a entrega de um título definitivo de posse. Em três anos a compradora deveria quitar o pagamento do terreno, construir uma casa de alvenaria no lugar do barraco original, entre outras exigências. Não cumpridas essas exigências, a compradora perderia todos os investimentos já feitos (Idem: 285).

Assim, para muitas imigrantes, o acesso à moradia em Brasília pelas vias legais tornou-se inviável. Segundo Holston, esse excesso de exigências por parte da Novacap, aliado ao crescente desemprego no DF, fizeram com que, para a população mais pobre, “um barraco feito com pedaços de madeira fáceis de transportar, e construído em uma terra ilegalmente ocupada, parecesse uma solução bem mais segura e acessível para seu

problema de moradia” (2010: 286).⁴² Outra alternativa era o aluguel de barracos construídos no fundo dos lotes regulamentados. Dada as dificuldades em se cumprir as exigências da Novacap, é compreensível que o sistema de aluguéis tenha se tornado uma renda a mais para as pessoas que conseguiam passar pelas primeiras fases do sistema de aquisição de moradia na periferia legalizada de Brasília. Eva, Creuza e Lourdes moraram em barracos alugados antes de se mudarem para o Paranoá. Nas três narrativas, a fuga do aluguel se apresentou como fator preponderante para essa mudança, até mesmo para Eva que, como vimos, ligava sua autonomia à conquista da casa própria, visto que o aluguel não parecia se configurar como uma opção financeiramente viável para que ela saísse da casa da sogra.

Como observou Creuza, as condições de habitação no Paranoá eram precárias. Muitas famílias viviam em moradias de apenas um cômodo, feitas de madeirite, repleta de buracos, com apenas um banheiro (fossa) para atender a um grande número de pessoas. Inúmeras passagens das narrativas de Creuza, Eva e Lourdes relatam as dificuldades cotidianas das moradoras no Paranoá, como podemos perceber nos trechos abaixo:

[Creuza]: *quando a gente veio era muito difícil. Assim... eu sempre gostei daqui. Mas tinha muita dificuldade. Não tinha luz, não tinha água...*

[Lourdes]: *o banheiro era fossa, era fora. A gente não tinha chuveiro. Tanto que o meu maior sonho de consumo naquela época era tomar banho de chuveiro, sabe? Quando eu fiz uma casa com chuveiro pra mim aquilo foi uma coisa, um acontecimento... por isso que eu entendo um bocado de coisa, sabe assim. Tomar banho de chuveiro pra mim era um sonho a conquistar também e tem esses sonhos que a gente vai conquistando. Então eu morava num barraquinho, eu, minha mãe, meu irmão Eustáquio e meu irmão Zé Rita. Eram quatro pessoas naquela época... e a Marli que meio veio depois, cinco pessoas naquela época que moravam num barraquinho de seis madeirites. Então tinha o banheiro lá fora, tinha um vão que eu acho que era isso aqui [aproximadamente 3.5m X 2,5m], onde tinha o fogão, as camas beliche e a cama da minha mãe separada, entendeu? E a gente dormia cada um nesses beliches. E o banheiro/os banheiros a gente tomava banho com latinha, sabe? tinha que tomar banho com latinha. À noite, às vezes, a gente botava roupa e ia lá pra mina, porque morava perto quando tinha pouca gente tomando, a gente tomava banho na mina porque tinha um espaço assim fora. Então tomar banho de chuveiro foi uma conquista.*

42A pesquisadora Patrícia Colela Doyle também discorre sobre o mercado imobiliário nas periferias de Brasília no artigo *Comercialização de habitações populares em Brasília* (In: PAVIANNI, Aldo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. pp. 115-137).

Algumas pessoas tinham um pouco mais de conforto que outras. Lourdes, por exemplo, morava bem próximo a uma mina d'água, enquanto a maioria das pessoas precisava andar, muitas vezes, quilômetros para pegar água. Em uma parte de sua narrativa, Eva narra como era a vida de uma amiga que também vivia no Paranoá:

[Eva]: tinha uma amiga minha que já morreu... o barraco dela era só de pano. Aí a gente... ah, a gente passou por muitas aventuras! A gente ia buscar lenha, lá no cerradão adentro, porque eu tinha meu gás, mas ela não tinha. Ela veio pra cá com ajuda das pessoas. Uma senhora fretou um caminhão e ela veio. E o marido dela era aquele marido que não dá conta de sustentar a família, não tinha aquela responsabilidade. Aí essa Rita veio, e o barraco dela só tinha pano. Daí as telhas que esse Ferretti tirou do meu barraco, foram as telhas que eu levei pro barraco dela, pra cobrir, porque não tinha telha. Aí o senhor lá fez a armação e começou a chover na época. Aí ele colocou as telhas lá, eu tinha oito telhas. Aí a gente... No caso, eu estava sendo solidária, né? Por que eu e ela, a gente ia mato adentro procurar pau, graveto pra ela fazer a comida todos os dias. A gente fazia o fogão de lata que minha vó fazia pra esquentar água quando eu era criança. Aí eu lembrei que a gente colocava a lenha e o fogo. Menina, mas quando chovia molhava esse barraco dessa mulher! Todo o lugar molhava, antes das telhas. Só mesmo o lugar do fogão que não molhava. Toda a vez que chovia era uma dó, por isso dei minhas telhas pra ela. Uma vez a gente tramou e teimou com a sorte de ir lá pro Lago Norte ou Sul pedir madeira nas obras, porque tinha muita obra lá. A gente já andava tanto pra lavar roupa... Depois do lago tinha aquela subidona e pra lá tinham as construções e a gente foi de pé. Aí a gente: “Ah, moço, você não tem uma madeira aí pra dar pra nós?”. As vezes eu me olhava e falava: “gente, será que sou eu que to passando por isso?!”. Mas não era se lastimando, é porque eu me admirava... por estar fazendo aquilo. A gente andava, andava e levava os dois meninos dela. Os meus eu deixava com a minha irmã. E aí a gente foi indo, foi indo até que um dia ela arrumou umas madeiras e arrumou mais ou menos o barraquinho dela. Mas era assim... Nesse tempo a gente tinha solidariedade porque todas estavam passando pelo mesmo sofrimento... todas lavavam roupa no lago, todas iam buscar água na mina...

Neste trecho, podemos perceber que, apesar de romper com muitos estereótipos do que seria a feminilidade, Eva também reproduz, em sua narrativa, representações hegemônicas do que seria a masculinidade. Para ela, o homem, o marido, tem o papel de trazer o sustento para casa, trabalhando fora. Se não consegue prover a família, não está cumprindo satisfatoriamente suas funções de marido e pai de família. É possível perceber também que existiam no Paranoá, especialmente entre as mulheres, laços de solidariedade e cooperação que se refletiam particularmente nos cuidados com as

crianças e na construção dos barracos. Essas relações permitiam que muitas mulheres trabalhassem fora, pois, com outras pessoas assumindo as responsabilidades domésticas (consideradas exclusivamente femininas), era possível ausentar-se de casa para trabalhar (Iwakami, 1988: 134). Essa solidariedade também se refletia nas ações cotidianas, como Eva narra no trecho acima, ela nascia do companheirismo das atividades diárias: ao se buscar água nas minas, lavar roupa no Lago, fazer a comida, ajudar na construção dos barracos.

De acordo com Marilda Aparecida Ionta, a dimensão intersubjetiva da amizade faz com que o âmbito amistoso possa ser percebido como um lugar privilegiado para se pensar a construção das identidades, não como um processo individual e “monástico”, mas como uma elaboração intersubjetiva e relacional (2004: 03). Um termo bastante usual nos feminismos que trata das relações entre mulheres é a idéia de *sororidade*. Para Suely Gomes Costa, algumas autoras trabalham a sororidade como um termo construído pelos feminismos no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, quando houve uma apropriação simbólica, por algumas feministas, da relação entre feminino e maternidade. Ou seja, a partir das funções reprodutivas, essas mulheres estabeleciam laços de união e igualdade entre si e, a partir desses laços, desenvolviam suas lutas contra opressões de gênero (2009: 312-313). Assim, a partir da crença na homogeneidade – biológica – de mulheres, estruturam-se alguns movimentos feministas brasileiros nessa época, acobertando conflitos e tensões inerentes às relações sociais.

No entanto, autoras como Gabriela Marques apontam que o termo sororidade passou por uma reformulação e apropriação, especialmente a partir da década de 1990, pelas chamadas “feministas não-hegemônicas” passando a relacionar, em seus limites, desigualdades de gênero às de raça, sexualidade e classe (2013: 04). Assim, o termo nos interessa na medida em que permite enfatizar que as vivências e experiências compartilhadas pelas mulheres no Paranoá, foram fatores fundamentais para que emergissem laços e relações de amizade, sororidade e solidariedade entre elas. As dificuldades cotidianas resultantes do entrelaçamento entre desigualdades de gênero e classe refletidas na divisão sexual do trabalho – onde às mulheres destinavam-se as tarefas de buscar água, cuidar das crianças, cozinhar, lavar roupa etc. –, acabaram por facilitar o desenvolvimento desse relacionamento entre mulheres da localidade.

A localização privilegiada do Paranoá, entre os chamados Setores de Mansões do Lago Sul e Norte, exercia especial atração para trabalhadores ociosos da construção

civil, pois, com o aumento das construções residenciais e particulares nestes Setores, ampliou-se a oportunidade de emprego para os homens que essas profissões (Idem: 118). Estes locais também apresentavam algumas oportunidades de trabalho doméstico para as mulheres, nas residências de família, como nos conta Eva:

[Eva]: *nesse tempo a gente tinha solidariedade porque todas estavam passando pelo sofrimento. Todas lavavam roupa no lago, iam buscar água na mina.*

[Leila]: *e eram só as mulheres com quem vocês mais andavam?*

[Eva]: *quem ia mais eram só as mulheres. Tinha muito homem, mas... os homens, não sei o que acontecia... Tinha muito homem que não trabalhava. Os que trabalhavam passavam o dia fora e a mulher que se virava. Alguns, né? Lá era de ter homem sem trabalhar. Me parece que a maioria das pessoas que foram para o Paranoá... que vieram da Ceilândia, do Gama, de todo o lugar pra cá, eram pessoas que moravam de aluguel, pessoas desempregadas. Parece que eram as pessoas que não tinham nada, não tinham nada, às vezes nada, e ali foi um socorro. Muito homem não trabalhava, muitas mulheres sem marido... mães solteiras, né? Então, quando as mulheres perceberam que elas podiam trabalhar, no Lago Norte, Lago Sul... Algumas já trabalhavam lá, mas outras, igual eu, não conheciam. Umias iam arrumando serviço pras outras... Elas descobriam que poderiam trabalhar também. Aí deixavam os filhos sozinhos no barraco e iam trabalhar. E o ônibus era lotado só de mulher, a gente quase não via homem. Muitas vezes a gente via os homens jogando dominó, os homens bebendo cachaça. Aí eu pensava assim: “nossa! Mas parece que só veio homem preguiçoso pra esse lugar!”. Porque, pelo dinamismo... Acho que eles trabalhavam lá pelas obras da Ceilândia e perdeu o serviço lá, né? Trabalhavam de pedreiro, essas coisas – que a mão-de-obra era essa – aí perdeu lá e quando chegava aqui ficava sem ação, sem procurar serviço. Pra mulher era mais fácil serviço, porque tinham as casas, né?*

Enquanto a utilização do masculino genérico serve, atualmente, para tratar de profissionais em quase todas as áreas (*médicos, mecânicos, empresários, lixeiros, vendedores* etc.), algumas profissões, ainda vistas como exclusivamente femininas, são soletras no feminino, como as de *doméstica* e *enfermeira*. Esse jogo de linguagem não reflete uma questão quantitativa, visto que outras profissões (como professora, por exemplo), são desempenhadas majoritariamente por mulheres, mas continuam sendo soletradas no gênero masculino. É como se a linguagem tratasse de reforçar a concepção de que determinadas atividades são naturalmente femininas, especialmente aquelas que envolvem o cuidado/zelo pela saúde das pessoas ou a realização de trabalhos domésticos (lavar, passar, cozinhar, cuidar de crianças, etc.).

Neste quadro de generização das profissões, não por acaso, o trabalho doméstico – associado às mulheres negras e pobres no Brasil, desde os tempos da escravidão – constituiu a principal fonte de renda das mulheres do Paranoá. Este tipo de trabalho, ligado à falta de instrução e de outras oportunidades de emprego, é bastante revelador da desigualdade econômica que marcava a vida destas mulheres e, conseqüentemente, suas lutas pela fixação de moradia no Paranoá.

No Brasil, o trabalho doméstico é mal remunerado, extremamente desvalorizado e explorado, não por acaso constitui “o destino” de muitas mulheres pobres e negras no país. Quando feministas brancas brasileiras comemoram a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de “posições de poder” (sem questionarem o que significa ocupar um “lugar de poder” numa sociedade machista, heteronormativa e racista como a nossa), convenientemente se esqueceram da realidade, denunciada por tantas feministas negras, de que aproximadamente 48% das mulheres negras estão nos serviço doméstico (Carneiro, 2003: 121). Ao ler os dados disponibilizados por Suely Carneiro, logo me lembro da força das palavras de Carolina Maria de Jesus ao narrar as experiências cotidianas de “empregadas domésticas” em seu livro chamado *Diário de Bitita*:

As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. [...] Deixavam o trabalho às onze da noite. Trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem: – Meu Deus! Estou tão cansada! [...] Quando as cozinheiras sentiam sono, iam lavar o rosto na água fria para despertá-lo. O único medo era o de salgar a comida e a patroa dar conta. Eram muitas pessoas para trabalhar e pouquíssimos os locais para trabalhar. A patroa era tratada como se fosse uma santa no altar. Se as patroas estivessem nervosas, as empregadas deveriam dizer: – Sim senhora! Se estivessem amáveis tinham que dizer: – Sim senhora! [...] Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tivesse uma filha, pobre negrinha! O filho da patroa a usaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar. (JESUS, 1986: 33-35)

Um dos sintomas das continuidades das relações de escravidão no trabalho doméstico no Brasil foi a ausência, por décadas, de leis trabalhistas que regulamentassem essa forma de trabalho, resultando, assim, na precarização desta

ocupação traduzida na baixa remuneração e na manutenção de desigualdades de gênero e raça que se seguem desde o período colonial. De acordo com Rosana dos Santos, até a década de 1970 o trabalho doméstico não era reconhecido como profissão e, conseqüentemente, as profissionais que se dedicavam a essa ocupação não possuíam carteira assinada, nem quaisquer direitos trabalhistas assegurados (2009: 30). Foi em dezembro de 1972 que a Lei nº 5.859, regulamentando a profissão de trabalhadora doméstica, foi aprovada (Idem: 36). No entanto, foi apenas no ano de 2013 que foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 66, a chamada *PEC das Domésticas*, que equiparou os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas aos das trabalhadoras formais. Com a mudança as trabalhadoras domésticas passaram a ter garantidos direitos como salário-mínimo, férias proporcionais, horas extras, adicional noturno e o FGTS, que antes era facultativo à empregadora⁴³.

No entanto, ao contrário do que diz Eva, um censo realizado em 1986 afirmou que a maioria das mulheres do Paranoá não trabalhava fora. Isso significa que a opção de trabalho doméstico fora de casa era ainda bastante restrita. Porém, é possível que o censo não considerasse algumas atividades realizadas por mulheres no intuito de sustentar financeiramente suas famílias. A narrativa de Lourdes, por exemplo, nos oferece uma pista interessante sobre uma dessas atividades quando fala sobre sua mãe que *tinha o maior orgulho de dizer que ela sustentou os filhos lavando roupa*.

Iwakami, no entanto, também confirma as informações deste censo. Segundo a autora, as famílias que habitavam a localidade eram, no geral, numerosas – com média de quatro filhas por mãe (ou casal) – e não existiam creches públicas na região, às mulheres, então, cabia a responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidados com as crianças (1988: 134). Entretanto, essa realidade teve um efeito interessante no Paranoá. A presença constante destas mulheres no cotidiano da cidade acabou, de certa forma, por envolvê-las também, intensamente, nas organizações e ações em prol da fixação do Paranoá. Como a repressão da Terracap atuava durante o dia, quando a maior grande parte dos homens estava no trabalho, eram as mulheres que defendiam os barracos e organizavam a resistência. É possível perceber, tanto nas narrativas analisadas quanto

⁴³Cf. PEC das domésticas é aprovada: *Senado aprova em segundo turno PEC nº 66 que equipara direitos das domésticas a dos outros trabalhadores. Texto segue para promulgação*. Disponível no site: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/pec-das-domesticas-e-aprovada.html>> Último acesso em: 25/03/2014.

na bibliografia consultada, que as assembleias, reuniões e manifestações eram formadas, principalmente, por mulheres. De acordo com Lourdes,

[Lourdes]: *os homens saiam pra ir trabalhar... tinha trabalho pros homens mas, naquela época, quase não tinha trabalho ainda pras mulheres. Porque as casas no Lago Sul e Lago Norte eram poucas ainda. A grande maioria das mulheres ficava aqui, o dia inteiro carregando água na cabeça, indo pro lago pra lavar roupa, pra dar banho nos menino, entendeu? Era muito sofrido pras mulheres. Por isso, a participação das mulheres foi muito grande, em sua grande maioria eram as mulheres que participavam das reuniões.*

Em seu trabalho de história oral com idosas no Paranoá, Natália Brayner enfatizou que, mesmo as mulheres que vivenciavam uma vida aparentemente dedicada ao “privado”, cuidando da casa e das filhas, também se apropriavam do espaço da cidade, circulavam por ele, se identificavam com ele no andar cotidiano pelo Paranoá. Como assinala a autora:

[...] as pesquisas com história oral começam a produzir questionamentos sobre o fato de que as mulheres seriam os *[sic]* porta-vozes da vida-privada. Nas entrevistas que realizei, pode-se perceber que, na verdade, essa *memória da vida privada*, não é tão privada assim. Na luta pela sobrevivência e manutenção do bem-estar da família essas mulheres circulam pelos espaços da cidade, a caminho do rio dos goianos, indo buscar água ou mesmo para locomover-se para o trabalho. Delineiam percursos e alteram rotas pré-estabelecidas. Interferem na constituição do espaço onde vivem. (BRAYNER, 2005: 157)

Nas narrativas de Eva, Creuza e Lourdes é possível perceber que a oposição entre o público e o privado acaba por invisibilizar e silenciar as inúmeras experiências de mulheres como sujeito de ação nos espaços e nas comunidades das quais fazem parte. Retomando algumas considerações sobre memória, levantadas no primeiro capítulo, as interconexões entre as dimensões individuais e coletivas da memória precisam ser percebidas nessas narrativas. Essas mulheres estavam em toda parte, seja nas reuniões do movimento de ocupação, na beira rio, lavando roupas ou buscando água, ou até mesmo fora da cidade atuando como trabalhadoras domésticas. A noção de que as mulheres sempre estiveram restritas ao ambiente doméstico, não reflete a experiência, por exemplo, das mulheres negras e pobres no Brasil, que desde os tempos

coloniais, atuaram nos espaços públicos como quitandeiras, feirantes, etc. Nem reflete as experiências das mulheres do Paranoá, cujas trajetórias se delineiam nas relações com a cidade, com outras mulheres e na participação delas nos movimentos pró-fixação da localidade.

CAPÍTULO III

TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E CONQUISTAS NA FIXAÇÃO DO PARANOÁ

No período que vai da gestão do Grupo Pró-Moradia, na Associação de Moradores do Paranoá (1985-1987), até a conquista da fixação (1989) e, posteriormente, ao tombamento da igreja São Geraldo (1993), é possível perceber uma

maior organização estratégica e, com isso, um crescente poder de mobilização conjunta da população entorno de lutas com objetivos em comum. Também é possível visualizar como essas histórias de luta influenciaram e influenciam os processos de construção e (re)criação das identidades e experiências de Eva, Creuza e Lourdes. Neste capítulo analisaremos, nas narrativas destas três mulheres, os trechos que versam sobre as fiscalizações da Terracap, a atuação da Associação de Moradores do Paranoá, as lutas por cidadania e educação, o episódio de luta e resistência chamado Segundo Barracaço, a conquista da fixação do Paranoá. As noções de *tática* e *estratégia*, propostas por Michel de Certeau, serviram aqui de base para as análises das resistências movidas pela população em prol da fixação da cidade.

3.1. A fiscalização da Terracap

A narrativa de Eva revela aspectos importantes do modo como as questões de gênero estiveram relacionadas ao direito de ocupação da terra no Paranoá. Além disso, revela aspectos da opressão e controle exercido pelos fiscais da Terracap no tratamento dispensado às moradoras. Podemos, através do trabalho de memória realizado por Eva, perceber como táticas de resistências cotidianas eram empregadas pelas moradoras no intuito de burlar ou reagir às pressões exercidas por esses agentes públicos. Segundo Eva,

[Eva]: *no Paranoá tinha muita polêmica, muita burocracia. Teve uma época, bem no começo, que minha mãe fez só uma parte do barraco e deixou a outra sem madeira... Aí tinha um tal de Ferretti nesse Paranoá... Esse homem era o terror... Era o coordenador [da Terracap] que ficava ali pro pessoal não fazer barraco. Ele batia na porta, perguntava quem era o dono, quantos filhos tinham e aquelas coisas... se era casado, se era solteiro... E o barraco que não tivesse terminado, igual o meu que só tinha uma parte feita, ele arrancava e levava a madeira pro caminhão já levar. Ele bateu lá em casa... eu saí... eu tava dormindo, cochilando, era à tarde... eu saí e ele falou assim: “cadê sua mãe?”, e eu falei: “minha mãe não ta aqui não” e ele: “chama ela aí e fala pra ela que amanhã eu quero passar aqui e quero ver ela senão eu vou derrubar esse barraco!” e eu: “não! a dona desse barraco sou eu!”. Aí ele olhou assim [desconfiado] pra mim e falou: “você?! você é de menor; não vai ficar em barraco aqui não!”. Eu respondi: “não, mas eu sou de maior! tenho 18 anos!” e ele: “então me dá seu documento!”.*

Aí eu dei e ele falou assim “você tem 18 anos? tem certeza?” e eu falei: “tenho! sou casada, tenho filho...”, aí ele perguntou: “cadê seus filhos? eles tão aonde?”, eu falei: “meus filhos não estão aqui não, tão lá na Ceilândia.”, aí ele falou assim: “segunda-feira eu vou passar aqui e quero ver você e o documento dos seus filhos, pra ver se é verdade!”. Eu fui lá no domingo e trouxe esses dois numa briga danada. Aí, na segunda, ele viu que eram meus filhos e falou assim: “gente! eu já vi muita coisa... tem 18 anos mesmo?!”, “tenho!”, “você tem cara de 12 anos!”. Mas é porque quando eu era novinha, tinha cara de catorze, mas já tinha 18... Aí ele pegou e falou assim: “olha, eu vou derrubar só essa parte que não tem madeira...”. Mas aí eu acho que ele ficou com tanta dó de mim que ele mesmo pegou as madeiras e enfiou debaixo da cama – porque geralmente ele derrubava e o caminhão vinha pra carregar... Aí eu falei assim: “pode derrubar! pode derrubar essa merda que eu já estou cansada! Já estou cansada disso! Eu já estou muito humilhada por causa disso!”. Aí ele falou assim: “não, não precisa ficar assim não, eu vou guardar suas madeiras, o pessoal não vai levar não...”. Aí ele enfiou as madeiras e as telhas embaixo da cama e falou pro caminhão não passar lá não e o caminhão não passou. Mas era um aborrecimento, me dava vontade de desistir por causa disso.

[Leila]: e você viu muito barraco sendo destruído?

[Eva]: vi, vi o pessoal levar muito barraco. Tinha barraco com os meninos... só com umas mocinhas... Aí falavam: “fala pra sua mãe que ela tem que estar aqui tal dia!”, voltavam lá e ela não tava... aí eles derrubavam o barraco, levava a madeira. E o pessoal ia e arrumava de novo.

A narrativa de Eva nos permite levantar uma série de questionamentos: por que as perguntas que, segundo ela, eram feitas às moradoras estavam sempre ligadas à formação familiar (*Ele batia na porta, perguntava quem era o dono, quantos filhos tinham e aquelas coisas... se era casado, se era solteiro...*)? Por que Eva não poderia permanecer no barraco se não tivesse filhas, ou se fosse solteira? Por que os barracos onde só havia menores de idade eram derrubados? Para onde essas menores eram levadas, ou seus barracos eram simplesmente derrubados sem preocupação com o que aconteceria com as menores?

Michel Foucault, ao tratar dos sistemas punitivos modernos, defendeu que o corpo está diretamente inserido em um campo político:

As relações de poder têm um alcance imediato sobre ele [*o corpo*]; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se

ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 2007:25-26)

Os escritos de Foucault permitem realizar aqui uma análise sobre o modo como o Estado exercia controle sobre os corpos das pessoas que ocupavam o Paranoá, ao exigir-lhes, por exemplo, sinais de maternidade e maioridade. As teorias feministas sobre o corpo e as representações de gênero também nos auxiliam nestas análises. Nesta dissertação, tais análises se baseiam na percepção do corpo não como um substrato material, no qual são inscritas representações, sentidos e interpretações, mas como uma construção, como explica Judith Butler:

Mas o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo *vir a existir* na(s) marca(s) do gênero e por meio delas? (BUTLER, 2003: 27)

Assim, as relações de poder que *investem, marcam, dirigem, supliciam, sujeitam e obrigam* os corpos, também os inventam, os fabricam. Não há como negar que também somos seres biológicos. Somos percorridas por células, hormônios, órgãos, sistemas que perpassam a nossa capacidade de interação com o mundo e, também, as nossas necessidades – das mais básicas às mais complexas. A questão é: *podemos separar de modo tão óbvio o nosso corpo, a nossa natureza, das representações que construímos sobre esse mesmo corpo e essa mesma natureza? O próprio ato de nomear partes do corpo, etapas do desenvolvimento humano etc., já não evidencia uma fabricação de sentidos sobre o próprio corpo? Existem meios de pensar e sentir o corpo para além das representações que lhe imprimem sentidos? Assim, tendo em vista estas inquietações, me parece mais plausível pensar no corpo como discurso, como efeito de inúmeras práticas, relações de poder, tecnologias (de gênero, raça, classe, etc.).*

Ferreti, como fiscal, executava diretamente o poder normatizador do Estado não só sobre as terras do DF, mas também sobre os corpos que deviam ocupar os espaços. Disciplinando os usos e ocupações da terra, o Estado não incidia apenas

sobre os aspectos físicos da região, mas exercia também controle sobre a própria população. Ser maior de idade e mãe (corpo reprodutivo e materno) colocava Eva no modelo (de corpos) aceito pelo Estado, tolerado para ocupar o espaço e ter um lar. Estes marcadores de diferença (corpo reprodutivo e idade) pareciam assim definir o direito à fixação de moradia no Paranoá. Neste sentido, as intervenções do Estado, na figura de Ferreti, revelam também uma vontade de normatizar o processo de ocupação, com base também em concepções de gênero binárias e machistas que constroem o corpo feminino como corpo materno, marcando-o, assujeitando-o e conferindo-lhe certos direitos na função de mãe.

Nas ocupações irregulares que resistiam às tentativas de remoção do governo, as estratégias de controle do espaço e da população eram diversas: impedia-se o crescimento da localidade (demolição de novos barracos), exigia-se o cadastramento de cada moradora (com exigências a serem cumpridas pelas habitantes), dificultava-se a instalação de equipamentos urbanos nessas ocupações, etc.

Sabemos que a formação discursiva dos corpos produz diferenças entre eles e que, essas diferenças, podem ou não ser hierarquizadas. Ou seja, não necessariamente as diferenças produzem pares valorativos do tipo inferior/superior, feminino/masculino, melhor/pior etc. No entanto, algumas dessas diferenças produzem (e são produzidas por) formas bastante específicas de opressão e hierarquização, como o racismo, o sexismo, a transfobia, a gordofobia, entre outras. Como escreveu Colette Guillaumin, “caracteres físicos nós temos aos montes”, mas são alguns e não todos, “que são selecionados, escolhidos (inventados), e não outros” (1994: 229). Nesse processo de criação, os traços físicos passam a marcar determinado grupo indicando seu lugar social (discriminação) e podendo imbricá-lo numa relação de exploração física direta (Ibidem). No caso da construção da divisão binária dos sexos em masculino/feminino, são as práticas que moldam os corpos e que naturalizam seus comportamentos e atribuições sociais (Navarro-Swain, 2000: 49). No entanto, para autoras como Judith Butler, ninguém é o seu gênero, pois este é sempre uma meta, um modelo, uma ação, um devir, como argumenta a autora no trecho a seguir:

Essa formulação radical da distinção sexo/gênero sugere que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e quem, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais. [...] Consideremos ainda a consequência de que, se o

gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. (BUTLER, 2003: 163-164)

Identidades criam expectativas. Identidades de gênero, por sua vez, não podem ser analisadas de forma separada de outras identidades atreladas à classe, sexualidade, raça, geração, região, religião etc. As expectativas sobre o que seria “a mulher asiática” de classe média, por exemplo, diferem em diversos aspectos do que se espera “da mulher negra” de classe média, ou “da mulher branca” pobre⁴⁴. As experiências de gênero, raça, geração, classe, dessa forma, não podem ser analisadas de forma separadas, pois as experiências advindas de ser uma mulher em uma sociedade machista estão profundamente ligadas a outros aspectos constitutivos de sua identidade e posição social.

O que mais me chamou a atenção no trecho da narrativa de Eva foi a espécie de exame⁴⁵ que ela descreveu, na entrevista feita por Ferretti que, aparentemente, serviria de base para o fiscal determinar se ela poderia ou não ser moradora do Paranoá. Ser mulher “maior de idade” e “mãe de família” marcava a diferença em relação à das outras mulheres que deveriam ter o direito de ocupar o Paranoá. A abordagem que Eva descreve se inicia pela pergunta: cadê a sua mãe? Como Eva respondeu que a mãe não estava ali, Ferretti rebateu: chama ela aí e fala pra ela que amanhã eu quero passar aqui e quero ver ela senão eu vou derrubar esse barraco! Ele presumiu que Eva fosse menor de idade e, como tal, não poderia se auto-representar como responsável pelo barraco. Caso a verdadeira responsável (maior de idade e mãe de família) não aparecesse no prazo determinado, o barraco seria destruído. O que

44A necessidade de analisar as interseccionalidades entre as diferenças foi muito bem trabalhada por Avtar Brah no artigo *Diferença, diversidade, diferenciação*. Segundo a autora: “[...] a análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de ‘diferença’ deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si. Acima de tudo, sublinho a importância de uma macro-análise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante.” (BRAH, 2006: 331-332).

45“O exame também faz a individualidade entrar num campo documentário: Seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um “poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina.” (FOUCAULT, 2007: 157)

aconteceria se Eva não fosse maior de dezoito anos e uma “mãe de família”? Nesse cenário, o corpo materno e maior de idade é investido de poderes, já que em consonância com o crescente ideal do Estado, de que o espaço fosse ocupado por famílias onde mulheres deveriam ser mães e maiores de idade. Esta valorização dos corpos das mulheres, enquanto corpos adultos (maiores de idade) e maternos, está em sintonia com os ideais normativos de gênero. O espaço deveria assim ser ocupado por famílias reprodutivas/heterossexuais, onde “mulheres mães” deveriam estar sempre presentes. Mulheres menores de idade e sem filhas eram excluídas desse direito. Neste sentido, a ocupação do espaço também é presidida pelos padrões normativos de gênero e sexualidade, que fixam os modelos aceitos de mulheres para o exercício de tal ocupação.

Na narrativa de Eva, quando ela apresenta o documento e comprova que tem dezoito anos de idade, o fiscal permanece em dúvida: *você tem 18 anos? Tem certeza?* Ela então responde, adicionando um novo argumento: *tenho! sou casada, tenho filhos...* Como se o fato de ser esposa e mãe encerrasse a questão, confirmando definitivamente sua maioridade, ainda que, aos quinze anos de idade, Eva já fosse casada e tivesse um filho. O argumento tem o efeito esperado sobre o fiscal (*segunda-feira eu vou passar aqui e quero ver você e o documento dos seus filhos, pra ver se é verdade!*), embora a notícia da existência do marido, na narrativa de Eva, não pareça ter sido tão relevante quanto foi a revelação de seu papel de mãe. Para cumprir com essa exigência a mãe não poderia estar ausente do lar, não poderia exercer outras funções fora de casa. Neste sentido, a exigência da presença da mãe, com o documento dos filhos, reforça o controle sobre o papel das mulheres atrelado à maternidade e ao trabalho doméstico.

Ao contar sobre o retorno do fiscal, na segunda-feira, o tom de Eva muda. A fala de Ferretti, narrada por ela, já não tem o tom ameaçador de antes. Sua filha e seu filho estavam com ela e os documentos comprovavam a maternidade. A voz do fiscal, recriada por Eva, adquire um tom quase paternal, de quem vê alguém mais frágil (ou inferior?) passando por uma necessidade.

Para Tania Navarro-Swain, a maternidade possui papel de destaque no que seria a representação da “verdadeira mulher” (2000: 49). Ser mãe é o nosso destino irrenunciável, afinal, uma mulher só se torna *realmente* uma mulher através da experiência da maternidade. Nessa representação, o cuidado, o carinho, a afeição o se

doar para alguém são o caminho *natural* “da mulher”. Para Navarro-Swain, existe um binômio constitutivo da representação social das mulheres: a *prostituta* e a *mãe* (2000: 53). Esse binômio, apresentado pela autora, me parece extremamente simplista e reducionista, o par *prostituta/mãe* não dá conta da complexidade das representações que envolvem as *mulheres* ao longo da história, nem dialoga com as diferentes opressões que perpassam as hierarquizações de gênero. No entanto, Eva diz: *fui buscar meus filhos, porque lá só ficava quem tinha filhos e eu era tão novinha que o pessoal não acreditava que eu tinha filho*. Por que mulheres que não tinham filhas não podiam permanecer no Paranoá? Por se tratarem de mulheres pobres, vivendo em uma periferia irregular, é plausível que a existência dessa representação dual *prostituta/mãe*, faça sentido no contexto narrado por Eva. De acordo com Navarro-Swain,

A mulher torna-se corpo inteligível enquanto mãe, pois as significações atribuídas ao feminino conferem-lhe um sentido unívoco, mulher-mãe, da qual a maternidade revela seu ser profundo, sua própria razão de ser. Fora da maternidade, o caminho negativo, do vício, da sedução. (NAVARRO-SWAIN, 2000: 58)

Para a Terracap, menores sozinhas e mulheres sem filhas representavam problemas? Eram delinquentes ou prostitutas de antemão? Ou eram simplesmente mais frágeis, mais fáceis de serem expulsas da ocupação irregular? Ao se juntar os dois grupos, as menores e as mulheres, através do laço da maternidade, tem-se a força de uma representação social que garantia a ambos o direito de permanência no Paranoá. As relações de poder marcam os corpos, exigem deles sinais e, como escreveu Foucault: “Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é [...] como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação[...].”(2007: 25) Mulheres com filhas estão cumprindo um de seus papéis sociais: de reprodutoras.

Ao evidenciar os limites dos feminismos brancos, Sueli Carneiro relembra que as mulheres negras tiveram experiências históricas diferenciadas e que os discursos clássicos sobre a opressão das mulheres não têm dado conta de tratar. A autora, como vimos anteriormente, convida a leitora a refletir: *Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?* (Carneiro, s.d.). Talvez tenha

sido justamente esse mito da fragilidade feminina, que envolve as representações das mulheres brancas no Brasil, o motivador da mudança de atitude de Ferretti em relação à Eva. A fragilidade de Eva expressa em sua branquitude, na sua pouca idade, no seu papel de mãe, poderia também ter ativado esse sentimento de *proteção paternalista* no fiscal da Terracap?

3.2. Das resistências cotidianas aos movimentos organizados

Embora os fiscais da Terracap realizassem um exame da população que ocupava o Paranoá e colhessem informações sobre ela – numerando os barracos, e classificando quem poderia permanecer e quem deveria ir embora do lugar –, as moradoras do Paranoá lançavam mão de variadas táticas que permitiam que o controle estatal fosse constantemente burlado. As recém-chegadas à localidade procuravam construir seus barracos à noite, quando os fiscais não estavam por perto, e usavam madeirites velhas e desgastadas para dar a impressão de que o barraco era antigo. Além disso, quando a expansão do espaço físico do Paranoá estava sendo mais fortemente controlada, muitas moradoras antigas ampliavam seus barracos, construíam pequenos quartos, acomodações, ou outros barracos em seus lotes, que alugavam para aquelas que estavam chegando. Esse sistema de aluguéis permitiu que a população continuasse crescendo, ainda que o espaço permanecesse o mesmo.

Neste processo de resistência cotidiana, a conscientização política da população, pelo que se pode perceber nas narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, bem como na bibliografia analisada, foi construída gradualmente e coletivamente. Não que o próprio ato de estar ali, lutando cotidianamente para permanecer em suas casas, não fosse um ato extremamente político e militante em si. O que quero dizer é que, a emergência dessa *consciência* de uma atuação política, se deu através de um processo de análise crítica da situação em que essa população estava inserida. E, a partir dessa análise, tornou-se possível desenvolver estratégias de ação e luta de forma coletiva e massiva, ao invés de resistências pontuais e individuais. Nesse ponto é interessante trazer para a discussão algumas contribuições de Michel de Certeau acerca das diferenças conceituais entre *estratégia* e *tática*.

Acerca do conceito de *estratégia* o autor escreve:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, o campo entorno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. (DE CERTEAU, 2011: 93)

O *Outro*, no entanto, pode não ser sempre tão invisível assim. De Certeau nos apresenta uma argumentação dicotômica: de um lado, *o forte* com suas estratégias bem delineadas e seu território próprio; do outro, *o fraco* com suas táticas esparsas, sua resistência difusa, agindo sempre no território alheio. O autor foca sua narrativa nas táticas “dos fracos”, no caminhar do simples pedestre que imprime seus passos na metrópole projetada, desenhada e vigiada (Idem: 157); nos relatos religiosos das sertanejas pernambucanas imersas numa luta imemorial entre “poderosos” e “pobres” (Idem: 72); e na produção da telespectadora diante da tela da televisão (Idem: 38). Para o autor, as usuárias (da cidade, da televisão, dos produtos) não são passivas, elas fabricam sentidos e usos outros a partir da apropriação que fazem do objeto. Apesar da análise de grande sensibilidade, atenta às mínimas nuances e detalhes dos “objetos” com os quais trabalha, de Certeau ainda subestima aqueles a quem chama de “os fracos”. Em suas referências de estrategistas estão as *empresas*, as *instituições científicas*, o *exército*, mas não, por exemplo, os movimentos sociais. E não seriam esses movimentos exemplos vivos de que “os fracos” podem se tornar fortes quando se articulam, embora, muitas vezes, permaneçam em desvantagem?

Já acerca das *táticas* de Certeau escreve:

[...] chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma condição de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o

movimento de “dentro do campo inimigo”, como dizia Von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco. (DE CERTEAU, 2011: 94-95)

A tática se constitui como a *arte do fraco*, na medida em que se opõe à *arte do poderoso*, daquele que exerce o controle e dominação sobre algo. A população do Paranoá não tinha controle sobre a ocupação do território. Diante do poder, exercido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), a população se organizava e usava de determinadas táticas para ir aos poucos ocupando o espaço e conquistando seu direito a moradia.

Penso no Plano Piloto, por exemplo. Quando visito outras cidades, não enxergo nelas controle urbano tão totalizador quanto o exercido pelo Estado no Plano – por eu estar só de passagem, talvez. Brasília mudou nesses mais de 50 anos de história, mas um olhar superficial pelo Plano Piloto de Lúcio Costa e aquele de hoje anuncia um lugar que parece ter congelado no tempo. Será?

Apurando o olhar é possível perceber os sinais das mudanças. Uma placa pendurada em um poste no mar de concreto do Complexo na República, na Esplanada dos Ministérios, anunciava em *spray*, até pouco tempo, que você estava na *Praça das Bicicletas*. Não era uma placa oficial, não foi o Governo do Distrito Federal (GDF) que a colocou ali. Foi um grupo chamado *Bicicletada* que nomeou aquele espaço. Uma passagem subterrânea da Asa Norte, por sua vez, destinada a ter suas paredes sempre brancas, hoje exhibe grafites e pichações militantes. Frases como “Revolução da sapatão”, “Ame sem pudor, ame sem poder”, “Você não está sozinha”, “Contra a violência doméstica” etc. estampam em *spray* colorido o caminho de tantas pedestres. Também não é do GDF a intervenção, nem foi autorizada por ele. Foram muitas mulheres na 8ª *Ação Lésbica* que transformaram aquele espaço. É possível dizer que esses grupos agiram sobre um espaço que não lhes pertence? Ou esses grupos enxergam a cidade como um território deles? Não serão também a Vila Telebrasilândia, a Vila Planalto e o Santuário dos Pajés exemplos vivos de um Plano Piloto que pode ser de quem se organiza e o reivindica para si?

A diferenciação entre *tática* e *estratégia*, proposta por de Certeau, embora limitada pelas considerações feitas acima, pode ser enriquecedora na análise dos processos de luta que tornaram possível a fixação do Paranoá. Enquanto nas primeiras duas décadas de existência da localidade, a luta era pontual e, no geral, individual, não é possível se falar em *estratégias*, no sentido colocado por de Certeau. A utilização de madeirites desgastadas e antigas na construção de novos barracos, as negociações pessoais com os fiscais da Terracap, a construção dos chamados *puxadinhos* que permitia que mais famílias se alojassem no Paranoá, podem ser entendidas como táticas de resistência. Trata-se, portanto, de ações de negociação e confronto com o *Outro* que exerce o controle sobre a ocupação do espaço; os movimentos são feitos com cuidado; aproveita-se momentos de afrouxamento das regras (a noite, por exemplo); dá-se um *jeitinho* diante da fiscalização da Terracap. Ações cotidianas de resistência; individuais, pontuais, esparsas: *táticas*.

No entanto, em determinado momento, a população do Paranoá começou a se reunir, discutir, pensar e interferir coletivamente sobre os problemas comuns enfrentados pelas moradoras. Ações passaram a ser propostas em conjunto, manifestações, resistências e enfrentamentos, começaram a ser planejados de maneira organizada e coletiva. Podemos então falar (por que não?) em *estratégias* – ainda que as forças em confronto (Estado e habitantes do Paranoá) permanecessem desiguais.

O sentimento ligado à apropriação do espaço pode ser percebido no seguinte trecho da narrativa de Lourdes, quando lhe perguntei sobre as intenções do grupo Pró-Moradia:

[Leila]: *e a intenção da fixação desde o começo já tava posta?*

[Lourdes]: *desde o começo tava claro pra nós. A intenção de tudo isso era fazer com que as pessoas amassem o Paranoá, porque muitas pessoas vinham aqui e convidavam os moradores pra mudar. Muita gente mudou daqui assim, sabe? porque prometia lote não sei aonde. E a gente não, a gente gostou daqui, a gente achava bonito esse espaço – e é bonito esse espaço, né? E outra coisa: esse espaço está perto de tudo. Tava perto do trabalho das pessoas, perto do centro da cidade, perto do poder político também.*

Existem alguns elementos interessantes a serem analisados neste trecho. O primeiro deles diz respeito ao papel de *convencimento* desempenhado pelo grupo. As

jovens sentiam-se donas legítimas daquele espaço, o Paranoá tornou-se, então, seu território. Enquanto algumas pessoas chegavam e partiam ao receberem outras propostas de moradia – usando o espaço do Paranoá como oportunidade, mas não se reconhecendo nele –, outras pessoas se identificaram, construíram uma ligação com o lugar. Se o *território* “não é senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural [...] que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria” (Pollice, 2010: 08); e se a *identidade territorial* “pode ser interpretada como sentido de pertença, identificação social, representação partilhada de um *si* coletivo” (Idem: 11), pode-se avaliar que houve um processo de *territorialização* do espaço do Paranoá.

Não cabe aqui dizer se outros grupos e pessoas já se identificavam com o lugar – como vimos, um mesmo espaço pode abarcar inúmeras territorialidades. São principalmente as narrativas de Eva, Creuza e Lourdes que nos interessam aqui, e essas narrativas apresentam processos identitários diferenciados nas trajetórias apresentadas por cada uma delas. Eva parece ter se identificado com o Paranoá antes mesmo de ter conhecido o lugar. As histórias detalhadas e sensíveis que conta sobre sua chegada, seu cotidiano, suas amigadas, deixam transparecer uma ligação com o Paranoá criada desde o primeiro momento – é como se tudo estivesse impregnado de sentido e carinho, cada palavra e cada frase.

Creuza, por sua vez, não transmite a mesma paixão quando fala de sua chegada ao Paranoá. Ela se remete com saudade aos tempos que morava *na roça, no norte*; sua chegada à Brasília significou concessões, precisou enfrentar dificuldades que não conhecia. A escolha de mudar não partiu dela, mas sim de sua família. Quando chegou ao Paranoá trabalhava e estudava: *não conhecia muita gente lá no Paranoá Velho porque saía de manhã e chegava à noite*. Aos domingos ia para Planaltina, lugar onde primeiro morou quando chegou à Brasília; lá frequentava um grupo de jovens da igreja católica. Sua identificação com o Paranoá só surgiu anos depois, quando foi convidada para ser professora na Alfabetização de Jovens e Adultos. Quando sua narrativa adentra nessa época e segue até os dias de hoje o orgulho de se reconhecer moradora do lugar é explícito.

Como Creuza, Lourdes também não escolheu, num primeiro momento, estar no Paranoá. Sua chegada foi fruto de uma decisão familiar, não sua. Quando conta sobre sua infância em Paracatu, sua descrição é delicada, seu tom é saudoso, quase onírico:

[Lourdes]: *Paracatu é uma cidadezinha mineira, de interior, mas que todo mundo tem casa – era casa grande. A minha era casa de tijolo, era uma casa grande, pintada, com aqueles janelões... lembro que eu sentava na janela, sabe? da minha casa, era janela grandona. Então quando eu cheguei aqui em Brasília e fui pra dentro de um barraquito de seis madeirites, eu juro que sentia saudade da minha casa, porque na minha casa nós tínhamos um quintal enorme. Meu pai plantava – eu lembro – o quintal era cheio de milho e tinha tudo quanto era fruta. Quando eu cheguei aqui em Brasília que a gente tinha que comprar fruta pra comer, aquilo pra mim... era estranho, sabe? Apesar da gente não ter luxo... mas não faltava mamão no quintal, não faltava mexerica, amora – nós tínhamos vários pé de amora, pegava amora no pé... manga, na época de manga os pés eram cheios – manga coquinho, manga cavalo, manga de tudo a gente tinha no quintal enorme. Na época de milho plantava-se milho no quintal. O nosso terreno era todo rodeado de pé de abacaxi. Então, quando era a época do abacaxi, a gente brincava com o abacaxi, a gente pegava o abacaxi pra fazer olho, boneco de abacaxi. A gente pegava broto de milho pra brincar de cabelinho, fazia aquelas bonequinhas de milho... aí quando chega aqui você ter que comprar... ir pra feira pra comprar uma laranjinha, uma manga, você comprando manga na feira! Aquilo pra mim era uma afronta, então isso eu acho que foi ficando dentro de mim. E quando eu conquistei, quando nós conquistamos a fixação eu disse “agora eu vou fazer minha casa. eu não quero ter meu filho num barraco!” – e não tive meu filho num barraco.*

A descrição detalhada da casa de sua infância revela uma ausência e um desejo. As dificuldades enfrentadas em Brasília alimentam os sonhos de um tempo passado, melhor. No entanto, a proximidade com outras jovens, o contato com outros pensamentos e experiências, a vinda definitiva da família para o Paranoá, tudo isso parece ter contribuído para que a cidade passasse a ser sua casa. De fato, o Paranoá fica em um área linda, com um pôr-do-sol arrebatador. *Quem foi que disse que pobre não pode morar em lugar bonito?* – questiona Lourdes. Houve um processo de identificação com o lugar: amigas, atuação política, beleza natural – tudo isso re-significa o espaço, cria sentido, constrói laços.

Quando um grupo organizado construiu uma identificação coletiva com o Paranoá – como ocorreu com o grupo TUCA, depois chamado de Pró-Moradia –, passou a ser politicamente relevante que mais pessoas criassem laços com o lugar, *gostassem do Paranoá*. Um pequeno grupo, obviamente, teria menos capacidade de

resistência do que um grupo maior. Este grupo, então, deu início, ainda que de forma não-intencional no início, a um trabalho político de base com a população. Conversas, problematizações, reuniões, questionamentos e reflexões começaram a ser desenvolvidas junto à população.

É interessante analisar, igualmente, o trabalho de memória empregado por Lourdes: de acordo com ela o grupo se chamava “Pró-Moradia”, enquanto em panfletos e na bibliografia sobre a época se encontra o nome “Pró-Melhorias”. Não interessa aqui saber quem está certa ou quem está errada, não penso que exista certo ou errado num trabalho de história oral. O fascinante é perceber o trabalho da memória em si. Se a intenção desde o início era a fixação, por que o grupo se chamava “Pró-Melhorias” e não “Pró-Moradia”? Talvez, a conquista de melhorias (chafarizes, escolas, postos de saúde, etc) fosse vista como uma estratégia que levaria à fixação, como Lourdes mesmo explicitou na narrativa. Ou, talvez, a luta por melhorias compreendesse em si mesma, naquele momento, todo o horizonte de expectativas daquelas jovens para o Paranoá e, só mais tarde, com o aprofundamento das reflexões, a fixação tenha surgido como o grande objetivo do grupo. Neste caso, o fato de Lourdes empregar o nome “Pró-Moradia” poderia, também, ser um exemplo de como as temporalidades se misturam nas narrativas memoriais.

O segundo elemento que me chamou atenção no trecho da narrativa de Lourdes aqui analisada⁴⁶, diz respeito às motivações que influenciaram o processo de identificação das pessoas com o Paranoá. Dentre estas motivações, a beleza natural do lugar onde o Paranoá estava localizado, se apresenta como fator relevante de aproximação ou repulsa das pessoas com o espaço, embora não seja o único. Além disso, Lourdes declara que o fato do Paranoá *estar perto do trabalho das pessoas, perto do centro da cidade*, também contribuía na permanência e identificação das pessoas com o lugar. Em uma cidade como Brasília – onde a oferta de moradia no centro era extremamente limitada (tanto pela organização urbanística quanto pelo valor dos imóveis) e a política governamental desde cedo foi de afastar a população pobre (tratada meramente como mão-de-obra) do Plano Piloto –, morar próximo ao centro era e ainda é um luxo. Como acontece em diversas outras cidades do mundo, a lógica é perversa: existe um centro econômico que absorve a maior parte da mão-de-obra, quem tem menos dinheiro mora mais longe, gasta mais com transporte público, passa mais tempo

⁴⁶Localizada na página 104.

no deslocamento casa-trabalho-casa e, conseqüentemente, desfruta menos do local onde mora. O direito à cidade definitivamente não é para todas.

Por último, Lourdes acrescenta mais uma motivação, ligada ao fato do Paranoá estar localizado *perto do poder político*. Por que essa seria uma motivação importante? Talvez porque estar próximo ao centro político garantiria maior visibilidade? As manifestações organizadas no Paranoá, quando já contavam com a participação massiva da população local, atraíam a mídia, figuras políticas, acadêmicas e estudantes. Estar próximo ao poder político também possibilitava maior visibilidade das lutas para reconhecimento dos direitos de moradia da população, bem como de atração de investimentos públicos a melhoria da localidade.

De qualquer forma, ao que parece, o grupo foi bem-sucedido no processo de convencimento do restante da população, e a participação popular nas reuniões e manifestações tornou-se ampla. Como relata Iwakami,

Até que se constituísse o referido “Grupo Pró-Melhorias”, a prática de mobilizações amplas e massivas era desconhecida pela população do Paranoá. Ocorreu, então, manifestação organizada sob orientação do grupo, com ida ao Palácio do Buriti, contando com delegação de mais de 300 pessoas reivindicando ampliação da rede de energia elétrica e instalação da rede de água, liderada por pessoas que iriam integrar mais tarde o grupo [*referência à gestão que assumiu entre 1985-1987 a Associação de Moradores do Paranoá*]. Esse episódio ocorreu em 1983, conquistando-se a ampliação da rede de energia em alguns meses, mas a água foi fornecida na forma de chafarizes (dois grandes tanques de água de 20.000 litros cada e com torneiras para o abastecimento) foi instalado somente no 2º semestre de 1984. (IWAKAMI, 1988: 147)

Avaliando a necessidade de água como prioritária, o Grupo Pró-Moradia buscou, em 1984, a Associação de Moradores no intuito de encaminhar o pedido de um chafariz público que atendesse a esta demanda mais eminente da população (Reis, 2011: 16). Mas a articulação com a Associação não rendeu resultados. Em avaliação conjunta acerca das táticas de reivindicação adotadas pela entidade, que se baseavam majoritariamente na entrega de abaixo-assinados às autoridades, o Grupo Pró-Moradia percebeu ser necessária uma intervenção mais incisiva e direta em busca de seus direitos, como conta Lourdes:

[Lourdes]: *a gente então começou a organizar o povo entorno dessa questão do Paranoá. E o pessoal cobrando... o pessoal cobrava, a gente começou a discutir e a coisa foi crescendo. E a gente começou a ir pra Associação de Moradores discutir com o presidente de lá que achava que só tinha que fazer abaixo-assinado, não fazia reunião com a comunidade. Ele dizia que o trabalho dele ele estava fazendo. Quando tinha um problema ele fazia um abaixo-assinado – e sabe lá deus pra onde ele levava esse abaixo-assinado! Então a gente começou a perceber que podia ser diferente e esse grupo formou, depois de um certo tempo, uma certa caminhada, uma certa organização... a gente percebeu que podia ir mais pra frente, formou o grupo Pró-Moradia porque tava percebendo o que as pessoas já estavam falando e qual era a pretensão dos políticos de Brasília: tirar o Paranoá daqui. Então tudo quanto era reunião a gente ia. Por exemplo, ia pedir pra colocar água na Caesb... A gente começou a chamar os representantes pra vir no Paranoá... Foi nessa época que a gente começou a se encontrar com o pessoal da UnB.*

Diante da lacuna apresentada pela insuficiente atuação da Associação de Moradores, as estratégias de ação do grupo Pró-Moradia tornaram-se mais diretivas, com reuniões, manifestações e encontros marcados com autoridades locais.

[Lourdes]: *ai quando eles começaram a ver que a gente já estava indo longe demais, eles começaram a barrar: “não vamos receber esse grupo! lá tem uma Associação, nós vamos sentar com o povo da Associação”. Por que? O povo da associação ia lá com terno, gravata, chegava e tomava todos os cafezinhos que eles serviam, entregavam os abaixo-assinados e ficava por isso mesmo. Só que a gente não! A gente queria resposta, marcava reunião... “Queremos que vá lá, pra dizer pro povo, o povo todo não pode vir aqui!”.*

É importante visualizar como, segundo Lourdes, as autoridades não receberam como legítimas as reivindicações do Grupo por este não ser, institucionalmente, a entidade representativa das moradoras do Paranoá. Ou seja, do ponto de vista dos agentes públicos, o Grupo não tinha o *status* necessário para participar de reuniões decisórias, nem para levar *diretamente* aos órgãos públicos as suas reivindicações. A deslegitimação do Grupo, diante do GDF, ocorreu mesmo que as pessoas ali presentes fossem moradoras da localidade, capazes de falar sobre a realidade em que viviam cotidianamente. Os problemas apresentados, como a escassez de água, se referiam à ausência de infra-estrutura básica já conhecida pelo governo que, ainda assim, estabeleceu que o diálogo só poderia ocorrer de maneira inter-institucional, avaliando como ilegítimas outras formas de representação (e/ou auto-representação) que não a Associação de Moradores. Esse filtro entre população e poder público era conveniente

para o governo, pois atravancava o acesso da maioria da população à participação nas instâncias decisórias. Em outras palavras, essa exclusão tinha o efeito de manter e reforçar a distribuição desigual do exercício de poder entre governo, instituições representativas e cidadãos.

No caso de Brasília existia um agravante, que contribuía de maneira decisiva para a manutenção dessa desigualdade de distribuição de poder, aqui as habitantes não votavam nas suas representantes. Ou seja, até 1986, data das primeiras eleições no DF, não havia uma relação de interdependência estabelecida através do voto entre governantes e governadas. Foi “em nome da *segurança do Estado* que, ao longo de sua história, a população de Brasília, tão próxima ao poder, a ele não teve acesso” (Pavianni, 2010: 106). O direito político mais elementar da cidadania contemporânea, o voto, no DF, foi suprimido desde seu planejamento inicial. O poder legislativo não existia em nenhum nível (distrital ou local), o governo era altamente centralizado na figura de um governador nomeado diretamente pelo Presidente da República. Essa organização durou por vinte e sete anos, o que tornou a estrutura governamental excessivamente personalizada (Iwakami, 1998: 188).

Os pleitos e as demandas da população sempre foram esvaziados por uma dupla filtragem: de um lado, as *administrações regionais* representavam o poder central ou do governador nomeado pelo presidente da República; de outro, o forte poder de polícia conferido aos órgãos de segurança impedia (e impede) comícios, passeatas e manifestações públicas fora de sítios circunscritos e predeterminados. (PAVIANNI, 2010: 106)

Além disso, os grupos que ocupavam áreas destinadas a outros fins, que não a habitação de pessoas de baixa renda, tinham seus movimentos deslegitimados pelo governo que os classificava como “invasores”. O Estado tratava, portanto, como ilegítimas as suas lutas, já que não detinham direito reivindicatório algum sobre as terras que ocupavam, discurso este cuja força pode ser percebida no tratamento de movimentos sociais pró-moradia de baixa renda até hoje. A ênfase nessa representação da população como invasora, dificultava a existência de qualquer ação de melhoria estrutural nessas ocupações por agentes do governo, pois garantir infra-estrutura a esses locais seria, de certa forma, legitimar sua existência. A percepção de que a conquista de equipamentos públicos poderia ser um caminho para a fixação definitiva, guiou muitas ações do Grupo Pró-Moradia, especialmente depois dele ter assumido a gestão da

Associação de Moradores, em 1985. Foi especialmente a partir desse período que a população passou a se movimentar de maneira mais organizada e coletiva entorno de objetivos em comum, delineando estratégias de ação que fortaleceram o poder de negociação das moradoras do Paranoá em relação ao GDF.

3.3. A Associação de Moradores do Paranoá (1985-1987): cidadania e educação

A luta da população do Paranoá, que tomou força na década de 1980 e que se segue até os dias de hoje, não é apenas uma luta pela conquista de um lote ou de uma casa, pelo direito à habitação digna e de qualidade, mas também uma luta pelo exercício da cidadania. A habitação tem um sentido mais amplo, compreende os equipamentos públicos implementados pelo Estado na localidade, as ruas, os serviços públicos (saúde, educação e transporte), iluminação, relações com a vizinhança, etc. Uma das frentes dessa luta iniciou-se com a formação do Grupo Pró-Moradia. Diante dos entraves percebidos pelo grupo nas negociações com o governo de José Ornellas de Souza Filho (governador do Distrito Federal entre 1982 e 1985), suas integrantes perceberam que ocupar um espaço representativo/institucionalizado dentro da comunidade constituía uma estratégia fundamental para as negociações, atuações e reivindicações da população, em prol da fixação e da melhoria do Paranoá, diante do GDF.

Como dito anteriormente, o grupo Pró-Moradia, do qual Lourdes fazia parte, percebeu a Associação de Moradores como um espaço de poder que garantiria maior capilaridade e margem de ação nas lutas empreendidas pelo grupo. Neste sentido, suas integrantes optaram, então, por disputar também o controle deste espaço. A primeira ação nesse sentido foi exigir que a então gestão promovesse novas eleições para a Associação, como nos conta Lourdes no seguinte trecho:

[Lourdes]: um dia nós trouxemos todo mundo pra Associação e falamos, “nós queremos as eleições”, tem que ter eleições. E nós pedimos o documento de criação da Associação, lá falava que as eleições seriam de dois em dois anos e o cara já tava lá há não sei quantos anos... Ninguém questionava. Ele colocava as coisas debaixo do braço e falava “Sou o presidente da Associação do Paranoá” e não fazia nada. E a gente percebeu que alguns políticos já começavam a utilizá-lo para seus interesses... a gente então conseguiu que chamasse uma eleição pra

Associação e nós montamos um grupo e fomos pra brigar pras eleições, grupo extremamente jovem, sabe? A Delcione foi a presidente, eu era a vice-presidente. A primeira mulher a entrar na associação foi a Delcione, eu era vice. Tinha o Juarez... então a gente montou o grupo direitinho como manda o figurino e fomos pras eleições. Aí nós fomos pras ruas, minha filha, e chamamos a comunidade! A gente trabalhou bastante, fomos pras ruas, fizemos campanha e aí que começa mesmo assim a nossa militância forte, sabe? Foi aí que a gente mediu o nosso potencial, vamos dizer... e a gente conseguiu ir pra Associação de Moradores. Lá montamos vários grupos de trabalho.

Após a posse do grupo na Associação de Moradores, houve continuidade nos contatos com a população local. Segundo Lourdes, a proposta de fixação do Paranoá esteve presente desde o início da gestão, e a divulgação de suas ações e demandas se deu através da produção e distribuição de jornais, folhetos e cartilhas que enfatizavam a importância da participação de toda a população nas lutas pela permanência na localidade. As integrantes da diretoria da Associação dividiram-se em diversas comissões, como as de cultura, esporte e educação. Segundo Luiza Iwakami, o programa de trabalho era organizado em torno de três premissas:

1) participação ampla e aberta dos moradores, na tomada de decisões e na eleição de representantes; 2) traduzir os problemas enfrentados pelos moradores em lutas concretas por meio de opiniões que poderiam ser obtidas diretamente nas ruas; 3) democratização das informações, principalmente aquelas chamadas “técnicas”, que poderiam contribuir para o avanço das lutas reivindicativas a serem travadas. (IWAKAMI, 1988: 150)

As lutas pela fixação do Paranoá envolviam também a conquista de outros direitos fundamentais, como o direito à educação. Na sequência tripartite de direitos de cidadania elaborada por Marshall, que compreende os direitos civis, políticos e sociais (2002: 63), existe uma exceção, a *educação popular*, como enfatiza José Murilo de Carvalho (2013: 11). Ela é classificada como um direito social, mas sem uma educação de qualidade, torna-se praticamente inviável o desenvolvimento pleno do exercício da cidadania civil e política. Tendo em vista a concepção foucaultiana das relações entre

*saber e poder*⁴⁷, quando determinados grupos são excluídos do acesso ao saber, expresso na educação escolar de qualidade (formal ou não), o acesso ao exercício do poder (seja nas relações individuais, institucionais ou entre grupos) torna-se profundamente desigual e, por conseguinte, desigual também será a distribuição da capacidade do exercício da cidadania plena.

O acesso desigual à educação escolar, juntamente com outras formas de exclusão – como o racismo, o sexismo e a homofobia – contribuem para a construção de uma sociedade hierárquica e classista⁴⁸, não apenas do ponto de vista dos direitos civis, mas também de todos os outros direitos de cidadania. Uma população privada de educação de qualidade, desinformada ou analfabeta, tem que enfrentar, especialmente no Brasil, muitos obstáculos para o exercício pleno dos seus direitos civis, políticos e sociais do que uma população com acesso a uma educação crítica e de qualidade. As ações da Associação de Moradores revelam a importância também da educação da população do Paranoá no processo de conquista de seus direitos de cidadania fundamentais (moradia, transporte, saúde, emprego, etc.).

Para Jack Barbalet “a cidadania pode ser caracterizada como um *status* e como um conjunto de *direitos*” (1989: 12). Essa bifurcação é extremamente importante para a análise da obtenção de direitos de cidadania porque, segundo o autor “a importância política dos direitos deriva da natureza social do *status*” (Ibidem). A obtenção desses direitos tem um caminho também duplo, ela contém, em geral, uma relação mais ou menos equilibrada, a depender do contexto na qual se insere, entre *conquista e outorga*

47“Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. [...] Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 2011: 17-18)

48Para José Murilo de Carvalho, as cidadãs brasileiras são divididas em classes. A *primeira classe* é formada pelos grupos mais privilegiados, que estão acima das leis, defendendo seus interesses através de importantes vínculos estabelecidos no mundo dos negócios, no judiciário, no governo etc. que lhes garantem que a lei funcione em seu benefício (Idem: 215). As chamadas “cidadãs simples”, integrantes da *segunda classe*, estão sujeitas tanto aos benefícios quanto aos rigores das leis e representam a maior parte da população. Esta segunda classe é formada pela classe média modesta, com carteira assinada, ensino fundamental completo – às vezes médio também. (Idem: 216). Já a *terceira classe* é formada, de acordo com o autor, pelos “elementos” do jargão policial. Estes são a grande população marginalizada dos centros urbanos, “trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados”, população em situação de rua etc. Em geral são pessoas negras, analfabetas ou com baixo nível de escolaridade formal. Para estas, existe apenas o Código Penal, “fazem parte da comunidade política nacional apenas nominalmente.” (Ibidem).

(Haguette, 1994:20). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que demandas são colocadas por meio de mobilização social de determinado grupo, por exemplo, a obtenção dos direitos reivindicados se concretiza quando há um convencimento da sociedade em geral ou, mais especificamente, de grupos influentes que concretizem a implementação *legal* das reivindicações. Nesse sentido, como abordamos anteriormente, o papel de convencimento desempenhado pela Associação de Moradores do Paranoá, entre os anos de 1985 e 1987, foi de especial importância para a luta pela fixação da cidade, principalmente por ter colocado em pauta a questão, tanto entre a população local, quanto na mídia e no Estado.

As relações entre *conquista* e *outorga* se ligam de maneira explícita à associação entre *direitos* e *status*. A capacidade de convencimento, ou melhor, o poder de convencimento, de influência, está intimamente ligado ao *status* que as pessoas/grupos que reivindicam determinados direitos têm na sociedade da qual fazem parte⁴⁹. Se, no Brasil, o *status legal* se sustenta através da máxima de que todas as pessoas são iguais perante a lei, o *status convencional* opera através de uma rede de mecanismos muito mais complexa, ancorada nas múltiplas relações de representações e conflitos de identidades entre indivíduos e grupos. O que é importante enfatizar é que, no Brasil, essa dicotomia entre *status legal* e *convencional* torna-se artificial, quando percebemos que a aplicabilidade e o acesso à lei estão intimamente relacionadas ao já mencionado *status convencional*. Em outras palavras, não apenas a possibilidade de reivindicar novos direitos é afetada pelo dito *status convencional*, como o próprio acesso aos direitos já garantidos se entrelaça a esse segundo status.

Ao longo da atuação do Grupo Pró-Moradia, por exemplo, é possível notar que, a percepção das integrantes acerca da importância do status na negociação com o Estado, se desenvolveu exponencialmente culminando, assim, na participação do Grupo na disputa eleitoral pela gestão da Associação de Moradores, em 1985. Moradoras do Paranoá, bem como as integrantes do grupo, perceberam que o seu poder de negociação nas instâncias decisórias perpassava a maneira como as demandas da população eram vistas por pessoas influentes (jornalistas, políticas, advogadas e

49Segundo Barbalet: “O *status* de uma particular categoria de pessoas é tipificado pela maneira como os outros se relacionam com elas. É somente quando os outros aceitam as expectativas de uma pessoa não apenas como razoáveis, mas também como legítimas, que seu *status* tem alguma autenticidade.”. (1989: 33)

integrantes do governo) e pela sociedade em geral. Para atingir suas demandas, então, a população da cidade passou a se articular estrategicamente com outras instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a UnB, com alguns partidos políticos e até mesmo com a mídia.

Para Carvalho, uma cidadania plena “que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível.” (Carvalho, 2013: 9). De qualquer forma, ainda que cidadania seja um fenômeno extremamente complexo, historicamente definido (Idem: 08), inevitavelmente excludente e incompleto no contexto de globalização capitalista, ela abre algumas possibilidades de ação para determinados grupos que vislumbram um futuro menos opressor e desigual, como foi o caso da população do Paranoá.

Nos primeiros momentos da presente pesquisa não tive a intenção de fazer uma discussão sobre cidadania. No entanto, como Eva, Creuza e Lourdes, em muitos pontos de suas narrativas, levantaram a temática, tornou-se imprescindível buscar um aporte teórico-metodológico que me permitisse tecer algumas reflexões sobre o tema. Foi possível notar nas narrativas⁵⁰ que, para elas identificarem-se como cidadãs foi um passo determinante para que se percebessem como pessoas (e comunidade) detentoras de direitos e, dessa forma, exigissem seus direitos perante o Estado através de uma ampla mobilização popular. Assim, a utilização da idéia de cidadania parece ter se apresentado como uma estratégia de legitimação de suas demandas e lutas, permeando suas relações e conflitos com representantes da Terracap, com a polícia e com governantes. Nas narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, é possível perceber que a noção que elas têm de si mesmas como cidadãs influenciaram – e influenciam até hoje – a maneira como elas atuam na cidade onde vivem. Essa relação está explícita, por exemplo, em um trecho já trabalhado da narrativa de Lourdes, onde ela diz que:

[Lourdes]: *quando a gente começa a refletir, a sentar enquanto grupo da igreja, refletindo, discutindo as nossas ações, aí foi abrindo a mente, a gente foi percebendo ao redor as dificuldades em que a gente vivia, as dificuldades que nós tínhamos enquanto pessoas, enquanto cidadãs.*

50Como, por exemplo, quando Eva diz que: “o povo acha que já acabou e não precisa reivindicar mais nada... que foi “graças da deus” que o governador deixou o Paranoá aqui. A gente fica batendo na mesma tecla: “o governo não dá nada pra ninguém!”. Até a gente plantar essa consciência... a gente plantar e fazer um jardim da consciência do que sou, do que é ser cidadão... porque todo mundo sabe dizer “sou cidadão”, mas tem gente que nem sabe o que significa ser cidadão, o que é cidadania. Até a gente passar por isso demora demais!”.

Enquanto lá nos documentos falavam que os direitos tinham que ser pra todos, a gente começou a perceber que os direitos não eram pra todos e é daí que surge então essa vontade de ser militante né, de modificar as coisas, que até então a gente fazia as coisas, mas não tinha aquele ímpeto de modificar, foi a partir dessa reflexão dos documentos da igreja voltada para os pobres é que a gente começa a perceber essas grandes diferenças.

Para Haguette,

A força motriz da cidadania é a luta por direitos desencadeada primeiramente por grupos associativos; ou seja, o exercício do direito político de associação parece ser o instrumento mais eficaz na extensão ou criação de direitos. (HAGUETTE, 1994: 166)

Se o exercício político de associação é instrumento preponderante na luta por direitos, ou seja, um dos campos elementares do próprio exercício de cidadania, esse exercício também só pode ser realizado de forma plena e consciente quando o grupo tem acesso a uma educação de qualidade. Não se trata apenas de uma educação escolar, mas de uma educação crítica voltada para a formação de pessoas que possam interpretar e transformar o mundo em que vivem, com domínio consciente sobre suas heranças culturais e estruturas simbólicas da sociedade da qual fazem parte (Haguette, 1994: 166).

O sucesso na democratização das informações, um dos pressupostos estabelecidos pela nova diretoria da Associação de Moradores do Paranoá, como vimos, encontrava entraves diante da realidade vivenciada pela população local que era composta, em sua grande maioria, por pessoas que não sabiam ler e escrever. Ainda que houvesse variados canais de comunicação entre a Associação e a população, o grande meio de divulgação de informações utilizado pela gestão eram os jornais, cartazes e cartilhas produzidas por esta. Segundo Eva e Lourdes, crescia a percepção de que os problemas cotidianos enfrentados pela população só poderiam ser sanados quando todas as pessoas fossem alfabetizadas e tivessem acesso a uma educação crítica e transformadora da realidade que vivenciavam no Paranoá. Percebendo os entraves colocados pela ineficiência e, muitas vezes, a total ausência da educação formal entre a população da região, a diretoria passou a buscar meios para suprir essa carência, como relata Eva:

[Eva]: *tinha muita manifestação no Paranoá, abaixo-assinado, eles faziam panfletos... só que, quando chegava lá no movimento, as pessoas estavam como panfleto de cabeça pra baixo, de lado, porque não sabiam ler, nem escrever. Aí o grupo ficou meio desconfiado de que não rendia muita coisa se o povo não soubesse ler e escrever – 80% do povo não sabia, teve um senso que o pessoal mesmo fez. Isso foi em 1984, 1985... Quando chegava a hora do abaixo-assinado – porque era o abaixo-assinado que tinha o poder de negociação e reivindicação – o pessoal não sabia ler, nem assinar. E como é que ia levar esse abaixo-assinado sem o povo assinar?*

Eva, Creuza e Lourdes são educadoras populares no Paranoá, assim é possível notar em todas as narrativas a presença muito forte de um discurso que apresenta a educação como fator prioritário, tanto na emancipação individual quanto coletiva da população do Paranoá. A educação surge então como motor no exercício da cidadania. No entanto, os programas de alfabetização de jovens e adultos criados na região através da mobilização popular – especialmente por meio da atuação da Associação de Moradoras, a partir de 1985 – atendiam, na década de 1980, um grupo pequeno de pessoas se compararmos com o número total de habitantes da região. Assim, podemos supor que o impacto geral da implementação desses programas não tenha sido, pelo menos num primeiro momento, tão determinante assim na democratização das informações. Ou seja, é provável que outros canais de comunicação (como carros de som, showmícios e o famoso *boca a boca*) tenham obtido maior abrangência nesse sentido. No entanto, é inegável, como se pode perceber, o impacto que teve a alfabetização na vida de Eva, a única das narradoras que chegou ao Paranoá sem saber ler e escrever:

[Eva]: *eu estudei só até a terceira série. Eu era criança e ficava mudando de casa: quando mudava pra minha tia “acabou a vaga”; quando mudava pra Ceilândia “acabou a vaga”. Acabavam as vagas nas escolas e eu ficava sem estudar. Com 15 anos eu casei e parei de estudar de vez. Aquela terceira série foi defasando, defasando... eu tinha vontade de voltar a estudar, até fiz uma tentativa, mas era muita reclamação da minha sogra porque era ela que olhava a minha menina. Então eu parei, mas prometi pra mim que voltaria a estudar quando minha menina crescesse mais. Então eu vim pro Paranoá, e foram passando os anos... Um dia o senso bateu na minha porta: “a gente tá procurando alguém que não sabe ler nem escrever pra gente montar uma turma”, aí eu falei: “coloca meu nome!”. Fizeram uma turma na igreja católica e eu fui dessa primeira turma, fui recordar o que tinha já tinha*

perdido. O que era bom é que as professoras eram gente da gente, pessoas que eu via buscando água, que eu via no supermercado. Elas tinham uma maneira diferente de ensinar; não era igual na rede pública. Aí eu estudei seis meses e foi o tempo do grupo ganhar força pra pedir supletivo. Porque onde é que o povo ia continuar os estudos? Foi a época que o grupo foi procurar o pessoal da UnB...aí foi dando certo, de três salas aumentou pra oito, conseguiu o supletivo na escola de madeira... eu fiquei seis meses e fui pro supletivo, fiz uma prova e já fui cursar a quinta série e era aquele orgulho de estar estudando.

Como o Paranoá era considerado uma ocupação irregular, o governo não demonstrava interesse em construir novas escolas ou abrir novas turmas na localidade, pois, se o fizesse, estaria legitimando ainda mais a permanência da população (Reis, 2011: 26). Dessa forma, a iniciativa de desenvolver um programa de alfabetização de jovens e adultos precisou partir da própria comunidade. Houve algumas tentativas no sentido de negociar uma parceria com a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDEF), para a abertura de turmas de EJA. Essa parceria se mostrou inviável, visto que a política governamental era a de remoção dessa população; contribuir no aumento da comunidade escolar desta região era algo contrário a essa política (Ibidem).

Assim, a diretoria da Associação de Moradores e outras pessoas da comunidade, em parceria com o padre José Galéa, construíram três salas ao lado da igreja e abriram a primeira turma de alfabetização (Ibidem). É interessante observar que, embora a abrangência do programa fosse inicialmente limitada, como dito anteriormente, o empoderamento das pessoas que frequentavam as aulas pode ter sido fator importante no maior envolvimento geral da população nas lutas pela fixação do Paranoá. Na convivência diária, uma pessoa ia levando a outra para as reuniões e manifestações: familiares, amigas e vizinhas. Assim, crescia a consciência coletiva de que estar ali era um direito, assim como exigir melhores condições de vida. Esse empoderamento, construído através da luta por habitação, atrelada à luta por educação, pode ser percebido com nitidez em outra fala de Eva:

[Eva]: *a minha trajetória mesmo, a minha conquista de mulher foi dentro desse grupo de ação que tinha no Paranoá. A conquista de tudo... tudo era reivindicação aqui e foi por causa desse entusiasmo que eu tive de estudar porque, se eu tava no movimento, eu entendia o porquê que as pessoas tinham que estudar. Eu comecei a valorizar a educação pra mim e foi nesse ponto que meus filhos também começaram a estudar.*

Esta narrativa revela também o quanto as questões de gênero também estiveram imbricadas nos processos de luta pela cidadania no Paranoá. Para Eva, a sua “conquista de mulher”, além de se ancorar na busca por adquirir o “poder de mãe” e de “dona de casa”, também perpassa a conquista do direito à educação, um direito conquistado dentro do contexto dos movimentos sociais do Paranoá. Como escreveu Reis, a luta pela alfabetização de jovens e adultas no Paranoá não nasceu isolada, não era uma iniciativa exclusivamente escolar, mas estava absolutamente unida ao conjunto de lutas empreendido e vivenciado pela população (2011: 27) e, também, pelas experiências de vida e expectativas de cada moradora. Foi também através da educação que surgiu e se fortaleceu uma parceria considerada importantíssima para o sucesso da luta pela fixação do Paranoá, no diálogo entre a população e a UnB, como nos conta Lourdes:

[Lourdes]: *estava acontecendo o programa do governo, o Mobral, no Brasil inteiro. Só que quando ele chega no Paranoá já estava acabando. Você lembra que não deu certo essa política de educação? Ela já tava acabando em todo o Brasil. Eles ainda tentaram vir pra cá, mas funcionaram só três meses. E nesse período a vontade era tão grande de aprender a ler e escrever em algumas pessoas, que elas conseguiram aprender a desenhar o nome, em apenas três meses! Quando o programa acabou não deram nenhuma satisfação pras pessoas e elas ficaram indignadas. Foram pra associação. “Nós queremos que vocês tragam o Mobral de volta porque queremos continuar a aprender a ler e escrever!”. Aí a gente pensou: “olha... nós precisamos ter um trabalho com essas pessoas mesmo, isso vai ser de grande valia, pelo menos eles vão poder ler os panfletos que a gente faz, ler as notícias que a gente coloca aí” – a gente fazia os panfletinhos e colava por aí e as pessoas não liam porque não sabiam ler. Então a gente começou a discutir com algumas pessoas e descobriu que a Maria Luisa Angelim estava com um programa de alfabetização na Ceilândia e tinha outro programa de alfabetização no Gama, nessa época. E aí nós fomos lá pra Faculdade de Educação da UnB, chegamos lá e falamos: “olha, nós queremos que vocês nos ajudem a implementar um programa de educação de jovens e adultos”, porque aqui não tinha. O trabalho de escola de madeira aqui só ia de 1ª a 4ª série. Terminava a 4ª, os pais que tinham condições de pagar um ônibus – porque só tinha um ônibus de manhã e outro à tarde – levavam esses meninos pra estudar lá no Plano. Ou então parava aí na quarta série.*

O Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como Mobral, foi criado durante o regime militar no intuito de reduzir as taxas de analfabetismo no Brasil através do ensino de técnicas de leitura e escrita. De acordo com Ângela Horiguti, o Mobral foi criado para efetivar-se através do envolvimento dos municípios, de ações

descentralizadoras, do apoio da iniciativa privada e do financiamento público (2009: 10). A metodologia tecnicista deste programa, cujos princípios basilares eram a funcionalidade e aceleração (Idem: 12), diferia muito da metodologia de Paulo Freire⁵¹, utilizada nos programas de alfabetização implementados pela Associação de Moradores e a UnB.

No seguinte trecho, Lourdes nos conta sobre o início da parceria entre a população do Paranoá e a Universidade de Brasília:

[Lourdes]: *então nos disseram que a coordenadora do grupo da faculdade de educação era a Maria Alice Pitaguari. E nós fomos falar com ela. As pessoas diziam: “Maria Alice é uma pessoa muito durona, ela não vai pro Paranoá”. Mas nós fomos assim mesmo. Quando chegamos lá ela nos tratou com o maior descaso. Nós éramos jovens e ela não acreditou muito no que a gente tava pleiteando. Ela ficou um pouco irreduzível, mas a gente foi lá várias vezes porque a gente era muito insistente mesmo. Então ela disse: “olhe, marca uma reunião lá com o povo”. Ela jogou a coisa pra nós, sabe? Porque a gente sempre dizia que o povo queria, as pessoas estavam reivindicando, que não era a gente, a gente já tava estudando. A gente falava: “tem 30 mil habitantes lá e a maioria era analfabeta”; e ela: “vocês fizeram o censo?”... eu nem sabia que era aquilo, agente media pelas coisas que a gente via acontecendo, né? A gente marcou a reunião no sábado, nós fomos pros nossos contatos e chamamos uma reunião. E o povo respondeu! O que era bom naquele momento era que as pessoas todas estavam lutando pela mesma coisa e elas respondiam urgentemente eles confiavam na gente e respondiam prontamente ao que a gente propunha. Nós tínhamos uma forma de nos comunicar também, que era uma rádio comunitária. O que era essa rádio comunitária? Era umas caixas de som dentro de um carrinho desses que a gente pegava água, aqueles carrinhos de mão. Botava as caixas de som dentro desse carrinho e o João do violão que era o nosso comunicador, tinha uns megafones, que a voz saia toda... (risos)... que hoje eu falo meu deus! naquela época pra nós era a tecnologia mais avançada. Ai o João saía na comunidade, empurrando o carrinho... geralmente era o Laércio ou o Juarez que empurrava o carrinho. E o João com esse megafone: “reunião tal hora pra falar sobre isso e não sei o quê...”. Quando a Maria Alice chegou na Associação – que era um barraco de madeira – não deu pra ser lá dentro. Nós tivemos*

51O ciclo semanal de ensino-aprendizagem utilizado no projeto até hoje é o seguinte: (1) à sexta-feira ocorre o fórum, chamado de Encontro de Convivência e Aprendizagem Coletiva, onde todas as alfabetizadas, alfabetizadoras e parceiras se reúnem. No fórum discute-se sobre o processo de ensino-aprendizagem e define-se em conjunto uma *situação-problema-desafio* na qual se baseará o processo pedagógico durante a semana. Essa situação é definida a partir das dificuldades e problemas cotidianos das alunas na comunidade e a intenção é buscar soluções para a questão colocada; (2) De segunda a quarta ocorrem as aulas desdobramento; (3) Quinta-feira ocorre uma reunião de avaliação entre alfabetizadoras, parceiras/os, dirigentes e outra entre as turmas de alfabetizadas. O processo de ensino-aprendizagem focado na própria comunidade evidencia que a educação, na visão das participantes do projeto, não é vista como desassociada dos problemas e realidades cotidianas vivenciada pelas educandas e educadoras (REIS, 2011: 58-59).

que botar a mesa lá fora e aquela multidão, nós temos até uma fotografia. Sabe assim, aquela multidão de gente lá fora, a Maria Alice ficou doidinha. Ai a Maria Alice se empolgou, sabe?

Depois dessa reunião começou a tomar forma o projeto que unia o Paranoá e a UnB entorno da alfabetização de jovens e adultos. Alunas e professoras da UnB ofereceram treinamento para formar monitoras que auxiliassem na alfabetização da população. Logo a primeira turma foi aberta e contava com cinco alunas, dentre elas estava Eva. Com o passar do tempo, a demanda foi aumentando e novas turmas foram surgindo. Este projeto existe até hoje, e desenvolve a alfabetização seguindo os métodos de Paulo Freire. No início as aulas ocorriam no galpão da igreja, mais tarde também passaram a ocorrer no galpão utilizado pelo projeto Rondon no Paranoá, no salão de um grupo de mulheres chamado As Bandeirantes, e na escola da comunidade (Reis, 2011: 31).

Outro instrumento de luta, desde logo percebido pela população do Paranoá, estava na parceria da Associação com outros grupos e instituições. O Projeto Rondon, os partidos políticos (já que em 1986 foram realizadas as primeiras eleições no DF), a OAB, a Comissão de Direitos Humanos, de Justiça e Paz e a UnB, todos esses grupos e instituições, de alguma forma, contribuíram para a fixação do Paranoá. A UnB, principalmente através dos departamentos de geologia, arquitetura, serviço social, engenharia (além da já citada Faculdade de Educação), teve um papel de extrema importância nessa luta. A partir da efetivação da terceira premissa colocada pela Associação (democratização das informações, principalmente aquelas chamadas “técnicas”), conquistou-se um domínio técnico-instrumental sobre a realidade da comunidade que serviu como munição-argumentativa diante das autoridades governamentais. Alguns grupos e instituições parceiras do Paranoá passaram a comprovar, tecnicamente, que existiam condições para a construção de redes de água, esgoto, energia elétrica, minando as justificativas amplamente utilizadas pelo governo de que o terreno e a localização do Paranoá impossibilitava o desenvolvimento de obras de infra-estrutura, como conta Eva:

[Eva]: *o governador mandava retirar e o povo não saía de jeito nenhum. Alguns iam lá negociar e o pessoal do governo falava: “não! lá não vão ficar porque o terreno é acidentado, porque tem pedreira, não tem*

água...”. E nesse tempo o pessoal da UnB fez uma análise do terreno e viu que não tinha nada disso.

A partir dos estudos e análises de geólogas, arquitetas, assistentes sociais e engenheiras da UnB, a população do Paranoá passou a fortalecer suas posições nos encontros e negociações com os governantes. O argumento de autoridade antes utilizado pela equipe de José Aparecido, governador do DF entre 1985 e 1988, passou a ser rebatido também tecnicamente, o que, segundo Lourdes, era recebido com irritação e surpresa:

[Lourdes]: *com a chegada do pessoal da UnB... o pessoal do serviço social, pessoas maravilhosas que nos ajudaram muito na reflexão das coisas, o pessoal da engenharia que elaborou pra nós um projeto... quando nós íamos pro governo nós falávamos que tinha projeto de fixação. A gente abria a boca assim com a maior segurança. O que nos deu segurança foram os técnicos da UnB. Quando a gente ia discutir com o governo eles falavam: “porque nós não podemos colocar...” e a gente rebatia: “como não pode? aquilo ali não é rocha então ele pode botar, mesmo se fosse rocha...”. A gente tinha resposta pra tudo. Teve um dia que ele perguntou assim “vocês moram mesmo no Paranoá?” questionando a gente, querendo dizer que quem morava aqui era burro. Antes da reunião a gente sentava com o pessoal da UnB e discutíamos tudo o que nós íamos reivindicar. Nós chegávamos lá com respostas técnicas na ponta da língua. Enquanto a gente estava aprendendo essas questões técnicas, eles estavam também aprendendo a lidar com a comunidade. A gente tinha isso claro e nós estabelecemos um respeito muito grande entre esses saberes. Porque são saberes diferentes. A gente tinha uma prática, a gente queria algo que era pra nossa mudança de vida e eles queriam aprender tecnicamente como fazer isso, como trabalhar essa questão e a gente fez essa união muito bem feita e com muito respeito. Em momento nenhum nós fomos desrespeitados, no sentido deles chegarem aqui dizendo: “nós vamos fazer assim!”, nada disso... mesmo porque nós estabelecemos isso desde o primeiro momento: “nós sabemos o que nós queremos, podemos não saber como fazer, não temos a técnica, mas nós sabemos o que queremos e nós queremos conduzir dessa forma.”.*

O contato que tive com as três narradoras desta pesquisa e com o projeto de alfabetização no Paranoá, que ainda permanece com o apoio da FE, alimentaram minha percepção de que a academia e a sociedade podem ter uma relação produtiva de parceria. Muitas vezes, durante minha trajetória como estudante de História, me questioneei acerca da relevância social de minha atuação como historiadora e do próprio fazer-acadêmico. Nesta pesquisa pude perceber o quão rica pode ser uma atuação

universitária comprometida com a sociedade, com o mundo fora da salas de aula e dos eventos meramente acadêmicos. Como disse Gilles Deleuze, “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso prática para atravessar o muro.” (Deleuze, 2008: 70). E é a prática interessada na troca de saberes – e não na simples transferência de um conhecimento considerado superior – que pode garantir um papel da universidade como agente engajado no combate às desigualdades, opressões e violências (de gênero, classe, raça, etc.) presentes em nossa sociedade. No caso do Paranoá isso é bastante evidente. Quando arquitetas, engenheiras, assistentes sociais, geólogas e pedagogas, vindas da universidade, passaram a dialogar com a comunidade, a troca de saberes enriqueceu a vivência de ambos os lados. Enquanto as “especialistas” passaram a lidar, na prática, com aquilo que estudavam, as moradoras garantiam argumentos técnicos que ajudavam a demonstrar a viabilidade de suas demandas pela fixação e melhoria do Paranoá. Suas demandas já não poderiam ser caladas por argumentos de autoridade técnica, cálculos matemáticos, estudos de solo, apresentados pelo governo com o intuito de desmobilizar suas lutas.

3.4. Segundo Barracão: os embates se acirram

Foi no ano de 1981 que, como vimos no capítulo anterior, o Paranoá recebeu um elevado contingente populacional, o que acirrou ainda mais os conflitos com a polícia e os agentes da Novacap que, frequentemente, destruíam os novos barracos. Essa população insistia, reconstruindo seus barracos por mais de duas, três ou cinco vezes se fosse necessário (Iwakami, 1988: 121). Este episódio espontâneo, que durou cerca de dois meses, ficou conhecido como o *Primeiro Barracão*. Segundo Iwakami, este termo ‘barracão’ foi utilizado por algumas pessoas “para caracterizar o clima de conflito e hostilidade que marcou a luta por habitação no Paranoá. Está referido ao processo de construção rápida e numerosa de novos barracos” (Idem: 121).

Como já dito, muitas pessoas que chegavam ao Paranoá passavam a viver de aluguel em barracos ou cômodos alugados por moradoras mais antigas. Com o passar do tempo, e com o aumento da movimentação pró-fixação, essas inquilinas perceberam que tinham também o direito de reivindicar um espaço para morar. Elas, então, se organizaram, exigindo da Associação de Moradores apoio para a conquista de suas

próprias demandas. Dessa forma, foi organizada uma grande ação em 1986, mais tarde chamada de *Segundo Barracaço*, onde muitos barracos foram erguidos da noite para o dia no Paranoá. A população antiga se uniu à mais nova, barricadas foram construídas e a população se preparou para um enfrentamento com a polícia. Entretanto, a Terracap estava muito menos disposta a dialogar desta vez do que em 1981, ano do Primeiro Barracaço. Segundo Lourdes,

[Lourdes]: *o Barracaço foi quando os inquilinos foram nos procurar porque queriam sair do aluguel. Então a gente falou: “nós vamos ter que organizá-los porque senão vai ser uma guerra!”. E de fato foi uma guerra. Eram mais ou menos umas três mil, quatro mil famílias. Era muita gente. Dessas, duas mil montaram kit – a gente chamou de kit barraco que tinha madeirite, cimento, telha, prego, essas coisas. Durante o dia iria lá demarcar o seu espaço e à noite nós iríamos construir, cada um já sabendo seu espaço, pra de manhã já tá tudo resolvido. E nós achávamos que ia ser uma beleza. Tinha muita gente querendo, mas nem todos, tinham condições de comprar o kit barraco. Então, da noite pro dia – eu me lembro até hoje, eu escuto, eram os martelos batendo – construíram 2.500 barracos! A gente sabia que o pessoal da Terracap trabalhava até quatro horas, então a partir desse horário o pessoal começou e foi até seis horas da manhã. Seis horas estavam 2.500 barracos montados, com as famílias dentro –barraquitos né? Eu chamo de barraquitos...*

É perceptível o tom de orgulho que permeia a narração deste episódio nas três entrevistas que realizei. O Segundo Barracaço é contado como se fosse o símbolo máximo da resistência e do poder de luta e organização da população. Apesar de outras ações, como a do acampamento da população em frente ao Palácio dos Buritis e a posterior greve de fome feita por uma moradora chamada Delcione, por exemplo – serem lembradas com entusiasmo, o Segundo Barracaço aparece nas memórias sobre os processos de luta no Paranoá como o momento máximo da união e perseverança da população na busca pela fixação da cidade. Este episódio realmente surpreende pela sua dimensão e notável capacidade de mobilização da população da região.

A narrativa de Lourdes sobre o Segundo Barracaço revela alguns aspectos importantes do processo de fixação do Paranoá. Muitos trechos de sua narrativa, sobre outros momentos que não o episódio do qual estamos tratando, enfatizam o papel de liderança do grupo Pró-Moradia que, posteriormente assumiu a diretoria da Associação de Moradores do Paranoá. No entanto, ao tratar do Segundo Barracaço, Lourdes faz questão de tornar explícita a iniciativa e liderança das inquilinas no processo, quando

afirma: *todo mundo acha que fomos nós que começamos o movimento, quem começou o movimento foram as pessoas que pagavam aluguel.* O papel da Associação, segundo ela, foi o de coordenação do movimento, não de liderança. Outro aspecto interessante está na consciência de que o Paranoá não estava isolado das demais lutas por moradia que tinham lugar no DF à época, existia, também um diálogo entre as populações das ocupações de outras regiões do DF que lutavam pela fixação, como conta Lourdes: *o Paranoá discutia com todo mundo de Brasília, com a Vila Telebrasilândia, com o pessoal do Varjão... Quando tinha alguma coisa aqui, o pessoal vinha todo pra cá nos ajudar e quando tinha coisa lá ia todo mundo também.*

Lourdes relata ainda as estratégias de enfrentamento utilizadas pela população durante o Segundo Barracão:

[Lourdes]: *quando foi de manhã, a Terracap bateu aqui. Mas a gente montou uma estratégia, a gente montou os grupos de resistência. Porque nós sabíamos que a polícia vinha por aqui, pelo Lago Norte ou Lago Sul, eram as únicas entradas que eles tinham. Um grupo ficou aqui nesse Lago Norte e um grupo na entrada do Lago Sul. A gente colocou as sacolinhas de pedra na cintura... e também tiveram alguns que montaram os molotovizinhos, né? (risos) Todo mundo achou que, como tinha delegacia aqui no Lago Sul, eles viriam pelo Lago Sul, então a grande maioria foi – olha só a deles... aí você vê que já tem a questão de gênero – a grande maioria dos homens foi pra entrada sul. E a grande maioria das mulheres veio fazer resistência na entrada norte. Acontece que eles devem ter ficado sabendo dessa estratégia porque, ao invés de virem pelo Lago sul, eles vieram pelo Lago Norte! Vieram com cachorro, com tanque de guerra, sabe, tanque de guerra mesmo! Aqueles tanques que o pessoal vai em cima com a metralhadora! Eu nunca tinha visto aquilo, eu nunca tinha me deparado com aquilo. Com aquelas roupas, aquelas vestimentas de guerra, com aquela coisa de guerra mesmo, capacete, cacete! E aquelas máquinas, os tanques e as escavadeiras eram pra passar em cima dos barracos, pra ir derrubando os barracos e aquele monte de caminhão da Terracap... pra não deixar nenhum barraco em pé. Quando eu vi aquilo eu estremei... mas me criou uma força tão grande, tão grande, não só em mim como em muitas pessoas e a gente foi pra cima deles. A mulherada toda. Mulheres, mulheres, muitas mulheres. Mas era muita gente, imagina uma multidão! O que eu achei legal – e tenho de recordação nisso tudo – é que tinha o pessoal que era dos inquilinos, mas o pessoal que já tinha seu barraco e que morava aqui há anos também foi ajudar. Era a beleza disso, existia uma união. Porque o pessoal que já tinha barraco também tava ameaçado de ir pra mais distante... Muitos estavam até inscritos nos programas lá pra receber casa. Mas veio todo mundo pra rua. Você imagina esse Paranoá com mais ou menos... naquela época, estimado de 20 a 30 mil habitantes, esse povo todo na rua, sabe, todo mundo na rua.*

Neste relato percebe-se também o quanto as questões de gênero estiveram relacionadas à organização da resistência no Paranoá. Os homens foram encarregados de defender a entrada norte do Paranoá, enquanto as mulheres ficaram encarregadas da entrada sul, acreditando que ali havia uma possibilidade menor de confronto direto com a polícia. Mas o imprevisto aconteceu e foram as mulheres e crianças que se depararam com os policiais e agentes do governo. Devemos perceber que Lourdes, assim como outras mulheres, não fugiu da luta, mesmo em desvantagem diante de tanques de guerra, cassetetes, metralhadoras e máquinas. Trata-se de um indício importantíssimo do protagonismo feminino nas lutas pela fixação do Paranoá que permite romper com imagens que naturalizam e universalizam a incapacidade de mobilização e atuação políticas das mulheres na história.

Para Hanna Arendt, *poder e violência* não são a mesma coisa. Eles, na verdade, se opõem um ao outro: “onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente.” (2004: 35). No entanto, é mais comum encontrar os dois combinados; a forma pura de cada um existe, basicamente, apenas na teoria (Idem: 29). Segundo a autora, nenhum governo que se embasasse estritamente em instrumentos de violência para manter-se no poder já existiu. Mesmo os governos mais totalitários e despóticos necessitaram de grupos de apoio que lhe garantisse legitimidade (Idem: 31). Mais atenta a uma análise do poder numa escala macro, oficial, Arendt não versa acerca das redes e da chamada microfísica do poder, como faz Foucault. Sua análise das relações entre violência e poder podem ser, no entanto, bastante úteis para a temática aqui abordada.

Arendt afirma que é o apoio do povo que confere poder às instituições de um país (Idem: 25). Esse tipo de argumentação, muito comum nas ciências políticas, parece remeter à existência de um consenso consciente entre a população de um país e suas instituições políticas e governamentais. No entanto, se as democracias burocráticas contemporâneas se configuram pelo “domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem [*sic*] algum pode ser tido como responsável”, revelando o que poderia ser chamado “com muita propriedade, o domínio de ninguém” (Idem: 24), como afirmar que *o povo* apóia e legitima essas instituições? Será que elas simplesmente não estão tão naturalizadas e imbricadas em nosso imaginário que parece impossível pensar em uma forma de organização social que as dispense? De qualquer forma, a categoria *povo* é frágil e insuficiente para lidar com a diversidade de pessoas que vivem em um mesmo Estado, o que torna problemática a sua utilização. Mais à frente em seu relato Lourdes

descreve uma cena que nos dá mais elementos para uma análise mais ampla deste processo:

[Lourdes]: *quando nós vimos aquela cena de guerra... estava com o sol quente, a visão chega estremecia... eu via aquilo tremendo assim na minha frente. Então a gente fez um cordão, sabe? Todo mundo segurou na mão – tinha criança também – e começamos ingenuamente a cantar o Hino Nacional, porque disseram que quando a gente cantava o hino a polícia parava. Aí a gente começou a cantar o Hino Nacional pelas ruas e nada dessa polícia parar! E eles avançando, avançando, avançando. E nós com a bandeira do Brasil, e cantando, mas nada feito... Eles avançaram. O pessoal correu lá pra baixo pra chamar o povo e o povo veio cá pra cima e eles querendo invadir, querendo invadir... Eu sei que teve um momento que eles quebraram nosso cordão de isolamento, com criança com tudo, derrubaram pessoas... Eles quebraram braço de um colega nosso, o Laércio, nós temos essa foto aí também... e o povo chorando, gritando, e eles entravam dentro dos barracos... mas eles não respeitavam e derrubavam mesmo assim. Eu comecei a correr e deitar em cima das madeirites, porque eles derrubavam o barraco e quebravam as telhas e as madeirites pra ninguém levantar de novo. E aí a gente começou a gritar “deita em cima, deita em cima, deita em cima!” e muita gente conseguiu segurar o material porque deitava em cima do material. Aí eles não passavam com o trator em cima pra quebrar. E eu deitava em cima... quando eles passavam e iam pro outro, eu corria e deitava em cima do outro.*

Esse trecho da narrativa é extremamente revelador da violência física promovida pelo Estado e da resistência da população do Paranoá, que se reconhecia como cidadã brasileira, enfrentando forças repressivas estatais. Como tática de proteção, escolheram cantar o Hino Nacional para frear o avanço dos policiais, é como se reivindicassem o *espaço que lhe cabe deste latifúndio*, para usar o poema de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*. Eram pessoas marginalizadas que reivindicavam um lugar no centro, como se afirmassem “somos cidadãos, fazemos parte do Brasil, vocês não podem massacrar quem também faz parte do Brasil”. Mas o Hino Nacional e a bandeira do país, símbolos máximos de nossa *brasilidade*, não garantiram que o Estado lhes tratasse como cidadãos. O uso da força extrema por parte dos policiais é detalhado por Lourdes no seguinte trecho de sua entrevista:

[Lourdes]: *veio uma ordem que era pra prender todos, todas as lideranças. Começaram a me empurrar pra longe junto com o Laércio e a gente não percebeu. O Maurício Corrêa e a Irilda [membros da Comissão de Justiça e Paz], que tavam de fora, perceberam. Os policiais*

empurraram a gente pra uma área onde tinham menos barraco, menos pessoas. Mas olha, pra me prender foi preciso cinco homens! Eu não sei de onde eu tirei força, porque eu não era gorda na época, eu era magra e foram quatro homens pra me prender! Eu escorregava – não sei como eu fazia aquilo – escorregava que nem um bicho... eu sei que teve uma hora, quando eles conseguiram me pegar, que eu agarrei num policial civil que minha unha ficou cheia da pele dele! Eu lembro que ele estava com um cordão de ouro, eu agarrei ele e arbentei esse cordão! Ai eles vieram com gosto de gás. Eu sei que um me deu um chute na bunda que eu fiquei foi tempos e tempos com dor, sabe... no cóccix. Ele me deu uma pesada, não foi uma pesada, foi com o joelho, uma joelhada no cóccix, ai conseguiram me jogar no chão e me prenderam. E também porque eles rasgaram toda a minha blusa. Eu estava com uma blusa xadrez novinha, um camisão bonito que eu tinha comprado, ai eles rasgaram toda a minha roupa, eu fiquei nua aqui. Rasgaram meu sutiã, minhas blusas, eu fiquei com os peitos de fora, ai pronto, acabou minhas forças. Agora que eu entendo porque eles tiram as roupas das pessoas, porque as pessoas quando elas tão expostas, perdem totalmente a força, porque essa coisa do vestir pra nós é uma coisa muito séria. Vestir, cobrir o corpo é uma coisa muito seria. Eles me jogaram no camburão, eu e o Laércio, jogaram outras pessoas também. Ai quando chegou na barragem eles tiraram os pais de família e me deixaram sozinha no camburão. Naquela época a gente sabia que na UnB eles prendiam quando faziam os movimentos, prendiam e matavam e tudo. Eu falei pronto, eu vou morrer. Quando eu vi que eu fiquei sozinha... Eles rodaram uma hora comigo e depois eu não tinha noção porque você fica tonta. Eles andam de uma forma que você bate dentro do camburão, bate no teto, que aquilo é uma coisa pequena, eu não sei como eles conseguem colocar ali 3, 4 pessoas ali dentro. Mas ai o meu anjo da guarda, o Maurício Corrêa... essa gratidão eu levo pro resto da minha vida, dele e da Irilda, porque se não fossem eles os policiais teriam me batido e teriam me matado e me jogado ai em qualquer lugar. O Maurício, quando percebeu que eu fiquei dentro do camburão, ele começou a seguir o camburão. Quando eles perceberam que o Maurício Corrêa e a Irilda Balduino não me abandonaram, ai eles me levaram pra delegacia. Mas a intenção deles, eu acho, era me estuprar, me bater muito ou me matar.

Essa narrativa também revela determinadas concepções que norteavam a atuação do governo diante da resistência da população. Rasgar as roupas de uma mulher, expor o seu corpo nu e chutar o seu cóccix são formas de violência que parecem buscar demonstrar a superioridade das forças estatais diante de uma população marginalizada. A intenção parecia ser a de esgotar as forças de luta das pessoas, especialmente de mulheres que, como Lourdes, pareciam escapar dos padrões de gênero, participando ativamente da luta, confrontando policiais, resistindo às agressões físicas e às tentativas de aprisionamento efetuadas pela polícia. Essa forma de violência, contra as moradoras do Paranoá, se revela ainda como uma forma de humilhação e inferiorização de uma população pobre e, em sua maioria, negra.

A repressão policial contra as mulheres tem uma característica ainda mais peculiar, porque envolve também uma luta mediada por concepções de gênero que determinam a superioridade e dominação do masculino sobre o feminino. Uma mulher resistindo e lutando contra a repressão estatal, escapando às investidas dos policiais, devia representar, diante dos olhos da polícia, uma ameaça ao poder masculino de dominação e controle dos corpos das mulheres. No caso de Lourdes, o fato de ser uma mulher negra que convivia com o racismo em seu cotidiano, somado ao sexismo, lhe impunha ainda mais violência. Por que, segundo Lourdes, apenas ela continuou no vago enquanto os *pais de família* foram liberados?

Como Lourdes afirma, a nudez expõe a vulnerabilidade de um corpo que deveria ser dócil; tanto os corpos masculinos quanto os femininos. Mas os corpos femininos nus parecem mais frágeis nas mãos de homens que pertencem a uma instituição de traços tão patriarcais como é a polícia. O medo do estupro é um medo real para as mulheres, é um medo que paralisa, e a nudez feminina expõe o corpo a essa ameaça, nos torna mais suscetíveis e nos fragiliza. Os policiais deixaram os seios expostos: *o que significa isso?* Por que expôs os seios de uma mulher e não outras partes de seu corpo? Será que os policiais tinham a intenção de lembrá-la de seu destino *natural* de fragilidade, lembrá-la de que a resistência não é uma atitude esperada de uma mulher? E o que teria acontecido a Lourdes caso as duas advogadas não estivessem seguindo os policiais que a prenderam? É possível presumir, como ela o fez, que a intenção deles era espancá-la, estuprá-la ou até mesmo matá-la? Tendo-se em conta que a violência policial é especialmente elevada quando se trata da população preta e parda, moradora de bairros pobres do Brasil⁵², sempre vistas sob suspeita, é possível inferir que sim.

O Segundo Barracaço, no entanto, apesar de ter contado com a participação massiva da população do Paranoá, não obteve o sucesso do primeiro. Todas as três narradoras revelaram que muitos barracos foram destruídos no confronto com a polícia e agentes da Terracap, embora os números de barracos destruídos e mantidos sejam bastante incertos. Creuza, cuja mãe e o irmão participaram da movimentação, relembra que *só três barracos não foram derrubados*. Já Lourdes, diz que *de 2500 barracos, ainda ficaram uns 600 montados*. Para ela, *elas só passaram e derrubaram aqueles*

52Alguns dados sobre esse assunto foram disponibilizados no Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005: Racismo, pobreza e violência, do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), disponível no site: <http://www.observa.ifcs.ufjf.br/relatorios/pnud_brasil2005.pdf> Último acesso em: 27/03/2014

barracos que estavam mais visíveis, porque muitas pessoas fizeram os seus barracos entre outros barracos que já existiam antes. Luiza Iwakami também fala um pouco sobre esse desfecho no seguinte trecho de sua dissertação:

Na terça-feira chegaram cerca de 200 policiais sem qualquer inclinação para o diálogo com os moradores e iniciando a derrubada implacável dos barracos, sob fortes protestos e apedrejamentos. Cerca de 400 barracos foram destruídos e nada se conseguiu fazer para impedir a ação da polícia. Vários candidatos e deputados, principalmente do PT e PDT, estiveram presentes, associações e sindicatos, reunidos em nova assembléia dos moradores no final da tarde, que foi violentamente reprimida e dispersada. Ocorreram algumas prisões de moradores, que de acordo com os policiais estariam depredando o posto policial em construção. O certo é que grande parte dos moradores tiveram que voltar à forma anterior de moradia como inquilinos, outros aceitaram ofertas para voltar ao local de origem ou a áreas rurais e outros ainda aceitaram proposta de construir moradia em áreas fora do Distrito Federal. (IWAKAMI, 1988: 159)

Apesar da repressão sofrida pelo movimento, a ampla divulgação do episódio na imprensa, bem como o apoio de pessoas ligadas a partidos políticos, membros de organizações da sociedade civil, etc. serviram de combustível para que a fixação do Paranoá ganhasse força nas pautas de debates políticos. Outras manifestações, então, foram organizadas, como conta Eva:

[Eva]: *o movimento ia acampar na Esplanada, montava tenda, passava três quatro dias. O povo jogava bomba de gás, spray de pimenta, jogava tudo...,mas o Paranoá tinha um ditado: “daqui não saio, daqui ninguém me tira!”. Eles [o governo] morriam de ódio desse ditado! O governador mandava retirar todo mundo, mas o povo não saía de jeito nenhum! Quando uns chegavam, outros iam pra lá, batiam tampa de panela e ficava era o dia todo, dia e noite. A Delcione, que é viva até hoje – e já foi administradora do Paranoá – fez greve de fome, passou uns três dias. Ela não bebia nem água! Nem água ela bebia! O pessoal botava água na boca dela e ela não engolia, disse que só ia parar quando o governador assinasse... Ela ia morrer! Essa história já tava para lá de Cuba, da Venezuela, já tava em tudo quanto era país. E o governo se encheu daquilo porque o povo teve poder, né?E o José Aparecido falou assim: “Eu vou assinar!”E falou até um palavrão..., pegou e assinou o decreto de fixação. Foi uma festa danada! Ai foi que levaram a Delcione pro hospital, mas ela ia morrer..*

Enquanto o governo utilizava-se de suas estratégias institucionais de desapropriação legal e repressão policial, a população respondia criando conexões com diversos setores da sociedade civil, se organizando em grandes manifestações coletivas e ações individuais, porém públicas – como a greve de fome de Delcione. O embate de estratégias funcionou. A imagem desgastada do governo de José Aparecido, a força da população que se recusava a ceder na negociação de suas demandas e a recente fixação da Vila Planalto⁵³ (cujas localização é próxima do Plano Piloto e, cujas origens, também residem nos acampamentos de trabalhadores da construção civil que vieram erigir Brasília), acabaram por convergir para a inevitabilidade da fixação do Paranoá.

3.5. Fixação do Paranoá: uma *negação da história*

Pouco depois do Segundo Barracaço, de acordo com Lourdes, a população do Paranoá começou a se dividir em, basicamente, dois grupos. Um ligado à Associação dos Moradores, e outro à recém-criada Prefeitura Comunitária, que tinha o apoio do governo e trabalhava no intuito de convencer a população de que a melhor solução para todas era a remoção para outro local. Desta forma, ocorreu uma quebra da hegemonia da Associação, que passou a ter que conviver com opiniões e linhas de ação diferentes das suas. Começou, então, a ganhar força o discurso de que a população só conseguiria negociar com o governo se apresentasse uma postura mais passiva, menos radical (Iwakami, 1988: 163-164).

Nas eleições para a Associação, em 1987, a chapa composta por membros da Prefeitura Comunitária venceu (Reis, 2011: 37). A derrota, no entanto, não significou a desmobilização do grupo originado do Pró-Moradia. Após intensos debates e avaliações foi criado o Cedep, que buscou continuar as atividades nas áreas de educação e cultura, e permaneceu desenvolvendo novas estratégias de luta pela fixação do Paranoá (Idem: 62). Paralelamente, a pressão sobre o governo em relação à fixação continuou através de atos, manifestações, reuniões e debates. Finalmente, ao final do governo de José Aparecido de Oliveira, em 17 de agosto de 1988, foi assinado o decreto de fixação do

⁵³A fixação da Vila Planalto se deu por meio do decreto 11.079 de 21 de abril de 1988.

Paranoá (Idem: 42)⁵⁴. No texto publicado no Diário Oficial, foram apresentadas três justificativas para a legalização e permanência da Vila: (1) a necessidade de implementação de melhorias urbanas na localidade; (2) a importância histórica do local, visto que o Paranoá tem origens que remontam a época da construção de Brasília; (3) as recomendações do Grupo Consultivo da Política Habitacional para Populações de Baixa Renda (de 1986).

Paralelamente, antes e depois da assinatura do decreto, foi formulado, pela população local e pela UnB, um projeto para a fixação para o Paranoá que foi assinado por José Aparecido (Idem: 43). Esse projeto determinava diretrizes para a condução do processo de fixação e de melhoria urbana, estabelecia, por exemplo, que os lotes teriam 250 metros quadrados e seriam distribuídos na mesma área onde a ocupação existia – respeitando a mesma organização espacial, de modo que os laços sociais e comunitários entre vizinhas fossem mantidos. Essas especificações, no entanto, não foram garantidas pelo decreto de fixação, que previra apenas a criação de um Grupo Executivo de Melhoria da Vila Paranoá que trataria do planejamento do processo de fixação.

Após a gestão de José Aparecido, em 1988, Roriz tornou-se governador do DF assumindo a responsabilidade de colocar em prática a fixação do Paranoá. Entretanto, o governo modificou todo o planejamento do Grupo Executivo, silenciando os acordos e parcerias já estabelecidas até então, como conta Eva:

[Eva]: o povo fazia muita reunião nessa época. Fizeram reunião lá na Praça do Roxo, foram uns três dias de reunião. Marcava uma hoje, outra amanhã, outra depois... daí expulsaram o governador porque ele não conseguiu conter o povo, porque o povo se uniu demais. E não era só o Paranoá não! O Ceub, a Telebrasil, já tava todo mundo copiando o Paranoá. O governador já tava mais do que lascado, a bem dizer da palavra... então ele foi tirado e foram atrás do Roriz. Ele era o homem que vinha pra conter o povo. E ele vinha com tudo na ponta da língua pra conquistar esse povo. Então teve um acordo porque, como aqui era terra plana, diziam que era uma fazenda e que iam desapropriar as terras. Foi muita negociação pra ele desapropriar essas terras pro Paranoá ser construído mais em cima. Tinham a idéia de fazer da área antiga um setor de hotéis... mas a briga foi tão grande que se tornou aceitável construir o Paranoá em outro lugar, porque é muito perto do antigo local. No Paranoá de cima os lotes não foram grandes como tava planejado, porque o Roriz começou a enganar o povo, dizendo que quem

54A fixação do Paranoá se deu pelo decreto n.º 11.208, de 17 de agosto de 1988. Cf. CODEPLAN: Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal: Sistema de Informações Estatísticas do DF, 1994.

não se mudasse logo ia perder o direito de ter um lote, ia ganhar terra só na Samambaia. Aí o pessoal ficou alvoraçado e foi mudando, mudando, mudando. O povo jogava tudo o que tinha no caminhão. No lugar novo o governo passou um trator nos pinheiros e deixou aquele monte de toco de árvore nos lotes. Daí pegavam o povo, jogavam com filho e com tudo em cima dos tocos de pau, nem limpavam a área. O Roriz foi trazendo o povo das outras invasões, trazendo o povo da rodoviária de todo o canto e jogou tudo aqui, pra fazer o reduto dele porque ele deu lote. E esse povo começou a endeusar o Roriz aqui.

Para Lourdes, o processo de fixação do Paranoá articulado pelo governo Roriz *não foi uma mudança, foi uma violência, uma negação de toda a nossa história.* Algumas moradoras entraram na justiça exigindo que o planejamento anterior fosse cumprido. A mobilização surtiu efeito e aquelas que permaneceram com suas ações até o fim, receberam seus lotes em local muito próximo ao original, formando a Quadra 02 do Paranoá. Em 1993, após mobilização popular, a igreja São Geraldo, localizada no Paranoá Velho e uma das mais antigas do DF, foi tombada pelo GDF. Para Natália Brayner, o tombamento foi uma estratégia encontrada pela população para preservar a área ocupada pelo Paranoá de Baixo, que deu origem ao Parque Vivencial do Paranoá, protegendo-a da especulação imobiliária (2005: 07).

Nesse contexto, as memórias das resistências e lutas das pessoas mais pobres, especialmente das mulheres, sofreram e ainda sofrem inúmeras estratégias de silenciamento por parte de uma história oficial. No entanto, elas sobrevivem, ainda que, muitas vezes, de forma subterrânea. A história oral apresenta-se, então, como um meio privilegiado de acessar essas memórias, torná-las públicas e visíveis no contexto de uma historiografia que, na maior parte das vezes, as deslegitima e desconsidera. No caso do Paranoá, onde uma história oficial que apresenta o ex-governador Roriz como grande fundador da cidade parece ter se tornado a narrativa hegemônica, as memórias das pessoas que lutaram pela fixação da localidade apresentam-se como “gritos” de resistência. A luta pela habitação foi vitoriosa, mas a luta pelo direito à memória ainda tem um longo caminho a seguir.

Das táticas de resistência cotidianas e individuais – como construir barracos com madeira velha para enganar os fiscais da Terracap – às estratégias coletivas nos movimentos sociais, manifestações e Assembleias, a história (ou histórias) do Paranoá perpassam as lutas travadas por sua população na busca por garantir seu direito de morar, habitar e viver no lugar onde aprenderam a reconhecer como seu. Quando Eva,

Creuza e Lourdes abrem os livros de suas vidas para nós, quando se propõem a falar da cidade onde vivem, das dificuldades que enfrentaram, das dores e alegrias que vivenciaram, das conquistas passadas que ainda ecoam em seus cotidianos, elas nos apresentam outra história possível. Uma história que tem, na dimensão de suas vidas, a força de suas lutas e os caminhos de construção de suas identidades. Suas memórias são individuais, mas também são memórias do Paranoá, pois carregam traços da coletividade na qual estão inseridas

EPÍLOGO

Celine: *Olha, uma exibição! Parece que vamos perdê-la, ela não começa até semana que vem. Na verdade eu vi esta daqui alguns anos atrás em um museu [aponta para uma imagem]. Eu olhei e olhei para ela... provavelmente por uns 45 minutos. Eu a amei! La voie ferrée... é maravilhosa... Eu amo o jeito como as pessoas estão se dissolvendo no cenário... olha essa daqui [aponta para outra imagem]: é como se o ambiente fosse mais forte do que as pessoas. As figuras humanas dele são sempre tão transitórias... É engraçado.*

Nos desenhos em preto-e-branco de Georges-Pierre Seurat (Paris, 1859 – 1891), nos deparamos com imagens desfocadas – como fotografias noturnas, envoltas num certo ar granulado quando captadas com o ISO muito elevado. Quando visitei as obras dele, tive uma percepção diversa daquela de Celine. Foi a ausência de face das pessoas o que mais me chamou a atenção, bem como seus corpos aparentemente estáticos, enrijecidos. O efeito granulado me pareceu como que uma névoa, dominado minha visão. Não senti que o ambiente engolia as pessoas, mas que as pessoas e o ambiente eram feitos da mesma matéria, se impregnavam uns dos outros – espaço e gente influenciando-se mutuamente. No entanto, Celine, que vivia um encontro fugaz com Jesse em Viena (uma cidade estranha a ambos), re-significou de outra forma esses desenhos, enxergando-os através das lentes de *sua* subjetividade – uma das belezas que a arte evidencia de forma exemplar. E o diálogo transcrito no início deste prólogo, de fato, anuncia aquilo que de mais significativo o filme *Antes do Amanhecer* (*Before the Sunset* – 1995) traz: a percepção da transitoriedade dos encontros, das pessoas, da vida humana.

O diretor Richard Linklater, ao final do filme, transmite com muita sensibilidade as impressões de Celine sobre a obra de Seurat. O casal, que possuía apenas uma noite para aproveitar a companhia um do outro antes que cada qual seguisse seu caminho para casa, se despede e deixa a cidade ao amanhecer. A câmera, no entanto, retorna a cada um dos ambientes que serviram de palco para a aventura romântica dos dois; mas os lugares agora estão vazios. A telespectadora, que se acostumou a ver a tela preenchida

pelas protagonistas e vivenciou Viena através das experiências delas, estranha a ausência. Celine e Jesse já não estão mais na cidade: não caminham por suas ruas, não se sentam nos seus cafés, não tomam cervejas nos bares, nem deitam em suas fontes e parques. Mas esses lugares permanecem existindo mesmo sem os dois; outras pessoas vão ocupá-los, passar por eles, apropriar-se deles – com suas histórias, seus sentidos, suas subjetividades e sem saber que os dois passaram por ali.

É provável que todas nós já tenhamos vivido esse estranhamento em nossas trajetórias, a sensação de que os lugares existem para além da gente. Isso acontece especialmente quando revisitamos espaços que já nos foram muito importantes em algum outro momento da vida, no passado. Como, por exemplo, quando vamos à escola de nossa infância, à nossa antiga casa, a uma praça onde costumávamos nos reunir com amigas na adolescência. É como se certos lugares só existissem para nós a partir das experiências que tivemos neles. Assim, quando já não ocupamos mais determinados espaços, esses lugares permanecem existindo através de nossas memórias, impregnados dessas experiências, e nos parece estranho que outras pessoas estejam vivendo ali outras histórias no presente, sem terem conhecimento de que nós, um dia, passamos por aquele lugar.

É justamente esse sentimento de tristeza, de saudade, de sentir-se dispensável no lugar que já absorveu tanto da sua energia, que eu percebo na narrativa de Eva e Lourdes, quando elas falam sobre o Paranoá de hoje. E acredito ser justamente esse sentimento que faça com que narrar suas memórias seja algo tão importante para elas. A narrativa de Creuza, por sua vez, não parece carregar essa necessidade de *deixar sua marca*, preservar *sua história* no Paranoá contando-a a partir de suas memórias. Quando compara o Paranoá de ontem e de hoje seu tom é saudoso, é como se falasse de um tempo perdido, que memória alguma pode resgatar e preservar: *é muito sofrida essa juventude do Paranoá, as pessoas não têm objetivo na vida, é um drogadição terrível e muita evasão escolar – tenho a impressão de que aqui é o lugar que mais tem evasão escolar*. Suas ações, no entanto, revelam que ela acredita num futuro melhor para a cidade que ama: foi professora de pré-escola, alfabetizadora de jovens e adultas, conselheira tutelar da cidade e hoje é uma das coordenadoras do Cedep.

Quando lhe perguntei sobre o que significava o Paranoá para ela sua resposta foi firme: *ah! eu amo o Paranoá! É a minha cidade, eu não penso em sair daqui pra outro lugar – só pro Campo da Esperança mesmo! Considero o melhor lugar pra mim, não*

existe lugar melhor do que o Paranoá! Esse amor nasceu no Paranoá Velho, mesmo com aquelas dificuldades lá na invasão. Em sua narrativa, a mudança para o Paranoá Novo foi um dos momentos mais complicados que as moradoras precisaram enfrentar:

[Creuza]: *nessa mudança do Paranoá Velho para o Novo virou tudo uma loucura, parece que o pessoal ficou todo maluco! Desestabilizou muito, mexeu com o emocional da população. Antes o Paranoá era aquele lugar tranqüilo, eu chegava aqui à noite – às vezes quase meia noite – e você não via nada. Eu tinha medo só de fantasma. Tinha a questão dos vizinhos, que passaram a não se dar bem. Antes era aquela união... quando chegou aqui, com aquele monte de gente estranha – porque veio gente de outras invasões – a quadra seis (famosa quadra seis!) era cheia de (o pessoal com aquele preconceito, né?) bandido. De uma hora pra outra começou esses grupos de bandidos, de matança. Era assim... uma morte todo o dia, você não passava um dia sem ter um morto no Paranoá!*

No jogo das territorialidades as sobreposições, quase sempre, deixam transparecer conflitos. Como vimos no primeiro capítulo, um mesmo espaço pode abrigar inúmeras territorialidades. O que parece ter ocorrido com o Paranoá após a mudança autoritária do governo Roriz dos planejamentos de fixação formulados anteriormente, foi uma complexificação imediata do espaço. Enquanto no antigo lugar as vizinhas se conheciam e a população, no geral, partilhava experiências de uma luta em comum, no novo espaço as redes sociais foram desmontadas, cada vizinha de antes foi alojada em um lugar diferente, a população do Paranoá mais que dobrou de uma hora para outra – fazendo chegar pessoas que não partilhavam as experiências anteriores. Essas pessoas vieram com outras expectativas, outras vivências e, a partir delas, passaram a re-significar o lugar em seu cotidiano. A violência dessa mudança compulsória, e nada planejada, causou uma espécie de trauma nas moradoras antigas, o que é absolutamente compreensível visto que não houve diálogo algum com a população local no processo de consolidação da cidade que, sem sua luta, não existiria. É por isso que Creuza fala: *o pessoal ficou todo maluco, desestabilizou muito*. Além disso, o inchaço populacional trouxe consigo outros problemas, especialmente o da violência urbana. Para Eva, o Roriz *inchou a cidade, mas não deu condições pra pessoa sobreviver nela*.

Se para Creuza, aparentemente, não há como resgatar o tempo de comunhão entre moradoras, a falta de identificação das novas habitantes com a história da cidade

aparece, por várias vezes nos depoimentos de Eva e Lourdes, como um incômodo fundamental surgido após a mudança. Embora o tom seja de tristeza ao narrar essas ausências, uma esperança de mudança parece emergir através de suas atuações na comunidade:

[Eva]: *veio um pessoal novo, de muitos lugares de Brasília. Aqui tem gente de tudo quanto é lugar. Cresceu muito a cidade. Antes, pra uma cidade ganhar asfalto e luz demorava muito, mas como aqui era pertinho – vizinho do Collor – e o pessoal era tão polêmico... até o Collor mesmo falou “dá tudo o que esse pessoal quer, eles são muito briguentos!”. Por isso veio asfalto, água e luz muito rápido aqui. Depois, como o bem que o povo queria era um lote, depois do asfalto, não precisou ter muita polêmica. Então o povo agora acha que não precisa mais de certas reivindicações. Porque o que vinha lá do Gama, da Ceilândia, Taguatinga, todas as satélites, os que vieram da rua, de debaixo da ponte essas coisas, eles não participaram do movimento, eles não conhecem a história de Brasília/do Paranoá. E o Roriz fez daqui um reduto, inchou demais Brasília. Mudou tudo, os planos, de como Brasília ia ser, foi decepcionante, né? Brasília não é mais a capital da esperança, é a capital do medo, do... socorro. A gente continua lutando, mas a luta é mais cansativa. Como a gente luta aqui no Cedep e no Paranoá! Mas pela diversidade de pessoas que vieram de fora e não conhecem a história, essa luta fica mais cansativa. Mas a gente consegue, porque o que a gente faz é trabalhar uma nova visão da pessoa, de mundo, de cidade.*

Apropriando-me de uma reflexão de Ecléa Bosi, é como se a memória dessas mulheres remasse contra a maré (2003: 70). Enquanto a mudança na disposição urbana do Paranoá e a chegada de novas moradoras afastaram as pessoas e criaram novos espaços ausentes de significado para quem há muito morava por ali, o nascimento de novas gerações e a passagem do tempo aumenta ainda mais a sensação de que suas memórias navegam solitárias por um mar que lhes escapa à visão. Como a coletividade é suporte importantíssimo da memória (Ibidem), a ausência de comunicação e diálogo entre experiências partilhadas num mesmo espaço carrega a sensação de que aquele território antes tão *traduzível, controlável, compreensível*, se fragmenta diante de seus olhos. E a partir do momento em que os territórios são criados através da nossa experiência nos espaços, é compreensível que essas mulheres estranhem essa fragmentação no presente. Eva, Creuza e Lourdes percebem o Paranoá a partir de suas subjetividades, para elas a cidade só existe por causa da luta delas, das mobilizações das quais elas fizeram parte. Como pode ser então, que no presente, a esmagadora maioria

das habitantes do Paranoá desconheça os motivos que tornaram possível que esse espaço fosse hoje sua casa? Como podem essas pessoas não saber das lutas, dificuldades, conquistas e aventuras vividas por essas mulheres em suas juventudes? É difícil aceitar que essas pessoas caminhem pelas ruas do Paranoá sem saber de onde surgiram aquelas ruas, aquele asfalto, aqueles caminhos.

Enquanto as narrativas sobre Brasília não cansam de dar vivas aos seus fundadores (assim, no masculino mesmo), aclamando sempre quando possível JK, Niemeyer, Costa, essas mulheres tornaram-se invisíveis quando uma história oficial do Paranoá, que tem em Roriz o seu grande fundador, tomou o lugar da história de suas batalhas e lutas cotidianas. Por isso a revolta de Lourdes quando ela diz:

[Lourdes]: *todo mundo diz que foi o Roriz que fez a fixação. Não foi ele, gente! Foi a luta dos moradores que forçou o José Aparecido a assinar o decreto. E ele não fez isso porque ele gostava da gente! Ele fez isso porque não tinha mais jeito. Politicamente não tinha mais jeito dele voltar atrás. Então foi a nossa luta, o povo! Mas tem gente que não entende, sabe? acha que foi doação do papai Roriz. Nada disso! O Roriz não foi pai de ninguém aqui!*

Mas, como escreveu Bosi, parece restar para nós *a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado* (Ibidem).

Relembrar e recontar para melhorar e preservar

Alguma coisa, no entanto, ainda resiste: viva e pública. Por serem mulheres que permanecem politicamente bastante ativas na comunidade, suas memórias encontram pontos de apoio no contato entre si e, também, alguma capilaridade através das atuações como educadoras – tanto nas turmas de EJA quanto nas de educação infantil. Assim, a significação da cidade a partir de suas experiências produz ecos que reverberam ainda hoje, inclusive no diálogo entre gerações.

A narrativa de Eva enfatiza a importância da politização da população do Paranoá de hoje para que esta possa garantir o acesso e a conquista de direitos e, como a geração anterior fez, lutar por melhorias na cidade. Sua intenção, ao que me parece, está em preservar as memórias sobre o passado de luta da comunidade no intuito de fazer

girar a roda das lutas que precisam ser travadas no presente; **relembrar para empoderar**:

[Eva]: *o povo acha que já acabou e não precisa reivindicar mais nada... que foi “graças da deus” que o governador deixou o Paranoá aqui. A gente fica batendo na mesma tecla: “o governo não dá nada pra ninguém!”. Até a gente plantar essa consciência... a gente plantar e fazer um jardim da consciência do que sou, do que é ser cidadão... porque todo mundo sabe dizer “sou cidadão”, mas tem gente que nem sabe o que significa ser cidadão, o que é cidadania. Até a gente passar por isso demora demais!*

A narrativa de Lourdes também apresenta essa característica. No entanto, em muitos trechos, me parece que o esquecimento coletivo de seu papel pessoal nas lutas pró-fixação do Paranoá também a motiva a contar sua história. É como se sua militância para manter viva a história da cidade, fosse uma militância para manter viva a sua própria história como sujeito ativo na construção do lugar onde ela mora. Relembrar essas lutas é relembrar sua própria história dentro da comunidade da qual faz parte.

Algumas estratégias de preservação dessas histórias vão sendo delineadas por Lourdes em sua narrativa: a conservação e manutenção do Parque Vivencial do Paranoá que, segundo ela, *foi feito pelos moradores. Ali, cada árvore que existe foi um dia um barraco. Nós queremos, inclusive, resgatar isso, resgatar os nomes das ruas. Cada árvore foi plantada por um morador, entendeu?*; o tombamento e recente reforma da igreja São Geraldo, *onde tudo começou* e que elas querem transformar agora *em museu histórico do Paranoá* onde serão expostas fotografias e objetos antigos que remetam à história da cidade. O museu parece ser visto como símbolo máximo da preservação dessa memória. De fato, quando pensamos em locais como o Memorial JK, por exemplo, percebemos como o museu é um espaço privilegiado na conservação de determinadas narrativas em detrimento de outras.

Quando perguntei a Lourdes o que o Paranoá significa para ela sua resposta foi bastante significativa:

[Lourdes]: *o Paranoá significa pra mim essa conquista mesmo. Sabe quando você constrói algo é como se fosse um filho? É como se fosse um filho que eu ajudei a construir assim. Eu penso no Paranoá como se fosse uma coisa meio conquistada e como se eu fizesse parte. O Paranoá*

se mistura com a minha vida. Eles se misturam. Eu não sei se eu consigo externar isso pra você. Mas pra mim a vida do Paranoá tá misturada com a minha vida. Não tem Paranoá, é tudo misturado. Eu vivi aqui, eu respirei aqui, eu conquistei isso aqui. Pra mim isso aqui é tudo a minha casa, sabe? É tudo a minha casa, e que eu defendo assim com unhas e dentes. Enquanto eu tiver vida eu vou tá defendendo o Paranoá, porque foi uma conquista mesmo. De várias pessoas que já sofreram que já morreram... Eu me apaixonei aqui, minha primeira paixão foi aqui. O pai do meu filho eu conheci no grupo jovem, eu sempre digo eu tive meu filho de uma pessoa que eu amava muito. Embora não tenha dado certo, mas foi o momento, meu primeiro amor, meu primeiro tudo foi aqui no Paranoá. Então tudo se mistura aqui assim, sabe?

Não existe Paranoá, nem existe Lourdes. Em sua narrativa, a partir de um certo momento, os dois se fundem, a identidade dela se forma e se recria a partir de sua vida, de sua atuação no território. Ao mesmo tempo, o Paranoá ganha forma, ar e existência a partir da atuação de Lourdes e das pessoas que lutaram para que ele existisse. Nela essa ligação é extremamente consciente: construí-me no Paranoá e o Paranoá se construiu através de mim. Assim, contar a história do Paranoá é contar sua própria história e preservar essas memórias é preservar a si mesma, é reafirmar sua identidade.

Ao contarem suas memórias *na* e *sobre* a cidade, Eva, Creuza e Lourdes reivindicam o direito de dar significado para o espaço onde vivem a partir de suas próprias experiências e, também, de publicizar esse significado, negociando lugares nas lutas das representações. E já que recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. (Bosi, 2003: 76), o que essa militância identitária parece evidenciar, é a possibilidade (e urgência) de nos percebermos sujeitos de ação nas histórias dos lugares onde vivemos. A existência de nossas cidades não se traduz na ação “dos grandes” apenas, como uma história oficial teima em nos fazer acreditar. São nossas ações, apropriações, lutas, resistências, táticas cotidianas e estratégias coletivas que dão sentido aos espaços, os transformam e os recriam. E a memória se revela como via privilegiada nessa conscientização:

[Leila]: *por que a preservação dessa memória é tão importante pra vocês?*

[Lourdes]: *porque é a memória. Algumas coisas estão nas nossas cabeças e eu não sou eterna, ninguém é eterno. Tem a minha versão, a versão das outras pessoas, a versão de cada um que tava na luta naquela época. Essas coisas se acabam, as pessoas se acabam. E aí essa história pode morrer e a gente não quer que essa história morra. A gente quer*

que fique pras pessoas que virão. Tenho um neto de três meses e ele tem que conhecer essa história, ele tem que conhecer a luta, inclusive pra ter força. Porque é como dizem: a pessoa sem história é uma pessoa sem memória, sem luta. A história dessa luta dá força, sabe? porque a força que eu tive, que eu tenho pra continuar sonhando e construindo as coisas...

As narrativas que se delineiam no trabalho da memória não são feitas para serem arquivadas ou guardadas numa gaveta como coisas inertes, mas existem para transformarem a cidade onde elas floresceram (Idem: 69). Como a memória não traz o passado para o presente, mas o recria a partir deste, todo o exercício de lembrança sobre a cidade é também uma maneira de se recriar a cidade, de se colocar nela, de expor expectativas. Quando Eva, ao final de sua narrativa, fala que *o povo não busca ter um conhecimento melhor, não busca se apropriar da política social*, deixa transparecer sua luta cotidiana para transpor essa realidade. Falar dos tempos em que tinha que buscar água na cabeça, da solidariedade entre as mulheres, da retomada dos estudos, da participação nas lutas, de sua atuação presente no Ceped é falar da possibilidade de se reverter a inércia que ela percebe hoje no Paranoá. Assim, Eva, Creuza e Lourdes continuam se movimentando e, nesse movimento, permanecem criando e recriando a cidade onde vivem.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Magdalena Maria de Almeida. História Oral e formalidades metodológicas. In: *IX Encontro Nacional de História Oral: Memória, democracia e justiça – Anais Eletrônicos*. Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHOHistoriaoraleformalidadesmetodologicas.pdf> Último acesso em: 30/03/2014.

AMADO, Janaína; MORAES, Marieta. Apresentação In: *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.VII-XXV.

ARQUIVO Público do Distrito Federal. *Brasília, fatos importantes: Dos antecedentes até 21 de Abril de 2010*. 2010.

BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 2008.

BARROSO, Eloísa. *Brasília: As controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras*. 2008. 236 f. (Tese de doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.

BENEDUZI, Luís Fernando. Narrativas de uma imigração esquecida: imagens, escolhas e percursos da imigração de mulheres brasileiras na Itália. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral* (12), n.1/2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2009. pp.223-248.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo de Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2001.

BERNARDES, MARIA ELENA. Memórias da e na cidade – relatos de algumas experiências. In: *IX Encontro Nacional de História Oral: Memória, democracia e justiça – Anais Eletrônicos*. Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340043241_ARQUIVO_ArtigoHistorriaOral-R.Janeiro-2012-MariaElenaBernardes.pdf> Último acesso em: 30/03/2014.

BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: A história contada pelos candangos*. Brasília: EDU – UnB, 2013.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 5.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu* (26): Dossiê: Repensando a infância. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 2006. pp.329-376.

BRAYNER, Natália. *No fluir do Paranoá: memórias e experiências de mulheres na história de Brasília (1960-1990)*. 2005. 181 f. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

_____. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.181-191.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: *Cadernos Pagu* (11): trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998. pp.11-42.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas* (8), n.2. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, 1999. pp.91-108.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. s.d. Disponível no site: <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero?fb_locale=pt_BR> Último acesso em: 30/06/2014

_____. Mulheres em movimento. In: *Revista de Estudos Avançados*. v.17. n.49. São Paulo: USP, 2003. pp.117-132.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jathay (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2011. pp.43-67.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. “*E a história se fez cidade...*”: A construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. 167 f. (Dissertação de mestrado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CERTEAU, Michel De. *A Invenção do Cotidiano: arte de fazer*. ed.17. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

GUILLAUMIN, Collete. “Enquanto tivermos mulheres para nos darem filhos”: a respeito da raça e do sexo. In: *Revista Estudos Feministas*, n.esp. 2.sem., 1994. pp.228-233

COSTA, Lucio. Plano piloto de Brasília. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. pp.164-175.

COSTA, Suely. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista de estudos feministas*. v.10. n.2. pp.301-324. Florianópolis: 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CRUZ, Iracilda Pimentel Carvalho. *Imagens e Representações no nascimento de novas cidades: Brasília (1958/1960), Samambaia (1989/1993)*. 1993. 244f. (Dissertação de mestrado) – Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

ELY, Richard; MCCABE, Allyssa. Gender Differences in Memories for Speech. In: LEYDESDORFF, Selma (et. al.) *Gender and Memory*. New Jersey: Transaction, 2005. pp.16-30.

FERREIRA, Ignez. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANNI, Aldo. (org.) *Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FRANKENBERG, Ruth. *White Woman, race matters: The social construction of whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 18.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34.ed. Petrópolis: Vozes, 2007(b).

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007(c).

_____. *Microfísica do poder*. 26.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *A arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.3-13.

FRISCH, MICHAEL, et.al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.65-91.

GARBER, Klaus. Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano? In: *Revisa USP – Dossiê Walter Benjamin*. São Paulo: Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, 1992. pp.39-47.

GARGALLO, Francesca. *La Calle es de quien la camina*. 2008. Disponível em: <<http://rcci.net/globalizacion/2008/fg782.htm>>

HAESBERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *O Cidadão e o Estado: A construção da cidadania brasileira 1940-1992*. Fortaleza: UFC, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. In: *Varia História* (22), n.36. Belo Horizonte: 2006. pp.261-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>> Acessado em: 22 de fevereiro de 2013.

HISTÓRIA ORAL: *Revista da Associação Brasileira de História Oral* (12), n.1/2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2009.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HORIGUTI, Ângela. *Do Mobral ao Proeja: Conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas*. 23f. Trabalho de conclusão (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

IWAKAMI, Luiza. *Espaço urbano em Brasília e a trajetória de resistência popular na Vila Paranoá*. 1988. 201 f. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade de Brasília.

_____. Vila Paranoá: a luta desigual pela posse da terra urbana. In: PAVIANNI, Aldo. *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. pp.229-256.

IONTA, Maria Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henrique Lisboa e Mário de Andrade*. 2004. 303 f. (Tese de doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Experiência: uma fissura no silêncio*. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/experiencia_fissura_silencio.pdf > Acessado em: 21 de fevereiro de 2013.

KIM, Lina; WESLEY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memórias e experiências”. In: *Cadernos Pagu* (8/9): Gênero, narrativas, memórias. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1997. pp.343-354.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp.206-242.

LEYDESDORFF, Selma; PASSERINI, Luisa; THOMPSON, Paul. Introduction. In: *Gender and Memory*. New Jersey: Transaction, 2005. pp. 3-15.

LISPECTOR, Clarice. Brasília: Esplendor. Rio de Janeiro: 1962/1964. Disponível em: http://brasilapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1763&Itemid=1 > Último acesso em: 06 de abril de 2014.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.15-25.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio (Org.). *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília*. Brasília: NECOIM, 2001.

_____. (Org.). *Mulheres presentes na História de Brasília: direito à vida*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

MARQUES, Gabriela Miranda. (Re)significando memórias e gênero: desafios teóricos e práticos da história oral. In: *IX Encontro Nacional de História Oral: Memória, democracia e justiça – Anais Eletrônicos*. Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340382367_ARQUIVO_MARQUESGabriela.pdf > Último acesso em: 30 de março de 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Leituras sobre cidadania, Senado Federal, MCT/CEE. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MARTINS, Estevão de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. In: *Textos de História* (15), n.1/2: *Dossiê a Escrita da História: Os desafios da multidisciplinaridade*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da UnB, 2007.

_____. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: *Francisco Falcon*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MARQUES, Gabriela. Feministas libertárias: Práticas contemporâneas de resistência. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (*Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2013.

MELO NETO, João. *João Cabral de Melo Neto: O artista inconfessável*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge. *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.155-194.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres na Historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: Stevens, Cristina et.al. (orgs.). *Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares*. Brasília: Exlibris, 2010. pp.65-77.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Apresentação. In: *Por uma história do possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

_____. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. In: *Textos de História* (8), n.1/2: *Feminismos, teorias e perspectivas*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da UnB, 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: *Revista Estudos Feministas* (8), n.2. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, 1999. p. 9. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Último acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: *Revista Anos 90* (11), n.19/20: *Dossiê trabalhismo(s), dossiê Foucault*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. pp.101-138.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (n.10). São Paulo: PUC-SP, 1993. pp. 7-28.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos de Brasília*. São Paulo: Snnablume, 2005.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Por uma história do possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PAVIANNI, Aldo. *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. (org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu* (4): Fazendo história das mulheres. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1995. pp. 09-28. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/43>> Último acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. pp.263-274. Disponível no site: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Último acesso em: 30/06/2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos* (2), n.3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. pp. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>> Último acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos* (5), n.10. . Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. pp. 200-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1941/1080>> Último acesso em: 04 de fevereiro de 2013.

POLLICE, Fábio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. In: *Espaço e Cultura*. n.27. jan/jun 2010. Rio de Janeiro: UERJ. pp.7-23.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. pp. 01-17.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp.77-88.

_____. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite da et.al. (orgs.). *Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. pp.21-55.

REIS, Renato Hilário dos. *A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação / alfabetização de jovens e adultos*. Campinas: Autores Associados, 2011.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.93-101.

RÜSEN, Jörn. *História viva: Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Rosana. *Corpos domesticados: A violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros – 1959 a 1983*. 2009. 152 f. (Dissertação de mestrado) – 2004. 303 f. (Tese de doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia.

SCOTT, Joan W.. História das mulheres. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp.63-95.

_____. Experiência. In: *Falas gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. pp.21-55.

SILVA, Rafael Moreira Serra da. *O plano dos brancos: Brasília e a marcha para o setor noroeste*. 2011. 180 f. (Monografia de graduação) – Programa de Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História* (27), n.54: História e gênero. São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-01882007000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acessado em: 22 de fevereiro de 2013.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (et. al.). Memória e autobiografia: Formação de mulheres e formação de professoras. In: *Revista Brasileira de Educação* (2). Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação, 1996. pp.61-76.

SOUSA, Suely; PEREIRA, João. A Igreja Católica e as organizações e movimentos sociais na diocese de Ipameri (GO): Partilhando Utopias. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; et.al. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SZYMBORSKA, Wislawa. *Wislawa Szymborska: [poemas]*. PRZYBYCIEN, Regina (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURTIER-BONAZZI, Chatal. In: *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 233-245.
- TUNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (Org) *The Antropology of Experience*. Illinois: University of Illinois, 1986.
- VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.181-191.
- WISNIK, Guilherme. Apresentação. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. pp. 06-27.
- _____. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac Naify, 2001.
- WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de C. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 216 f. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade de Brasília.